



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Kelly Brum Citelli Gomes

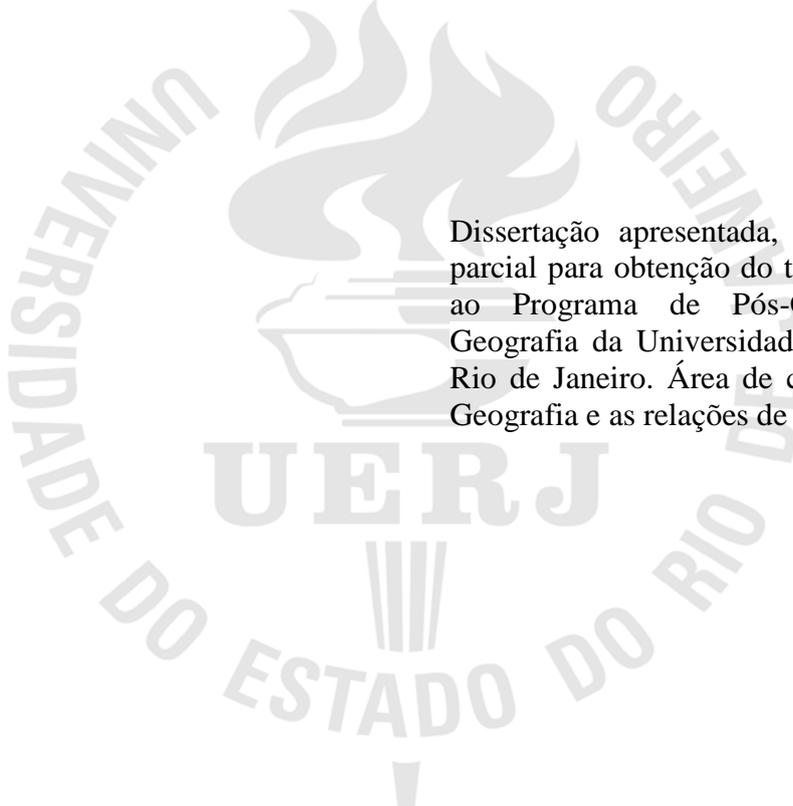
**Expansão e transformações urbanas no município de São Gonçalo/RJ: A
produção social do espaço nos bairros de Porto Novo e Gradim**

São Gonçalo

2021

Kelly Brum Citelli Gomes

Expansão e transformações urbanas no município de São Gonçalo/RJ: A produção social do espaço nos bairros de Porto Novo e Gradim



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: A Geografia e as relações de poder.

Orientador: Prof. Dr. Nilo Sérgio D'Ávila Modesto

São Gonçalo
2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

G633 Gomes, Kelly Brum Citelli.

Expansão e transformações urbanas no município de São Gonçalo/RJ: A produção social do espaço nos bairros de Porto Novo e Gradim / Kelly Brum Citelli Gomes. – 2021.

139f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Nilo Sérgio D'Ávila Modesto.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Geografia urbana – São Gonçalo (RJ) – Teses. 2. Segregação urbana – São Gonçalo (RJ) – Teses. 3. Impacto ambiental – São Gonçalo (RJ) – Teses. I. Modesto, Nilo Sérgio D'Ávila. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB/7 4994

CDU 911.375(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Kelly Brum Citelli Gomes

Expansão e transformações urbanas no município de São Gonçalo/RJ: A produção social do espaço nos bairros de Porto Novo e Gradim

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: A Geografia e as relações de poder.

Aprovado em 13 de maio de 2021.

Orientador:

Prof. Dr. Nilo Sérgio D'Ávila Modesto
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Cátia Antônia da Silva
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Marcos César Araújo de Carvalho
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Marcio Piñon de Oliveira
Universidade Federal Fluminense

São Gonçalo

2021

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais e à minha família, esposo e filhos, por serem parte em tudo na minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me preservar sóbria em circunstâncias adversas.

Ao meu pai (*in memoriam*) que encarou o mundo migrando para a cidade que tanto me estimula e fascina, e à minha mãe, apoio e cuidado em todo o tempo e que agora luta pela vida.

Ao meu esposo, companheiro de jornada em todo o tempo (melhor revisor de texto e formatação e “também exclusivo”), e aos meus filhos, Maria Fernanda e Luiz Felipe, maiores sentidos da minha vida.

Aos meus professores e orientadores em toda a trajetória acadêmica, em especial àqueles que se tornaram a minha referência profissional.

Ao meu orientador, professor Nilo Sérgio, por sua paciência e acolhimento no processo.

À professora Ana Cláudia Ramos Sacramento pelas críticas no seminário que me permitiu crescer, e por sua total disponibilidade de me ajudar em todo o momento.

Ao professor André Luiz Carvalho da Silva, sempre gentil e pronto a contribuir.

Ao professor Marcos Antônio Campos Couto, comprometido em ensinar, pronto a nos ouvir. Suas aulas são sempre um espaço de trocas. Certamente um professor muito acolhedor do departamento de Geografia da FFP.

Aos professores que lecionaram as disciplinas do programa, pelas leituras pesadas e as vezes “enfadonhas”, mas necessárias e que produzem crescimento.

À minha turma, pelas trocas, conversas e risadas nos intervalos.

Aos meus colegas de trabalho, também professores e companheiros, pelo apoio, incentivo, escuta e conselhos nos momentos de estresse.

Às comunidades da “Favela do Gato” e do “Pombal” que contribuíram para este trabalho: aprendi muito com eles.

A Amanda e ao Maurício pela acolhida na Favela do Gato e pelo *tour* pela comunidade. Momento único de aprendizagem.

Ao Cartório do 2º Ofício de São Gonçalo por autorizar a pesquisa.

À banca examinadora, pelas críticas, sugestões e orientações que fizeram diferença.

A todos que entrevistei e me ajudaram a compreender mais sobre o espaço dos bairros Porto Novo e Gradim: o começo, o desenvolvimento e o momento atual.

A todos os meus alunos com quem sempre aprendo e me ensinaram bastante sobre o que é viver na favela, e a outros tantos que em algum momento e de forma direta ou indireta contribuíram neste percurso.

Em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos.

Carolina Maria de Jesus

RESUMO

GOMES, Kelly Brum Citelli. *Expansão e transformações urbanas no município de São Gonçalo/RJ: A produção social do espaço dos bairros Porto Novo e Gradim*. 2021. 139f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo. 2021.

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender a produção do espaço nos bairros Porto Novo e Gradim no município de São Gonçalo/RJ, e os processos de expansão urbana, segregação residencial e impactos socioambientais sofridos nestes locais na segunda metade do século XX, acentuando-se na década de 1980 até o início do século XXI, marcando a transição do rural para o urbano neste espaço que sofreu profundas transformações socioespaciais a partir deste período. Estes bairros localizam-se à leste da Baía de Guanabara, no 4º distrito do município de São Gonçalo, pertencente à Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um processo de ocupação urbana onde ocorreu uma expansão residencial com a construção de imóveis populares, com aterramento e assoreamento do Rio Marimbondo e mangues, causando outros impactos socioambientais que até hoje afetam a população local, tais como alagamentos, criadouro de mosquitos, acúmulo de lixo, entre outros. Esta expansão produziu um processo de segregação residencial paralelamente ao crescimento destes bairros que foi marcado por fatos importantes, como a invasão de terrenos que pertenciam à União e estavam sob à guarda da Marinha do Brasil e posteriormente do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), no bairro Porto Novo, e a remoção de famílias carentes da chamada comunidade “Favela do Gato” no Gradim. Neste processo de remoção, 1.055 (mil e cinquenta e cinco) áreas de terrenos foram desapropriadas para a construção do trecho da Rodovia BR-101, a Niterói-Manilha, nos anos 1980. Este trabalho tem sua base metodológica uma abordagem qualitativa dos dados realizada em fontes primárias orais, através de entrevistas a moradores com mais de 60 anos de idade, em jornais, com informações do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em documentos oficiais disponíveis na Prefeitura Municipal de São Gonçalo e também por meio de trabalhos acadêmicos como dissertações ou teses já realizadas sobre a cidade de São Gonçalo, ou com conteúdos relacionados à pesquisa proposta.

Palavras-chave: Produção social. Espaço. Segregação.

ABSTRACT

GOMES, Kelly Brum Citelli. *Expansion and urban transformations in the city of Gonçalo/RJ: The social production of space in the neighborhoods of Porto Novo and Gradim*. 2021. 139f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo. 2021.

The present work has as general objective to understand the production of space in the Porto Novo and Gradim neighborhoods in São Gonçalo/RJ, and the processes of urban expansion, residential segregation and socio-environmental impacts suffered in these places in the second half of the 20th century, increasing in the 1980s until the beginning of the 21st century, marking the transition from rural to urban in this space that underwent profound socio-spatial transformations from this period. These neighborhoods are located east of Guanabara Bay, in the 4th district of the municipality of São Gonçalo, belonging to the Metropolitan Region of the State of Rio de Janeiro. It is a process of urban occupation where there was a residential expansion with the construction of popular properties, with grounding and silting up the Marimbondo River and mangroves, causing other socio-environmental impacts that to this day affect the local population, such as flooding, mosquito breeding, accumulation of garbage, among others. This expansion produced a process of residential segregation parallel to the growth of these neighborhoods that was marked by important facts, such as the invasion of land that belonged to the Brazil and were under the guard of the Brazilian Navy and later the National Department of Roads and Railways (DNER), in the Porto Novo neighborhood, and the removal of needy families from the so-called "Favela do Gato" community in Gradim. In this removal process, 1,055 (one thousand and fifty-five) land areas were inappropriate for the construction of the stretch of highway BR-101, Niterói-Manilha, in the 1980s. This work has its methodological basis in phenomenology with a qualitative approach of the data carried out in primary oral sources, through interviews with residents over 60 years of age, in newspapers, with information from IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics), in official documents available in the Municipality of São Gonçalo and also through academic papers such as dissertations or theses already carried out on the city of São Gonçalo, or with contents related to the proposed research.

Keywords: Social production. Space. Segregation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Percorso da BR-101 no estado do RJ	16
Figura 2 -	Área de estudo (Bairros Gradim e Porto Novo)	16
Figura 3 -	Mapa de São Gonçalo identificando distritos e bairros (OBJETO DE ESTUDO)	17
Figura 4 -	Mapa Político da Região Metropolitana do Rio de Janeiro	18
Figura 5 -	Baía de Guanabara no XVI	50
Figura 6 -	Aldeia Morgoniaçu	51
Figura 7 -	Imagem que corresponde à área do Estado do Rio de Janeiro no período entre 21/04/1960 e 15/03/1975	67
Figura 8 -	Localização do município de São Gonçalo	68
Figura 9 -	Mapa dos distritos de São Gonçalo	80
Figura 10 -	Mapa com a localização do bairro Porto Novo	87
Figura 11 -	Documento que reconhece as vias do Conjunto dos Democráticos como logradouro público	120

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 –	Conjunto dos Democráticos	43
Fotografia 2 –	Conjunto habitacional na rua Mário Quintão	44
Fotografia 3 –	Rua Mário Quintão e os loteamentos no entorno	45
Fotografia 4 –	Centro de São Gonçalo antigo	62
Fotografia 5 –	Documentos de João José Ornellas, um dos herdeiros das terras do bairro Porto Novo	89
Fotografia 6 –	Certidão de casamento de João José Ornellas	90
Fotografia 7 –	Foto do livro com o registro dos loteamentos na rua Capitão João Manoel no bairro Porto Novo (1963)	91
Fotografia 8 –	Foto da Igreja Nossa Senhora da Conceição no bairro Porto Novo .	92
Fotografia 9 –	Placa comemorativa da construção do condomínio Parque Maria Rita	93
Fotografia 10 –	Rua Maria Rita	94
Fotografia 11 –	Rio Marimbondo no ano de 2007	94
Fotografia 12 –	Rio Marimbondo em 2021 (ao lado do CPMR)	95
Fotografia 13 –	Rio Marimbondo em 2021 (lado oposto ao CPMR)	95
Fotografia 14 –	Alagamentos no bairro Gradim	105
Fotografia 15 –	Comunidade Favela do Gato	110
Fotografia 16 –	Fotos das moradias na Favela do Gato na década de 1980	114
Fotografia 17 –	Condições das antigas moradias na Favela do Gato	115
Fotografia 18 –	Pescador na Favela do Gato	115
Fotografia 19 –	Área externa na Favela do Gato	116
Fotografia 20 –	Áreas comuns na Favela do Gato	116
Fotografia 21 –	Taxa cobrada pela marinha	117

Fotografia 22 –	Ponte próxima à área de comercialização do peixe	123
Fotografia 23 –	Área de comercialização de peixe	124
Fotografia 24 –	Contrato entre morador assentado e BNH	124
Fotografia 25 –	Escritura de imóvel na rua Mário Quintão do lado legalizado	126
Fotografia 26 –	Rua Mário Quintão e ruas transversais	127
Fotografia 27 –	Ruas transversais à rua Mário Quintão (travessas)	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Estabelecimentos industriais em São Gonçalo de 1950 a 1960	27
Tabela 2 –	Crescimento populacional de São Gonçalo entre 1940 e 1965	28
Tabela 3 –	São Gonçalo: Qualidade ambiental dos domicílios 2010	32
Tabela 4 –	Processo histórico de organização espacial do município de São Gonçalo	52
Tabela 5 –	Lotes aprovados por município e década de aprovação	64
Tabela 6 –	Relação de estabelecimentos industriais, operários e valor da produção nos municípios de Niterói e São Gonçalo	71
Tabela 7 –	Tipos de indústrias em São Gonçalo no período de 1930-1950	75
Tabela 8 –	Processo de formação territorial de São Gonçalo	79
Tabela 9 –	Serviços públicos por distritos (dados absolutos)	81
Tabela 10 –	São Gonçalo: Classificação, segundo os distritos, com melhor qualidade dos domicílios e condições ambientais, 2010 (dados relativos)	81
Tabela 11 –	São Gonçalo: Espacialização dos domicílios segundo as faixas de rendimentos por distrito, 2010	82
Tabela 12 –	População segundo a faixa etária a partir de 5 anos de idade por distrito de São Gonçalo, 2010	83
Tabela 13 –	População analfabeta de São Gonçalo segundo a espacialização por distrito, 2012	83
Tabela 14 –	Rendimentos das pessoas com mais de 10 anos de idade de acordo com os cinco distritos em 2010	84
Tabela 15 –	Dados demográficos do bairro Porto Novo por faixa etária	87
Tabela 16 –	Dados por faixa etária no bairro do Gradim	102
Tabela 17 –	Os tipos de indústrias no Gradim (1930-1950)	102

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

BNH	Banco Nacional da Habitação
BR	Brasil/brasileira
CEJOP	Centro Educacional José do Patrocínio
CPMR	Condomínio Parque Maria Rita
CTR	Centro de Tratamento de Resíduos
DNER	Departamento Nacional de Estradas e Rodagens
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LM	Leste Metropolitano
LMRJ	Leste Metropolitano do Rio de Janeiro
NEPHU/UFF	Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense
PEA	População economicamente ativa
PMSG	Prefeitura Municipal de São Gonçalo
RJ	Rio de Janeiro
RM	Região Metropolitana
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SM	Salário-mínimo
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO: A SOCIEDADE E A NATUREZA	22
1.1	As intervenções espaciais	23
1.2	O espaço configurado: o território ocupado	26
2	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO GONÇALENSE	50
2.1	A expansão urbana em São Gonçalo (RJ)	62
2.2	Crescimento urbano de São Gonçalo no contexto das relações com a metrópole	68
3	A PRODUÇÃO SOCIAL DOS BAIRROS PORTO NOVO E GRADIM ...	78
3.1	O quarto distrito: Porto Novo e Gradim e a divisão territorial de São Gonçalo	79
3.2	Porto Novo no contexto da cidade “milionária” e de sua metrópole	85
3.3	Evolução urbana do bairro	88
3.4	Os impactos Socioambientais	97
3.5	O bairro do Gradim: um pouco da sua história e seus problemas	101
4	CONFLITOS TERRITORIAIS NO PORTO NOVO E NO GRADIM	107
4.1	Duas favelas, uma história, uma memória: a oralidade como instrumento de trabalho	107
4.2	A mobilização da comunidade local, a estrada iria passar... ..	109
4.3	Favela, um lugar “pra” viver	120
4.4	O caso da Rua Mário Quintão e a dinâmica ocupação do espaço	125
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
	REFERÊNCIAS	134
	APÊNDICE – Roteiro de perguntas para entrevista livre com moradores do bairro porto novo e gradim	139

INTRODUÇÃO

Assim o lugar é a porção do espaço apropriável para a vida, revelando o plano da microescala; o bairro, a praça, a rua, o pequeno e restrito comércio que pipoca na metrópole aproximando seus moradores, que podem ser mais do que pontos de troca de mercadorias, pois criam possibilidades de encontro e guardam uma significação como elementos de sociabilidade. (CARLOS, 2017, p. 30).

O nosso ponto de partida é o bairro Porto Novo, no município de São Gonçalo, localizado na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Procuraremos entender como se deu a expansão urbana local a partir da sua formação embrionária, quando era ainda um espaço rural ou, como este trabalho apontará, uma grande fazenda que incluía o bairro denominado de “Fazenda Jacaré” ou uma nomenclatura mais recente que dará origem ao local propriamente dito, “Fazenda Porto Novo”, como informado no cartório do 2º Ofício desse município. Nos interessa saber os processos que se deram em um panorama histórico, origem da organização socioespacial do local. Inclui-se a expansão urbana que ocorreu acompanhada do crescimento da cidade e, como consequência desse, muitos problemas sociais.

Dentre os processos que nos interessam e estão presentes na paisagem local, inclui-se a segregação residencial/espacial, notórios em espaços urbanizados como as favelas no Rio de Janeiro e municípios adjacentes. Neste trabalho, estes territórios “enclaves”, como os designou Souza (2010), está a Favela do Gato, que tem sua história de mobilização iniciada no assentamento do Gradim, em terras da Marinha, próximo ao mar de onde os pescadores tiram o seu sustento com a pesca artesanal. Tais processos têm continuidade com a remoção das famílias dessa comunidade que tinham suas moradias nos limites para a construção do trecho da BR-101, Rodovia Gov. Mário Covas, trecho Niterói-Manilha, para o Conjunto dos Democráticos, conjunto habitacional construído pelo extinto Banco Nacional de Habitação (BNH).

Essa rodovia foi a última grande obra do governo militar e representava o avanço da modernização no país, conectando o espaço metropolitano através da integração dessa estrada a outras vias que facilitavam a redução de fluxos na região, como a avenida do contorno e a ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói), além de conectar o sul ao norte do país (Figura 1).

Este trabalho percorreu um trajeto que teve início com a expansão do bairro Porto Novo e se deparou com as conexões entre a produção social do seu espaço ao bairro do Gradim, e cujas trajetórias das comunidades da Favela do Gato e do Conjunto dos

Democráticos se conectam através de uma história com duas pontas. Considerando que ambos os bairros, apresentam problemas sociais semelhantes, decidiu-se por ampliar o recorte espacial da área de estudo. (Figura 2).

Figura 1 - Percurso da BR-101 no estado do RJ



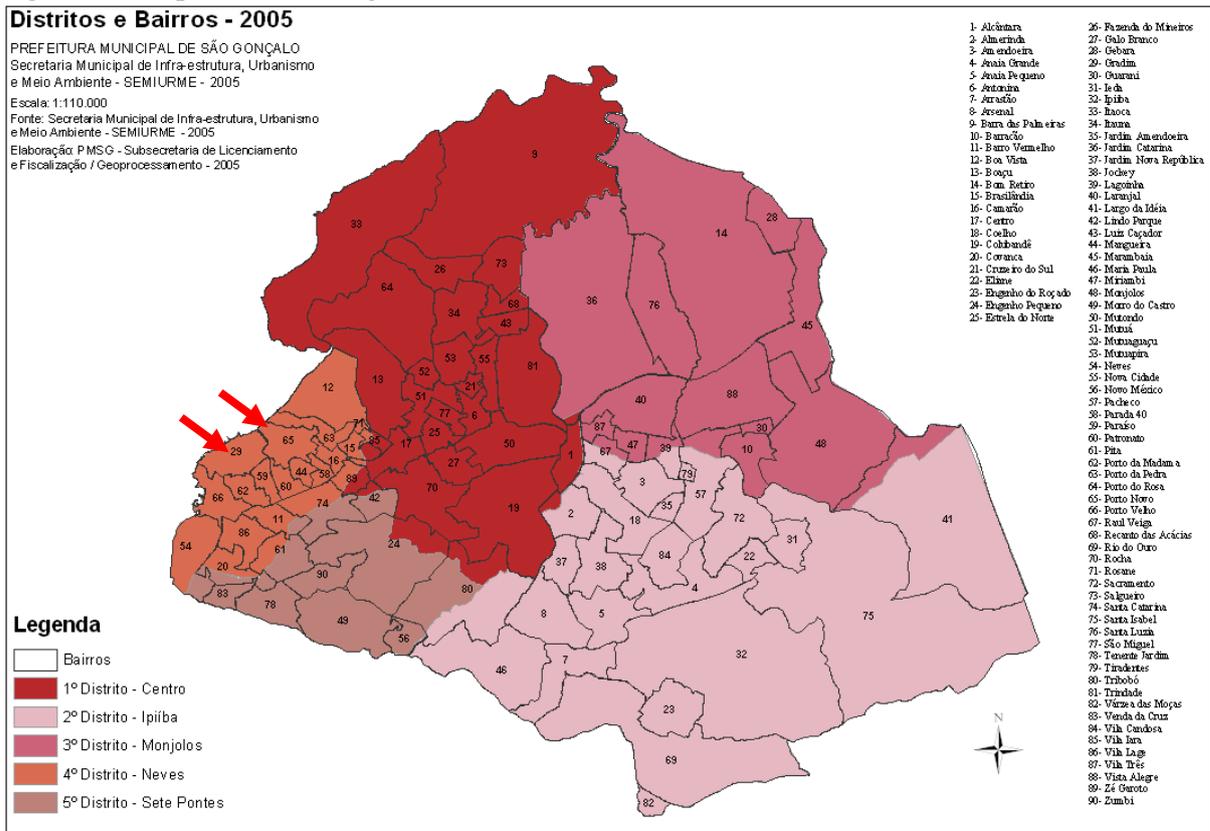
Fonte: < <https://via101.com.br/br-101-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

Figura 2 – Área de estudo (Bairros Gradim e Porto Novo)



Fonte: Google Earth. Acesso em: 22 jun. 2021.

Figura 3 - Mapa de São Gonçalo identificando distritos e bairros (OBJETO DE ESTUDO)



Fonte: site da PMSG (<https://www.saogoncalo.rj.gov.br/>). Acesso em: 2 ago. 2018.

Portanto, o trabalho tem como objeto de estudo a produção social nos bairros do Porto Novo e do Gradim, ambos localizados no quarto distrito do município de São Gonçalo (Figura 3), na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro (Figura 4). Estes bairros ficam próximos ao centro da cidade e da Faculdade de Formação de Professores da UERJ (FFP/UERJ). Espaço que tem origem na região rural da produção crítica da cidade de São Gonçalo a partir do desmembramento de fazendas e da atividade pesqueira. Segundo Braga (2006), o bairro do Porto Novo resultou do loteamento da Fazenda Jacaré, e o bairro do Gradim tem como destaque na sua história o fato de ter tido um porto muito concorrido por embarcações que atracavam nesta localidade. Esta região passou, com o tempo, a apresentar características mais urbanas, e estas transformações acompanharam o crescimento da cidade de São Gonçalo e da região metropolitana na qual está inserida. A região metropolitana do Rio de Janeiro foi criada pela Lei Complementar Federal nº 20/1974 após a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Atualmente a RMRJ inclui os municípios do Rio de Janeiro, Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi,

Petrópolis, Queimados, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá¹. O Produto Interno Bruto (PIB) está em torno de 405 bilhões, sua população 12,2 milhões de habitantes e reunidos, os 22 municípios que integram a RMRJ ocupam 7,5 milhões de km e contribuem com 64% do PIB do Estado do Rio de Janeiro².

Figura 4 - Mapa Político da Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: <https://www.ceperj.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/Mapa-da-Regiao-Metropolitana-do-Rio-de-Janeiro-%E2%80%93-2019-CEPERJ.pdf>. Acesso em: 15/09/2021.

Estes bairros, assim como o próprio município de São Gonçalo, deixaram de apresentar características rurais e tornaram-se mais “urbanos”, pois quando sofreram expansão residencial, precisaram ser dotados, ainda que precariamente, de infraestrutura urbana, dentre as quais podemos destacar o calçamento de ruas, redes de água e esgoto etc. Decorrente desse processo, a região também sofreu com alguns impactos ambientais, como o assoreamento do Rio Marimbondo (que tem o seu percurso nos dois bairros), o aterramento de mangues e o acúmulo de lixo em ambos os bairros.

¹ Redação dada pela Lei Complementar Estadual Nº 184 de 27 de dezembro de 2018 em seu Art. 1º. <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/PageLeisComplementares?OpenPage>. Acesso em 15/08/2021.

² <https://www.modelarametropole.com.br/rmrj/>. Acesso em 15/08/2021. A época da pesquisa, o site não mencionava o município de Petrópolis.

O trabalho organiza-se a partir de uma parte teórica que discute a produção social do espaço e a sua diversidade, resultante de ações diferentes, como o caso de comunidades indígenas/primitivas que habitaram a região gonçalense e se integraram ao meio em que estão inseridos de uma forma menos destrutiva contrapondo-se à sociedade contemporânea adaptada ao modo de produção capitalista e ao padrão urbano/industrial hegemônico da cidade.

Para esta análise, serão utilizados, no primeiro capítulo, os conceitos de espaço com uma abordagem ampla, visando apresentar múltiplos significados para as diversas sociedades e nos mais variados contextos históricos, e de território. Quanto a esse último, foi abordado a partir do diálogo com o tema proposto, considerando o território como um abrigo e, portanto, indispensável a todos os indivíduos, bem como a sua análise em uma perspectiva econômica e o seu valor de troca como “mercadoria”. O território também implica relações de poder e quando é dominado por grupos criminosos ou por práticas ilícitas que se sobrepõem a ele, torna-se um “enclave”.

A técnica, ou seja, a artificialização do espaço, representa a intervenção que o molda e, neste percurso, transforma a natureza, diferencia a cidade do campo e possibilita a urbanização. Nesse ponto, o domínio de criminosos nesse “enclave” também ocorre por meio da apropriação da técnica, haja vista, barreiras e contenções colocadas no local, modificando-o, artificializando-o.

No segundo capítulo, apresentaremos um pouco da história de São Gonçalo a partir de 1579, época em que o município era uma sesmaria que fora doada a Gonçalo Gonçalves, até receber definitiva autonomia como cidade em 1929. A história do município esteve relacionada ao seu espaço rural com destaque à produção de cítricos.

Ainda na primeira metade do século XX, São Gonçalo passou por uma intensa industrialização no seu território resultando numa grande migração para o município gonçalense que se destacou nos anos 1940 por sua alta arrecadação de impostos para o estado do Rio de Janeiro.

Os próximos dois últimos capítulos, ou seja, o três e o quatro, tratarão da questão da remoção dos moradores da Favela do Gato para a rua Mário Quintão, descrevendo o dilema que culminou em uma intensa mobilização, originando a construção do Conjunto dos Democráticos para aqueles que foram removidos: um novo local de moradia, uma nova favela.

O capítulo quatro, enfatiza o processo de ocupação do recente assentamento no bairro Porto Novo, produzindo uma nova dinâmica social que deu origem a novos arranjos espaciais no local. Estes portanto, ficaram com o passar do tempo, muito mais complexos.

Sendo assim, os últimos dois capítulos estão mais próximos do objeto deste trabalho que procura compreender a produção social nos bairros do Porto Novo e do Gradim a partir de onde estão inseridos, no município de São Gonçalo e, concomitantemente, abordar os problemas sociais e ambientais decorrentes da expansão urbana/residencial dos bairros, pensando a questão do crescimento da cidade de São Gonçalo como área de expansão da metrópole, a cidade do Rio de Janeiro.

Os conceitos de metropolização, segregação residencial e expansão urbana serão desenvolvidos para compreender os principais processos que este espaço sofreu, degradando áreas ambientais, expandindo áreas de favela e ampliando espaços coletivos da sociedade a partir da intervenção pública.

Os bairros do Porto Novo e do Gradim convivem com alagamentos que causam muitos transtornos para a população local. Estes transtornos são consequências de aterramentos e do crescimento urbano e residencial, atrelados à falta de saneamento básico. A segregação residencial, que marca a paisagem desses bairros, tem relação com a história de assentamento e posterior remoção da Favela do Gato que teve uma parte de seus moradores removidos e reassentados para o início da rua Mário Quintão no bairro Porto Novo, como já referido acima, dando origem à Comunidade do Pombal (como o Conjunto dos Democráticos é conhecido). Nesse processo, uma vasta área de terrenos foi desapropriada para a construção do trecho Niterói-Manilha da Rodovia BR-101 nos anos 1980, intervalo este localizado próximo ao bairro e à Baía de Guanabara.

A rua Mário Quintão se destacou no processo de pesquisa por abrigar uma diversidade de loteamentos resultantes de vendas e invasões que demandaram uma investigação atenta para a compreensão da produção desse espaço. Estas são histórias entrelaçadas que demonstram o quanto a cidade abriga contrastes que vão da modernidade às piores mazelas a que a sociedade está exposta. Apontam para as mais variadas formas de produção de territorialidades a partir de novos rearranjos espaciais que se configuram e reconfiguram no contexto da expansão urbana, com impactos nocivos ao meio ambiente e segregação socioespacial.

Sobre a metodologia do trabalho, pelos próprios limites que se impuseram ao processo de pesquisa e à subjetividade que lhe é característica, procedeu-se uma abordagem qualitativa com consulta em fontes primárias orais através de entrevistas a moradores com mais de 60

anos de idade, bem como entrevistas realizadas na Prefeitura de São Gonçalo e no cartório do 2º Ofício desse município e de outros agentes que participaram dos processos aqui apresentados. Também foram realizadas pesquisas em jornais e busca de informações no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram realizadas ainda pesquisas em trabalhos acadêmicos como dissertações, teses e artigos publicados sobre a cidade de São Gonçalo.

Pelo momento atual de circunstâncias peculiares e adversas que se fazem presente, uma pandemia que atravessa os anos de 2020 e 2021, período de execução deste trabalho com idas a campo, a realização desta pesquisa tornou-se especialmente um desafio! As entrevistas aos moradores, na prefeitura de São Gonçalo e no Cartório do 2º Ofício precisaram ser bem planejadas e foram limitadas pelas dificuldades de deslocamento e acesso aos locais devido às suas restrições de atendimento e porque todos os protocolos sanitários precisavam ser seguidos. Assim, tais tarefas foram realizadas com pouco contato, mantendo o distanciamento e o cuidado necessário e com o uso de recursos tecnológicos para que se obtivesse êxito na pesquisa.

1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO: A SOCIEDADE E A NATUREZA

Este trabalho resulta do interesse de compreender os processos que dão origem a espaços que podem aparentar naturalizados na correria do cotidiano da cidade, mas que foram motivados e/ou conduzidos por circunstâncias diversas. Os bairros do Porto Novo e do Gradim são frações pequenas do município de São Gonçalo, mas ao olharmos detalhadamente seus espaços, eles apresentam elementos significativos no processo de suas formações, e outros que estão presentes, que se assemelham ao conjunto do município.

Como a cidade não é um produto pronto, mas apresenta características intrínsecas ao modo de vida urbano em um contexto histórico, resultando das interações das relações homem/homem, homem/natureza e, por esta razão, empreende-se o esforço de compreender a complexidade da produção social do espaço, ou seja, da diversidade presente nas diferentes configurações espaciais e dos contrastes dessa tensa relação.

As sociedades vêm transformando o meio natural, modificando as paisagens que se diferenciam na constituição de ambientes mais naturais por serem mais preservados e de ambientes mais alterados que estão mais próximos de uma paisagem cultural. Esta diversidade das paisagens resulta da interação do homem com o seu entorno, das necessidades dele de retirar da natureza o que precisa para a sua sobrevivência, mas também do modo de vida de uma sociedade. Dessa relação homem/meio, resultam ambientes híbridos, por não serem somente naturais ou sociais. É desta relação que a Geografia se ocupa:

A geografia baseia-se na realidade, na união dos elementos físicos e culturais da paisagem. O conteúdo da paisagem é encontrado, portanto, nas qualidades físicas da área, que são importantes para o homem e nas formas do seu uso da área, em fatos de base física e fatos da cultura humana. (SAUER, 2004, p. 29)

Os povos indígenas representariam um modelo de sociedade que contrasta com o modelo urbano-industrial que conhecemos. Em São Gonçalo, referências históricas relatam a existência dos Tupinambás neste território em um tempo muito remoto e conforme Fernandes (2012), com o intuito de possibilitar a sua fixação, este grupo realizava derrubadas de vegetação nativa para a construção de suas aldeias e plantações, e o autor nos esclarece que “sua relação com o meio ambiente era de integração, pois viviam da caça, pesca e coleta, além da agricultura de subsistência já indicada.” (FERNANDES, 2012, p. 25).

Ponderamos, a partir deste quadro histórico da ocupação primitiva do Brasil, que povos tradicionais também interagem e transformam o meio em que vivem para garantir sua

sobrevivência e, longe de idealizarmos uma relação “idílica” do homem com a natureza, a intensidade das interferências realizadas no momento atual nos permite pensar em uma convivência mais harmoniosa entre grupos sociais e o “meio natural”, o que é mediado por modos de vida e culturas muito distintas das que conhecemos.

O ponto que chegamos é de pensar a Geografia como campo científico que se depara com o desafio de compreender a dinâmica da sociedade em seu contexto atual e as marcas espaciais que estão presentes nas paisagens, ainda que despercebidas, e nas diferenças que estas reúnem. Diferenças que se configuram em espaços urbanos e nos espaços rurais, ambos, no entanto, misturam elementos distintos, como uma amálgama do natural e do artificial.

Este híbrido está presente nas cidades e nos ambientes mais rurais, principalmente quando estes últimos são urbanizados; inclusive existe uma tendência atual em países desenvolvidos de arborizar cada vez mais seus espaços (SWYNGEDOUW, 2001). Tais situações apontam para a apropriação e transformação do espaço geográfico como condição da reprodução do capital a partir de avanços e retrocessos na questão ambiental. Nesta transição nos deparamos com o que Santos (1994) chamou de tecnoesfera, como produto da artificialização destes ambientes e da substituição de espaços naturais por novos espaços tecnificados.

Pretendemos então, a partir dos conceitos que serão tratados no decorrer deste texto, pensar a produção social do espaço dos bairros Porto Novo e Gradim que, assim como a cidade na qual se inserem e a sua região, sofreram intensa urbanização, perdendo sua feição rural e ganhando uma outra mais urbana. Inclui-se neste oportuno debate discutir o papel dos agentes que atuam modelando o espaço geográfico e, neste caso, as intervenções do Estado, das comunidades, dos agentes imobiliários, dentre outros que passaram a fazer parte do processo.

1.1 As intervenções espaciais

No entorno do Rio de Janeiro prevalecia a presença de chácaras, e na orla oriental da Baía de Guanabara, em São Gonçalo, a paisagem era composta de engenhos e canaviais onde havia a produção de verduras até o início da industrialização (GEIGER, 1956). A partir desse cenário, nos propomos a pensar o processo de produção social do espaço gonçalense. Este tema encontra-se dentro de um debate no qual o espaço se apresenta como um produto da

controversa relação sociedade/natureza, pois ao mesmo tempo em que o homem precisa dos recursos naturais para os novos moldes espaciais que cria, esgota-os no curso de suas realizações. Entendemos que a natureza é produzida, mas também produz o espaço, e constitui-se também em obstáculo às transformações que o homem realiza por meio do seu trabalho e modo de vida em determinados momentos históricos. Como Santos (1994) afirma, o natural cedeu lugar ao artefato e a racionalidade que prevaleceu e está presente em uma natureza instrumentalizada e domesticada.

Os recursos técnicos surgem como meio de transformação. Moldam o espaço, a paisagem e transforma a natureza em objetos. A invenção de técnicas possibilitou a cidade e a sua urbanização. Santos (1994), ao tratar do tema relação homem-natureza e da transformação que a última vem sofrendo com o advento da técnica, afirma que a criação da natureza social e o desencantamento do mundo são um conjunto de acontecimentos que levou a uma ordem racional. Trata-se de uma ruptura entre o homem e o ambiente que o cerca. Dessa forma, o homem passa a dominar a natureza, transformando-a, artificializando-a. Essa ruptura torna-se um marco histórico na relação homem/natureza.

Santos (1994) destaca dois períodos importantes: primeiro período, quando o homem se relacionava harmonicamente com a natureza no espaço, e o segundo período, quando predomina a técnica no espaço, subordinando a natureza transformada. No primeiro momento, o homem retirava da natureza o que precisava para a sua sobrevivência; no segundo, surgem as demandas comerciais. Então o espaço passa a atender às necessidades externas a ele. Este é um processo decorrente do crescimento da cidade no seu processo de expansão que se materializa na transformação do meio rural para o urbano. Tal processo, marcado por contradições e tão comum na contemporaneidade, marcou a transformação do espaço gonçalense que tem na sua história a experiência de uma intensa industrialização no século XX. Hoje este espaço apresenta um conjunto de contrastes que não lembram a “Manchester Fluminense”.

A intervenção na Favela do Gato, assentada no Gradim, que teve parte dos seus moradores removidos para a implantação do traçado da rodovia federal BR-101, atendeu aos interesses econômicos do Estado capitalista/desenvolvimentista no final da ditadura civil-militar. Esta comunidade estava assentada em terrenos na faixa limítrofe ao mar e vivia da pesca artesanal (BIENENTEIN, G.; BIENENTEI, R.; FREIRE, 2016, p. 3). As famílias remanejadas passaram a residir em um conjunto habitacional construído para recebê-los e o intuito era que os imóveis fossem financiados aos moradores pelo BNH.

O Estado capitalista brasileiro historicamente desempenha um papel de provedor dos meios para a acumulação, o que realiza por meio de projetos que viabilizam o incremento econômico. A remoção de comunidades, processo que se tornou comum, materializando a exclusão social pela qual populações pobres sofrem, são a espacialização de ações que produzem a segregação destes grupos sociais. Harvey (2005), ao abordar a produção do espaço pelo capitalismo, trata da dimensão espacial na teoria da acumulação de Marx pensada em sua dimensão geográfica que está no centro da teoria do crescimento do capitalismo. A produção do espaço capitalista está em meio ao processo de acumulação, onde ocorre a superprodução e o aumento do consumo e, conseqüentemente, a expansão de novas áreas se faz necessária com a apropriação da natureza. Quando ocorre a redução da demanda surgem as crises, e a luta de classes é a consequência da exploração dos trabalhadores. Luta que se consolida na organização social e na resistência.

A luta da Favela do Gato exemplifica o embate de comunidades carentes que, organizadas através de associações comunitárias ou integradas via movimentos sociais, se opõem ao modo de produção capitalista e contra a expropriação que este realiza. Portanto, a luta pelo direito à moradia, abordado neste trabalho, inserida neste embate, representa a luta dos trabalhadores e o direito à posse legal de seus imóveis, a garantia de condições mínimas de uma vida digna no contexto de expropriação do sistema capitalista.

[...] é inegável a importância da regularização fundiária como política pública, pois, no modo de produção capitalista, tornar-se proprietário da terra representa para o trabalhador, além da segurança na moradia, o expediente por ele utilizado para subsidiar a reprodução da sua força de trabalho, já que o salário está abaixo do seu custo. (BONDUKI e ROLNIK, 1979, p. 127).

O município de São Gonçalo sofreu muitas mudanças ao se expandir no contexto do crescimento da metrópole fluminense com o aumento dos residentes na cidade que trabalhavam na cidade do Rio de Janeiro (GEIGER, 1956, p. 499). O espaço gonçalense foi se reconfigurando, deixando de ser rural para em algumas décadas se tornar mais urbano, como ocorreu com os bairros do Porto Novo e do Gradim. As contradições decorrentes da produção social do espaço estão presentes na cidade de São Gonçalo e nesses bairros que possuem áreas mais urbanizadas e precarizadas, como a Favela do Gato e o Conjunto dos Democráticos que serão tratadas neste trabalho.

1.2 O espaço configurado: o território ocupado

Pensar geograficamente significa necessariamente fazê-lo a partir do espaço. O espaço que não é imutável, antes é produto das interações humanas, da efemeridade denunciada na relação espaço-tempo e representado nas transformações do rural para o urbano. Esta dinâmica, comum na contemporaneidade, foi experienciada no município de São Gonçalo. Neste momento, cabe a tarefa de realizar uma abordagem conceitual de espaço, sem a pretensão de esgotar o tema, mas apresentar articulações com o trabalho em questão.

Henri Lefebvre (2000) nos apresenta uma perspectiva complexa e filosófica na concepção de espaço. O espaço não é um produto estático, não é um receptáculo, é ativo, produto e produtor de novos espaços. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais. (LEFEVBRE, 2006, p. 7).

Milton Santos (2017) descreve o processo dialético e dinâmico onde se produz e se transforma o espaço: “Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.” (SANTOS, 2017, p. 63). O conjunto dos sistemas naturais que existe em um dado país ou em uma determinada área que resultam das interdições humanas nos sistemas naturais formam o que Santos (2017) denomina de uma configuração territorial, formada por uma base material, e por esta razão se diferencia do espaço que reúne materialidade e vida que a anima. A intervenção humana na natureza cria uma nova natureza, a natureza humanizada. Estas intervenções tão presentes nos espaços contemporâneos são produtoras do meio urbano com o qual interagimos. O município de São Gonçalo tem a sua história marcada por tais transformações que se intensificaram com o início do seu processo de industrialização e urbanização a partir de 1940 através dos agentes ativos neste processo, dentre estes o Estado, os empresários (industriais, comerciantes, construtores) e a sociedade que se ampliava. Nesse período, teve início, gradativamente, a passagem do rural para o urbano, do tradicional para o moderno, da previsibilidade da vida no campo para o caos inesperado.

O espaço gonçalense se caracterizou pela presença da produção agrícola com o cultivo da fruticultura, horticultura e floricultura na primeira metade do século XX. Ao final deste período, o município passava por uma intensa industrialização e, ao mesmo tempo em que se urbanizava, mantinha áreas rurais. Desta forma deram-se as transformações neste espaço, que com o tempo passou a apresentar o que Santos (2017) definiu como uma materialidade contendo um sistema de objetos que são cada vez mais artificiais sem uma relação estreita com o lugar e os seus habitantes. São Gonçalo vivenciou um expressivo processo de industrialização entre os anos de 1940 e 1960 (Tabela 1). Junto a isto, ocorreu um grande crescimento populacional que demandou uma infraestrutura que atendesse à nova atividade econômica em um espaço antes ocupado pela atividade agrária.

Tabela 1 – Estabelecimentos industriais em São Gonçalo de 1950 a 1960

Ano	Estabelecimentos	Variação em % com relação a 1950
1950	170	-
1960	252	70,2
1965	306	82,3

Fonte: Censo Industrial – IBGE – 1950 1960 e CODERJ – 1969 Organizado por OBGEO-LMRJ (Atlas do Leste Metropolitano do RJ p. 36-37)

São Gonçalo ocupou uma posição de grande destaque no estado do Rio de Janeiro por seu vultoso incremento industrial e grandes somas em arrecadação de impostos neste período. No entanto, isso não significou um desenvolvimento social proporcional para a região (BRAGA, 2006). Na industrialização de São Gonçalo, a contradição se dá na apropriação do espaço social por esta atividade econômica das suas terras, da sociedade, no tempo e no espaço, estando alheia aos interesses da sociedade em que se formava.

Neste período histórico combinam a urbanização e a mudança de atividade econômica, pois a citricultura começa a entrar em decadência, entrando em curso o processo de capitalização das terras, o loteamento. Dessa nova realidade surgirá a cidade e o ambiente urbano que passará a prevalecer. O município de São Gonçalo passou de 40.000 habitantes³ para mais de 100.000 em 1950 (Tabela 2) e continuava aumentando expressivamente (BRAGA, 2006).

³ Retirado do site: <http://www.faperj.br/?id=747.2.2>. Acesso em 18/07/2021. São Gonçalo vivenciou um crescimento populacional de 40.000 (não precisa a data) para mais de 100.000 habitantes em 1950.

Tabela 2 - Crescimento populacional de São Gonçalo entre 1940 e 1965

ANOS	HABITANTES
1940	089.528
1945	094.446
1950	107.787
1965	293.476
1970	430.271
1975	543.058
1980	614.688
1995	778.831
2000	891.119
2004	941.216
2010	999.728

Fonte: Braga, 2006, p.203 adaptado pelo autor

A cidade tem a sua existência vinculada às atividades econômicas, especialmente ao processo de industrialização e conseqüente urbanização, no caso de São Gonçalo, que foi intensamente industrializada no passado, atualmente está mais dedicada às atividades de comércio e serviço. Esta também se caracteriza por apresentar uma centralidade econômica, embora sua influência possa não se estender além da unidade político-administrativa, caracterizando-se principalmente de acordo com Souza (2005) por não serem um espaço exclusivo da produção agrícola, abrigando, portanto, uma maior complexidade.

O estudo da urbanização no Brasil está atrelado ao desenvolvimento de atividades econômicas e em especial à industrialização que, historicamente, têm impactos demográficos para as cidades nas quais a atividade produtiva entra em curso. Para atender a demanda da população local, exigem-se equipamentos que dotem o território de infraestrutura como rede de água tratada, saneamento básico, energia elétrica, calçamento de ruas etc. Esses objetos técnicos que compõem a instalação de toda a infraestrutura foram incorporados paulatinamente no território na passagem do ambiente rural para o urbano, em São Gonçalo, na segunda metade do século XX.

No caso em questão, é contraditório que São Gonçalo não tenha auferido dividendos para o seu desenvolvimento social do tempo em que teve grande êxito na atividade econômica industrial que permaneceu o tempo que este espaço lhe oferecia recursos importantes e se retirou quando as suas demandas eram atendidas em outros locais que lhe eram mais atrativos. Lefebvre (2008) define o espaço das sociedades contemporâneas como o espaço do capitalismo onde se dão as relações de produção. Constituído a partir de contradições que lhe atribuem um caráter de ser ao mesmo tempo global e pulverizado, conjunto e disjunto. E como o autor afirma: “As contradições do espaço não advêm de sua forma racional, tal como

ela se revela nas matemáticas. Elas advêm do conteúdo prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista”. (LEFEBVRE, 2008, p. 57).

Ao criticar o paradigma que dicotomiza a relação homem/natureza, o positivismo, Santos (2004) critica a concepção do espaço geográfico onde o homem e a produção não participam do processo de transformações. Este problema é colocado por Milton Santos no contexto de uma intensa especialização de áreas e saberes que são incorporados pelos estudos geográficos. A visão que separa o homem do seu meio contribui para uma concepção pragmática e desenvolvimentista que vê na natureza um canteiro de matéria-prima, uma fonte inesgotável de recursos, e o homem um obstáculo no caminho ou simplesmente um consumidor. Assim como os lugares são escolhidos para acolher determinados empreendimentos em um dado momento histórico, podem ser descartados e se tornarem inviáveis na perspectiva do capital (do investidor). Estão vulneráveis e aprisionados ao vai e vem das atividades econômicas.

Mas conceber o espaço apropriado pelo homem e pelo capital não é mera tarefa e, como o próprio Milton Santos afirma, a definição de espaço não é uma tarefa simples, e questiona se haveria apenas uma categoria de espaço ou se seriam possíveis outras modalidades de “espaço”. Lefebvre (2000) apresenta a concepção de espaço como um espaço externo em Kant, um espaço mental (ideal), “o espaço a priori”, também o espaço como fato social. Assim Milton Santos nos fornece um caminho para se pensar e conceituar o espaço:

[...] o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares. (SANTOS, p. 153).

São Gonçalo se apresenta como um caso complexo e interessante por ser uma cidade “milionária”, termo que expressa o tamanho de sua população com mais de um milhão de habitantes, ter passado por um “efêmero” processo de industrialização entre 1940 e 1960 e constituir o espaço metropolitano da cidade do Rio de Janeiro que agrega uma complexidade de territórios que se diferenciam em vários aspectos. Abrigam riqueza em um espaço mais concentrado e criam contradições profundas em diversas áreas. Esta amálgama formada tem como núcleo metropolitano a cidade do Rio de Janeiro que é caracterizada por Marcelo Lopes de Souza desta forma:

Se uma das cidades que formam uma aglomeração urbana crescer e se destacar demais, apresentando-se como uma cidade grande com uma área de influência econômica, pelo menos, regional, então não se está mais diante de uma simples aglomeração, mas de uma metrópole. Uma metrópole é, também, por conseguinte, um “minissistema urbano. (Souza, 2005, p. 33).

Rosa (2017) nos informa que a atividade industrial no estado do Rio de Janeiro perdeu a sua força, principalmente após os anos 1960, quando ocorreu um aumento do setor terciário. O núcleo metropolitano concentrou serviços que agregavam uma maior modernização, o que o diferenciava da periferia metropolitana que ofertava serviços menos qualificados.

Tal esvaziamento industrial na Região metropolitana é explicado por Rosa (2017) por um movimento de desconcentração industrial que decorre da transferência da Capital Federal para Brasília. Havia uma convergência de interesses que repelia do núcleo metropolitano fluminense a indústria que se modernizava. Tais interesses, sejam estes econômicos, políticos ou simples “inércia” dos governos, contribuíram para uma redução substancial da atividade industrial em São Gonçalo.

Embora os anos 1960 não marquem o fim da atividade industrial gonçalense, é uma referência temporal do fim do “apogeu” industrial da cidade que após este período se dedicará ao setor de comércio e serviços, beneficiada que será por sua numerosa população.

O período de industrialização vivenciado em São Gonçalo lhe rendeu o título cunhado por Luiz Palmier de “Manchester Fluminense” devido ao seu êxito econômico nessa atividade que deixou como legado um crescimento demográfico que alavancou a sua urbanização, dotando o seu território de infraestrutura⁴, marcando a passagem do rural para o urbano. O bairro de Neves tornou-se ícone destas transformações por abrigar o legado da atividade industrial a exemplo das vilas operárias construídas no local.

Os anos que se seguiram após este referido período marcaram as mudanças econômicas para São Gonçalo que com o tempo passou a abrigar uma “gigantesca” população que ultrapassa, atualmente, um milhão de habitantes e possui uma ampla oferta de comércios e serviços. Concomitante a este processo, o território gonçalense sofreu muitas transformações para receber os novos habitantes. O espaço municipal estendeu suas áreas urbanizadas, ainda que não tão adequadas pelas condições de moradias de muitas famílias que passaram a viver nas favelas que se multiplicaram.

⁴ A instalação de indústrias em São Gonçalo possibilitou a criação de infraestrutura no município que esta atividade econômica demandava, ainda que esta tenha sido precária para tamanha aglomeração populacional que se concentraria no município

O presente trabalho aponta para esta realidade ao abordar a produção social dos bairros do Porto Novo e do Gradim que abrigam comunidades com uma origem comum, além de uma história de vida compartilhada por muitos dos moradores das comunidades da Favela do Gato e do Conjunto dos Democráticos (chamado de Pombal). Ambas terão seus espaços moldados pela intervenção do Estado em vários espaços da cidade de São Gonçalo para a construção da BR-101.

A construção de uma estrada, como apresentado no estudo em questão, a BR-101, propicia desenvolvimento econômico e regional para o Estado e a facilitação de acesso para aqueles que são beneficiados pela obra e, por outro lado, desencadeia uma situação caótica, tal como foi vivenciado pelos moradores da Favela do Gato que foram removidos para a passagem da estrada. Estas contradições exemplificam a forma de produção capitalista do espaço onde a ideia de desenvolvimento pode apresentar uma leitura ofuscada do espaço, ocultando graves problemas sociais e as desigualdades que estão lá presentes.

O grande projeto do enfraquecido governo militar, a construção da estrada que conectaria extremos do país e, portanto, significaria a chegada do progresso para grande parte da sociedade brasileira, que nutria também uma expectativa de oportunidades de trabalho por membros da comunidade carente da geração de empregos que a obra geraria, revelou-se em pouco tempo uma decepção, pois o legado da obra não seria positivo para as famílias que ali residiam e que ficariam sem moradia.

No discurso dos entrevistados, destaca-se a notícia da obra rodoviária e sua repercussão. Nele, o entusiasmo inicial da população, que vivia em condições de extrema pobreza, foi rompido. Eles imaginaram, inicialmente, que a obra traria possibilidades de trabalho e melhores condições de sobrevivência. Entretanto, com o passar do tempo, verificou-se uma realidade distante da sonhada. O trabalho temporário oferecido pela empresa responsável pela obra, para muitos não garantiu a manutenção de suas casas. Ao mesmo tempo que se ganhava o sustento, perdia-se a moradia. (ARAÚJO, 2014, p. 4).

São Gonçalo é o “maior município do Leste Metropolitano e o segundo maior do estado do Rio de Janeiro” (Atlas do Laboratório Leste Metropolitano do RJ, p. 38), apresentando muitos problemas na sua extensão territorial, conforme o quadro de domicílios e quadro ambiental da cidade (Tabela 3):

Tabela 3 - São Gonçalo: Qualidade ambiental dos domicílios 2010

Qualidade ambiental dos domicílios	Total dos domicílios	% da qualidade ambiental dos domicílios
Existe iluminação pública	301.865	92,8
Existe pavimentação	194.786	59,9
Existe calçada	170.831	52,5
Existe meio-fio/guia	188.098	57,9
Existe bueiro/boca-de lobo	111.912	34,4
Existe arborização	110.150	33,9
Não existe esgoto a céu aberto	256.076	78,8
Não existe lixo acumulado nos logradouros	270.556	83,2
Existe rede de distribuição de água	254.721	78,2

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 Organizado por OBGeo-LMRJ (2017)
(Atlas do Laboratório Leste Metropolitano do RJ, p. 38)

Existem dois itens do quadro ambiental do Atlas (LMRJ) de domicílios do município de São Gonçalo que apresentam números satisfatórios no atendimento do serviço público que seriam a oferta de iluminação pública em 92,8 % e a inexistência de lixo acumulado nos logradouros em 83,2% de domicílios. No entanto, alguns serviços apresentam percentuais bastante expressivos como a não existência de esgoto a céu aberto em 78,8 % e rede de água tratada em 78,2% domicílios. Mas, embora alguns percentuais sejam satisfatórios por uma métrica que prima por médias que expressem a excelência do serviço público, a realidade é a de que em muitos lugares afastados do centro, em áreas segregadas, como favelas e/ou morros onde residem famílias pobres, há escassez ou precariedade destes serviços.

Ferreira (2009) afirma que há problemas de infraestrutura e serviços básicos em geral nas áreas habitadas pelas classes de menor poder aquisitivo, principalmente se comparada às áreas onde as classes mais abastadas residem. Esta realidade tornou-se uma característica do nosso padrão de urbanização. Tal precariedade dos serviços de infraestrutura e serviços básicos nas áreas carentes é muito presente em pesquisas que tratam do crescimento das cidades e são acentuados nas regiões mais periféricas. As áreas onde vivem as pessoas de alto poder aquisitivo recebem mais atenção do poder público do que as áreas habitadas por populações mais pobres. Tal situação, tornou-se comum e está estreitamente vinculado à nossa organização socioespacial. E não é diferente quando tratamos da Cidade de São Gonçalo e seus bairros.

A metropolização, hoje, diz respeito à hierarquização do espaço a partir da dominação de centros que exercem sua função administrativa, jurídica, fiscal, policial e de gestão. A metrópole guarda uma centralidade em relação ao resto do território, dominando-o e articulando áreas imensas. (CARLOS, 2007, p. 35).

Para Carlos (2007), a produção espacial está no contexto da mundialização em que a “ocupação da terra” resulta de diversas formas de apropriação como moradia, lazer, trabalho, consumo etc. Desta forma, o espaço surge como mercadoria que é produzida e vendida em forma de solo urbano, indiferente aos indivíduos que se submetem às relações de troca com base na propriedade privada da terra, sendo esta apropriação diferenciada por vários grupos sociais.

O habitar hoje a metrópole tem um sentido diverso, mudando hábitos e comportamentos, bem como formas de apropriação do espaço público, além da dissolução de antigos modos de vida e relações entre as pessoas. Bairros inteiros foram descaracterizados ou mesmo destruídos pelas necessidades de expansão desenfreada proveniente da acumulação de capital que reproduz o espaço metropolitano mudando referenciais e comportamentos. (CARLOS, 2007, p. 37).

A cidade ao mesmo tempo em que se moderniza, cria profundas contradições por meio da apropriação de espaços de uso comunitário, transformando-os sob uma nova lógica. Dos novos arranjos espaciais surgem fraturas que se consolidam ou mesmo se ampliam. Carlos (2007) afirma que este espaço que é produzido na perspectiva do processo de mundialização, incorporando a sociedade urbana por via da sua homogeneização, realiza também a fragmentação do espaço e dos indivíduos. A cidade que surge neste contexto está associada à propriedade que cria uma hierarquia espacial enquanto uma hierarquia social se consolida na segregação espacial no espaço urbano.

Este modelo de cidade é contemporâneo e o espaço urbano é cada vez mais capturado pelo capitalismo que segmenta o espaço e cria nele novas funções que atendam suas necessidades. Para Rosa (2017), São Gonçalo apresentou ao longo de sua história uma rica divisão do trabalho com importantes funções industriais e desenvolvimento comercial para atender à demanda do seu crescimento populacional. Enquanto São Gonçalo oferecia condições atrativas para o capital industrial, este cresceu e se desenvolveu, retirando-se quando não lhe era mais favorável.

No contexto metropolitano do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, na segunda metade do século XX, passou a ocupar outra função na divisão do trabalho com uma farta oferta de serviços para os seus habitantes, ao mesmo tempo em que criou oportunidades para uma classe trabalhadora sem muita qualificação. Torna-se, portanto, oportuno pensar esta questão no conjunto de uma realidade socioeconômica da sua população e de oportunidade de qualificação e emprego para a sociedade local. Para Smith (1988), a divisão do trabalho está presente na história da humanidade. Esteve baseada nas condições naturais, nas possibilidades

que os ambientes ofertam, na fertilidade dos solos, nos relevos, nos mananciais, nas reservas minerais, entre outras formas. Mas a divisão do trabalho também se apresenta de formas mais sofisticadas, como a apropriação diferenciada que se faz dos espaços nos mais variados lugares do mundo, entre os mais desenvolvidos e outros mais precarizados, integrados ao todo com este propósito.

Os novos usos e funções do espaço produzido através de áreas hierarquizadas que se diferenciam e cada vez mais se “multiplicam simultaneamente na metrópole, hierarquizam-se formando ‘guetos’” (CARLOS, 2007, p. 42). A autora nos chama a atenção para a fragmentação do território que se apresenta na diversidade de usos por características culturais, étnica ou religiosas de grupos diversos que em sua análise denomina “guetos urbanos”.

Na realidade o que estamos, aqui, chamando de “guetos urbanos” são áreas do desenvolvimento necessário de ações sociais que marcam a articulação entre o individual e o coletivo, bem como modos de percepção afetando o comportamento humano, constituindo-se através de formas de solidariedade e do sentimento do “pertencer a um lugar”. Esse fenômeno aparece como decorrência do fato de que a metrópole é múltipla, contém várias temporalidades. A simultaneidade cria particularidades nas metrópoles, cada pedaço da cidade apresenta formas diferenciais marcando modos de usos e formas de apropriação. (CARLOS, 2007, p. 43).

“O gueto é produto direto da relação entre morfologia social/hierarquia espacial, que segrega grupos e lugares enquanto consequência da fragmentação do tecido urbano e de suas formas de apropriação” (CARLOS, 2007, p. 42). A concentração de grupos sociais em um determinado território, como os guetos, são formas de resistência ao processo de homogeneização engendrado pelo capital que incorpora áreas espaciais conforme seu interesse. Inclusive, representam uma alternativa à vida metropolitana, ao individualismo e à indiferença que torna os indivíduos invisíveis em um cotidiano corrido e massivo. É uma forma de usufruir e reafirmar o direito à cidade. E como Carlos (2007, p. 45) afirma: “Isto porque o espaço se reproduz enquanto lugar da vida em todas as suas dimensões o que foge à racionalidade homogeneizante imposta pelo processo de reprodução. O vivido tem um caráter espacial local – no bairro.”

A região metropolitana se destaca pelo vínculo espacial tecido no território que é configurado a partir de relações que são econômicas, de lazer e cultura, de trabalho, dentre outras. Mas é pelo recorte metropolitano que é possível visualizar as diferenciações espaciais nas funções dos lugares, na valorização ou desvalorização dos lugares. Os espaços que não

interessam aos agentes econômicos tendem a ser repelidos com a anuência do Estado que viabiliza a expansão da reprodução do capital em solo urbano. Mais uma vez estamos diante do espaço como mercadoria e com um valor de troca. Assim, como no caso da Favela do Gato, populações são removidas quando se tornam obstáculos.

Para Campos (2006), o âmbito das regiões metropolitanas permite analisar o problema da segregação, mas que seu recorte não deve ser a escala metropolitana. Para o autor, quando a segregação ocorre de forma induzida (forçada) e viabilizada através de política pública, reforça a ideia de que as classes populares são desorganizadas e ficam acomodadas esperando a atuação do Estado e a mobilização de outros grupos.

No contraponto, há uma tendência de grupos sociais mais abastados se autosegregarem, passando a viver em condomínios fechados, plenos de ofertas de serviços, isolados do meio urbano e da pobreza intrínseca a ele. Os conjuntos residenciais Alphaville em São Paulo se tornaram ícones desse modelo no Brasil, modelo este que se expandiu para atender as demandas de uma classe que solicitava segurança e *status*, afastando-se de todos os males da cidade. O Rio de Janeiro também criou suas áreas “segregadas” para classes privilegiadas em áreas mais distantes do centro, como os condomínios na Barra da Tijuca. Em ambos os casos, são verdadeiros enclaves supridos das mais variadas necessidades.

As áreas de favelas, ao contrário dos condomínios fechados para uma elite que almeja se afastar da cidade como um todo, são uma forma de resistência à exclusão da vida cidadina. Uma população desassistida que fica vulnerável à ação do tráfico de drogas que se territorializou nas favelas cariocas e na região metropolitana como um todo em escalas diferenciadas. São populações estigmatizadas por serem “favelados”, estarem mais próximas de traficantes, de bandidos e facilmente rotuladas de coniventes. Souza (2010) nos apresenta o quadro de negligência ambiental com uma relação muito estreita com a condição de pobreza. Os locais de moradia ocupados pelos pobres e favelados na cidade estão situados nas áreas desvalorizadas da cidade como os morros, encostas, áreas de mangue, sujeitas a inundações. “A hierarquia social, por sua vez, determina o acesso ao solo urbano que a partir das necessidades de apropriação produz os guetos residenciais que revelam de forma inequívoca a hierarquia social.” (CARLOS, 2007, p. 43).

As formas de apropriação do espaço estão inseridas também na divisão do trabalho que está presente no modo como os territórios estão configurados ou são reconfigurados. Também estão presentes nas relações desiguais entre lugares muito diferentes. O território está envolto em relações de poder, o poder do Estado, de grupos que territorializam suas

práticas ilícitas, bem como no simbolismo que determinados espaços possuem para determinados grupos, produzindo então uma nova territorialidade.

A organização territorial se dá em um contexto histórico e social. São Gonçalo pode ser apresentado como um espaço integrado à região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro pela “Lei Complementar Estadual 64, de 21 de setembro de 1970” (BRAGA, 2006, p. 336), constituindo-se componente importante para toda a região, mas também se destaca por sua própria dinâmica interna.

São Gonçalo se insere territorialmente no Estado do Rio de Janeiro, integrando a região metropolitana, e tem neste recorte elementos que determinam interdições em questões de políticas de planejamento urbano com uma relação muito direta com a esfera econômica regional. Para Haesbaert (1999), a concepção econômica é menos difundida por enfatizar a dimensão das relações espaciais que tem no território uma fonte de recursos e onde ocorrem as lutas de classes decorrentes da divisão territorial do trabalho.

Na dimensão econômica, temos a noção de uma divisão territorial que interessaria à compreensão de uma dinâmica que implica na exploração de recursos de uma área e o aproveitamento desta por outra, realizando de fato uma divisão territorial do trabalho. Esta resulta de um movimento social que atribui novas funções para os lugares, e “Tal distribuição de atividades, isto é, tal distribuição da totalidade de recursos, resulta da divisão do trabalho.” (SANTOS, 2017, p. 133). Neste caso, a produção torna-se impulsionadora de um processo que resulta na transformação das relações entre distintas áreas.

E as novas ferramentas de trabalho, como os maquinários, e as mais novas e complexas formas de organização espacial possibilitaram outros usos do território. Novas perspectivas geográficas desenham-se com a utilização de prolongamentos não apenas do corpo do homem, mas do próprio território, constituindo verdadeiras próteses (SANTOS, 2017). Ao mesmo tempo em que o período técnico possibilita a transformação do espaço com uma prevalência humana sobre a natureza, também acentua as disparidades espaciais. Esta perspectiva tem a força de produzir novas territorialidades a partir de intervenções que criam novas espacialidades, como a construção de uma estrada e a remoção de imóveis para a realização desta obra, a exemplo do caso que será apresentado neste trabalho.

A produção do espaço urbano tem sido consequência da apropriação efetivada pelos detentores do poder, e o Estado é o grande protagonista e que tem as possibilidades de intervir em direções distintas, seja como patrocinador do capital, seja como provedor de abrigo. Os casos de remoção, tão comuns na contemporaneidade no processo de expansão da cidade e da valorização dos seus espaços, são a amostra do poder investido para incrementação do

crescimento econômico que tem como efeito o enriquecimento de um lado e a precarização do outro.

A prevalência da noção do território como recurso econômico tem capitaneado as ações do Estado a uma apropriação do território em uma perspectiva desenvolvimentista. No caso da construção da BR-101, em vários trechos houve aterramento de ecossistema original, além dos prejuízos sociais que se espalharam pelos territórios por onde passou. O planejamento urbano, geralmente, está pautado em uma lógica economicista que não prioriza o desenvolvimento social.

Os casos de alagamentos no bairro Porto Novo que ocorrem há décadas, atenuadas com obras paliativas, denunciam a ingerência em assuntos de interesse populacional que são noticiadas constantemente na imprensa local e em redes sociais que clamam por atenção dos agentes públicos. Enquanto isso, São Gonçalo tem um histórico de mandatos eleitorais cujos governantes estão sempre realizando obras que dão notoriedade como praças, parques e ruas. Não que elas não sejam importantes, mas apontam que as ações dos administradores locais estão plenas de intencionalidades. Em nossas visitas às comunidades para a realização deste trabalho, foram muitas as vezes em que ouvimos que ruas foram calçadas com a mobilização dos moradores e com materiais cedidos por algum político. Muitos consertos nas vias dentre outras melhorias foram feitos da mesma forma.

Mas dentro de outra perspectiva, o território ganha atributos subjetivos. Lefebvre faz uma distinção de apropriação (“possessão”, “propriedade”) referindo-se ao primeiro como um processo mais “simbólico”, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso; o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. Para o autor:

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos agentes que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo. (LEFEBVRE, 1986, p. 411-412)

Na perspectiva do território a ser partilhado por todos os homens, o espaço banal, proposto pelo economista François Perroux é para Santos (2005) o território que sempre é usado, pensando o “território como abrigo”, para todos os homens e todas as instituições. E na condição de “espaço ocupado”, sempre será o território usado.

No caso deste trabalho, a comunidade chamada Favela do Gato, localizada no bairro do Gradim, estava assentada em terras da Marinha do Brasil sob a guarda da Secretaria Patrimonial da União (SPU), “fazendo uso” desse território por décadas, e ocupava o espaço em razão de já ter sido expulsa de outras regiões devido ao processo de industrialização (BIENENTEIN, G.; BIENENTEI, R.; FREIRE, 2016). Ignorados pelos responsáveis dessas terras, os residentes da comunidade viviam em condições extremamente precárias. A remoção desses moradores tornou-se vital para o Estado quando eles se tornaram obstáculos ao projeto modernizador de construir uma estrada que conectasse várias partes do país, a BR-101. Tal processo envolveu a retirada de parte dos moradores da Favela do Gato que se encontravam na faixa limítrofe ao mar por onde passaria a estrada. O Estado foi o autor da ação que removeu uma parte dos moradores que lá residiam para outro local no bairro Porto Novo, consolidando uma nova territorialidade e uma nova favela. Estes espaços atualmente convivem com todo tipo de carência, onde as autoridades locais não atuam com eficiência.

As famílias que habitam na Favela do Gato e os que foram removidos viviam da pesca, prática preservada apesar das dificuldades enfrentadas pela comunidade. A relação com o território experienciada, que envolve uma “apropriação” e “uso” da terra, está relacionada as suas práticas sociais a partir do “espaço vivido”, incluindo uma dinâmica de proximidade com o mar que lhes fornece o sustento. A ausência do poder público, na falta de serviços e infraestrutura local, produz um empobrecimento que enfraquece esta relação, interferindo em todo um modo de vida, forçando estes moradores a buscar trabalho em outras funções e localidades. Portanto, encontramos neste caso uma territorialidade material que antes da luta da comunidade está baseada na titularidade da propriedade destas terras da Marinha com a guarda do SPU. Uma outra perspectiva está em consolidar uma territorialidade que se pauta pelo “uso” dessas terras nas práticas coletivas e de uma vida compartilhada por um grupo social em um local específico.

O pensamento de Santos (2005) de que o espaço geográfico, o território usado, o “território abrigo” de todos os homens e de todas as instituições e organizações, a partir da concepção de um “espaço banal”, de todos, nos remete a refletir sobre todas as contradições presentes nas configurações territoriais onde, na verdade, deveríamos ser acolhidos e viver em liberdade. Desde bairros nobres, onde favelas se localizam muito próximas, ou bairros mais pobres, como é o caso em que se enquadra grande parte do território de São Gonçalo.

O conjunto habitacional onde os moradores foram reassentados e destacados na paisagem era composto de “casinhas simples” com construção padrão e pintadas de branco. Produziram um “estigma” nos moradores e uma segregação residencial que se destacou logo

na entrada da rua Mário Quintão ao mesmo tempo em que se amalgamou com as demais construções feitas em terrenos de posse em uma continuidade.

Segregação, discriminação, preconceito, racismo são alguns dos conflitos que encontraremos na dimensão urbana, mas que só pelo entendimento da dinâmica das cidades teremos condição de enfrentar. Nessa perspectiva, a segregação é um dos problemas que podem ser analisados no âmbito das regiões metropolitanas, mas é mister que tenhamos a dimensão de que seu recorte inicial não pode e não deve ser a escala metropolitana. (CAMPOS, 2006, p. 171)

Tais casinhas brancas e pequenas chamadas de “embrião”, a opção escolhida dentre as que foram oferecidas, pela apresentação padrão da cor, da forma e do telhado, fez com que o Conjunto dos Democráticos fosse “vulgarmente apelidado” pelos seus moradores e os demais residentes do entorno como “Pombal”.

Ao serem entrevistados, grande parte dos moradores da comunidade do “Pombal” afirmaram não sofrer preconceito por morarem na favela. Questão que também foi indiferente aos moradores que vivem na Favela do Gato, no Gradim. As frágeis casas construídas pelo BNH para as famílias removidas sempre se destacaram no início da rua Mário Quintão no bairro Porto Novo e muitas vezes eram referidas pelos residentes do entorno como “a favelinha”. Atualmente as casas, quase que totalmente modificadas, lembram muito pouco as construções de mais de 30 anos atrás. Encontram-se totalmente incorporadas à paisagem da rua Mário Quintão, sendo consideradas o cerne da violência local.

Com relação ao debate sobre o tema “segregação”, Campos (2006) informa que a partir de 1920 uma formulação teórica foi privilegiada, contemplando uma visão conceitual que compreende esse processo através da distribuição das classes sociais pelo espaço urbano. Entretanto, o autor apresenta novos contornos teóricos que identificam a segregação a partir da situação das minorias étnicas, religiosas ou regionais, enfatizando que a primeira está estreitamente relacionada à pobreza urbana.

Os processos de “rearranjos” espaciais às vezes produzem segregação que, de acordo com Marcuse (2004), envolve um processo pelo qual um grupo populacional é obrigado se aglomerar em uma área espacial definida.

Em uma outra perspectiva, a segregação seria algo “próprio” das cidades, ou seja, das suas configurações por apresentarem espaços muitos diferenciados. Como afirma Caldeira no capítulo que trata dos padrões de segregação espacial na cidade de São Paulo em sua tese “Crime, Segregação e Cidadania”: “a segregação – tanto social quanto espacial – é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são

basicamente padrões de diferenciação social e de separação.” (CALDEIRA, 2000, p. 211). “A segregação, pois, surge como característica, nem produto nem consequência da vida urbana, mas como característica intrinsecamente a ela relacionada.” (BELLAN, 2007, p. 73).

Para Souza (2005), a segregação residencial e a pobreza urbana agregam a um conjunto de problemas presentes nas cidades que assumem formas espaciais: favelas, periferias pobres e áreas de obsolescência. O autor ainda argumenta que a segregação residencial é um fenômeno urbano mais comum nas cidades grandes e se configura em um problema por muitas razões, sendo duas citadas pelo autor: 1) “menos segregação tende a significar maiores chances de interação entre grupos sociais diferentes, e maior interação tende a facilitar enormemente a demolição de preconceitos [...]”; 2) “Melhores condições de habitação [...] devem contribuir para uma diminuição dos preconceitos contra os espaços segregados típicos das cidades brasileiras, especialmente no caso das favelas [...]” Assim, para ele, a segregação residencial resulta de vários fatores, destacando-se contudo a pobreza e racismo como altamente problemáticos (SOUZA, 2005, p.83).

Além dos referidos problemas sociais produzidos pelo processo de expansão urbana pela qual o bairro Porto Novo sofreu, comum à Cidade de São Gonçalo e à metrópole do Estado do Rio de Janeiro, impactados pela modernização, cabe destacar que este crescimento urbano, desprovido de planejamento, principalmente no que diz respeito à “inclusão” de populações pobres, teve como consequência impactos socioambientais presentes na paisagem de seu cotidiano. Guerra e Pereira (2012) destacam:

A urbanização do município de São Gonçalo ocorreu, em sua maioria, por loteamentos clandestinos e desprovidos da infraestrutura do Estado e dos incorporadores (FERNANDES, 2012; SILVA 2012). Desta forma, a cidade cresceu com um deficiente saneamento básico, além de ruas sem calçamento e construções irregulares que acarretaram (e acarretam) graves problemas ambientais (ANDRADE & RIBEIRO, 2012; FERNANDES, 2012; SILVA, 2012, *apud* GUERRA E PEREIRA, 2012).

Esta condição de segregadas em que comunidades estão enquadradas por atenderem vários ou alguns destes requisitos elencados pelos autores acima geram, segundo Souza (2010), um custo para estes grupos sociais por limitar oportunidades aos seus membros e ao próprio espaço local.

Em nossas entrevistas, ouvimos várias vezes que a empresa de energia não entrava no local por ser área de risco, e que obras de manutenção em áreas comuns são realizadas pelos próprios moradores que não são atendidos pela prefeitura em demandas de infraestrutura. Dito

isto, ressalta-se que a precariedade do serviço público que já é comum no município de São Gonçalo se acentua nestes espaços segregados.

Souza (2010) aponta para o fato de que pessoas que vivem em favelas, cortiços e loteamentos irregulares sofrem com o preconceito e a discriminação, sendo frequentemente associadas a atividades criminosas ou relacionadas aos elementos que as praticam por haver proximidade ou relações familiares, noção reforçada por um senso comum que é difundido pela mídia.

O Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/UFF) e sua prática, que resultou no projeto “Favela do Gato”, atuando com base em uma concepção urbanística balizada na garantia a moradias dignas, procurou atenuar os referidos problemas acima. Tal proposta é reforçada por Souza (2010) destacando que “a urbanização de favelas é uma componente fundamental de um processo genuíno de reforma urbana democrática.” (SOUZA, 2010, p.74). A melhoria nas condições do espaço das favelas é estender aos seus moradores um direito básico de cidadania e do uso da cidade em sua melhor condição.

Condições como as que foram descritas neste trabalho são comuns a muitas favelas no município de São Gonçalo e muitas vezes lançam uma sentença sobre as pessoas que vivem em locais segregados por muitas razões. Inclusive quando não há vantagens diretas da atuação da atividade criminosa no local, a experiência de ser um “favelado”, é a de ser alguém sempre sujeito ao preconceito.

Embora muitos moradores do local entrevistados não sintam preconceito por viverem em favelas ou ignorar simplesmente a questão, o receio de entrar nestes ambientes por ser de fora ou precisar estar acompanhado de um morador da comunidade, assim como a necessidade de motoristas de aplicativos terem de ligar o pisca-alerta ao acessarem o local, denotam uma condição nestes ambientes para serem caracterizados como “territórios segregados”, onde a liberdade é limitada por códigos de conduta que cerceiam as práticas sociais cotidianas dos indivíduos que moram nestes locais, no seu entorno, e também os que são “de fora”.

Sobre a relação com o território como constituinte da identidade dos sujeitos, Souza (1995, p. 84) afirma que o território “[...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” na perspectiva que a ocupação territorial é algo gerador de raízes e identidade, pois “um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto”. Neste caso, inclui-se comunidades que se organizam

em torno da pesca, atividade econômica que marca a história do bairro do Gradim. Estas populações quando são removidas perdem suas referências de vida basilares que são constituidoras de identidade.

A territorialidade pode ser pensada enquanto componente indispensável ao ser humano e a constituição de sociedades que organizadas criam vínculos nestes espaços no cotidiano e destas dependem para sobreviver. Os territórios também podem se apresentar como “entes”, alheios por representarem as mudanças do processo de modernização que impedem a geração de laços que produzem identidade. Processo que pode ser acentuado pelo descaso que não viabiliza a construção de uma relação estreita. Esta constituição de uma identidade social é identificada nas comunidades tradicionais como a Favela do Gato onde moradores demonstram um “pertencimento” aos lugares por estes estarem estreitamente ligados à sua história e identidade. Nos moradores de favelas esta relação também é presente por forjar a identidade do sujeito “favelado” que experiencia residir em um local segregado, ou por ter um “elo” social com a comunidade e um jeito “próprio” de viver que inclui conhecer o espaço, os vizinhos e se sentir seguro.

o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade” os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders). (SOUZA, 1995, p. 86).

Souza afirma que a interação entre homens em um dado espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e modificando o espaço social continuamente, significará estar diante de um território, e sempre que um espaço tenha sido valorizado pelo trabalho humano, foi territorializado. O autor ainda faz a seguinte afirmação: “Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social – ao menos enquanto o homem também estiver presente.” (SOUZA, 1995, p.96). Esta espacialidade social tem uma dimensão repleta de significações que está presente no lugar, espaço da interação e das vivências.

No recorte espacial deste trabalho, nos bairros Porto Novo e Gradim, fração muito ínfima do espaço metropolitano no estado do Rio de Janeiro, identificamos alguns elementos presentes na análise de Souza (2010) que assinalam a condição de pobreza que se acentuou no Rio de Janeiro e em São Paulo, em especial, e ele afirma que “atualmente, a favelização e a periferização, expressões espaciais mais marcantes da reprodução da pobreza urbana,

pressionam não somente por sua magnitude [...] mas igualmente por sua complexidade.” (Souza, 2010, p. 193).

Souza refere-se a uma complexidade que nos chamou a atenção em nossa circulação pelos territórios em estudo. Enquanto nas fotos antigas da década de 1980 podemos ver que as moradias da Favela do Gato eram precárias, com tábuas, e de acordo com as entrevistas com ex-moradores, muito vulneráveis à ação das marés que entravam nas casas sem pedirem licença, o reassentamento das famílias remanejadas foi projeto de construção viabilizado pelo extinto BNH e, embora tenha sido denunciada a fragilidade de suas construções, apresentavam condições mais adequadas e dignas de habitação.

Atualmente, o Conjunto dos Democráticos, onde as famílias oriundas da comunidade da Favela do Gato passaram a morar, perdeu suas feições originais, casas brancas que se destacavam na paisagem no período que foram entregues aos moradores. Algumas das residências foram ampliadas, outras mudaram para a função comercial e muitas se deterioraram com o tempo (Fotografia 1). A rua Mário Quintão, no bairro Porto Novo, onde a nova comunidade está localizada, apresenta uma configuração residencial bastante heterogênea, resultado de uma dinâmica da sociedade e sua espacialidade.

Fotografia 1- Conjunto dos Democráticos



Fonte: Gomes e Neto, 2007, p. 9, Conjunto dos Democráticos com imóveis em mal estado de conservação

Nos anos 1980 houve uma expansão residencial no local que não era ocupado densamente como hoje. A rua Mário Quintão passou a abrigar ao mesmo tempo os “favelados” que vinham da Favela do Gato (Fotografia 2), moradores que invadiram terrenos que estavam alinhados ao conjunto habitacional e um loteamento legalizado na outra margem da rua. Notamos no local, como Souza (2010) esclarece sobre a ocupação de periferias urbanas cariocas, uma presença de uma população que está em busca de terrenos mais baratos em uma localização não tão desejada por muitos, mas de possível aquisição. A presença de famílias que migraram de outros estados também é um dado interessante sobre esta população que está em busca de melhor qualidade de vida.

Fotografia 2 – Conjunto habitacional na rua Mário Quintão



Fonte: Google Earth, Acesso em: 23 fev. 2021. (início do conjunto habitacional na Rua dos Democráticos)

Uma nova realidade em espaços mais carentes que tem se acentuado no Rio de Janeiro, e que foi observado no processo de pesquisa, é a ocupação por grupos organizados do tráfico de drogas com atuação local, em especial nas favelas. No caso em estudo, houve um avanço do espaço da “favela” que ficava situada no início da rua Mário Quintão expandindo-se por toda à sua extensão e ruas transversais (Fotografia 3). As formas diferenciadas em que ocorreu a “apropriação” de porções deste espaço criou áreas com construções precárias no

lado que fica localizado o conjunto habitacional que deu origem à nova favela (uma extensão da Favela do Gato) e uma interiorização de terrenos que não segue um padrão. Portanto, segundo moradores locais, todo o local é chamado por pessoas que lá residem, bem como pelos “de fora”, de “favela do Pombal”, apelido que a comunidade recebeu e que se cristalizou com o tempo e pela qual é conhecida. A rua que termina encontrando a BR-101, portanto com uma única entrada e saída, tem facilitado a atuação de criminosos que predominam neste território. Sobre esta questão Souza afirma: “O traço mais impressionante da favelização, da década passada para cá, fica por conta, porém, da territorialização de favelas por parte do tráfico de drogas.” (SOUZA, 2010, p. 193, grifo do autor).

Fotografia 3 – Rua Mário Quintão e os loteamentos no entorno



Fonte: Google Earth, Acesso em: 23 fev. 2021.

Estes territórios que sofrem a prevalência de um poder com a atuação de “quadrilhas”, “comandos”, que segundo Souza (2010) embora haja relações de “solidariedade” entre membros de uma mesma facção, estes têm muito mais uma atuação local. O predomínio deste poder local, onde a entrada da polícia é quase sempre seguida de um confronto, cria o que Souza denominou de “territórios enclaves”, áreas dominadas pelo tráfico de drogas onde o ir e o vir é sempre marcado pela vigilância que gera uma apreensão nos residentes locais. Estes territórios, abandonados pelo poder público e reféns de uma dinâmica socioespacial sem ordenamento institucional, são um terreno fértil para as práticas ilegais realizadas por grupos criminosos.

Este poder local, exercido por estes grupos, cria “zonas protegidas” para os seus residentes e as áreas que não têm esta “segurança” são, conforme Souza (2010) relatou, as chamadas “áreas neutras” recebendo somente, portanto, a segurança ineficiente do Estado. Nestas áreas os cidadãos ficam “desprotegidos” por haver um “vazio” de poder de

organizações criminosas e nelas “bandidos de qualquer bandeira” possivelmente poderão atuar. Desta forma, os cidadãos que residem nestas áreas onde “teoricamente” são assistidos pela segurança pública, na prática ficam vulneráveis a todo tipo de infortúnio. Foram inúmeras as vezes que ouvimos no decorrer de conversas com moradores de favelas: “Aqui dentro não tem perigo, não.”; “É mais fácil você ser assaltado na rua Maria Rita.” (rua de acesso logo na saída do Conjunto dos Democráticos); “Foi só eu me mudar do Pombal que eu fui assaltada.”; “Aquela favela é muito boa, a gente pode fazer o que quiser.” Estas são frases ditas por moradores nos locais pesquisados e de favelas em São Gonçalo.

Souza (2010) chama este processo em curso de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial que se encontra na dimensão política e na dimensão do poder. Neste complexo processo de esgarçamento da sociedade, consolidado na organização socioespacial, coloca para a Geografia, assim como as demais ciências, o desafio de explicarem e apontarem soluções que nos permitam sonhar a caminhar para uma sociedade mais justa e livre.

Está-se diante, portanto, de uma fragmentação territorial, no sentido próprio do termo território: um espaço definido e delimitado por relações de poder (SOUZA, 1995 a:78). Não importa que a fragmentação não diga respeito a territórios estatais e sim a territórios cuja formação é conduzida no âmbito da sociedade civil ou mesmo a territórios ou microterritórios ilegais. Na verdade, as fronteiras dos territórios estatais permanecem inalteradas; o que acontece é que poderes paralelos ao Estado, protagonistas de atividades econômicas ilícitas, territorializam ostensivamente numerosos pontos do espaço intra-urbano, notadamente espaços residenciais segregados, desafiando o controle territorial estatal. Essa formação de enclaves controlados por grupos criminosos, enclaves esses que funcionam com os nós de redes do tráfico de varejo de drogas ilícitas, contribui, de sua parte, para reforçar, na outra ponta do espectro econômico, o fenômeno da auto-segregação, o qual possui implicações territoriais em sentido amplo. (SOUZA, 2010, p. 217).

A discussão sobre a produção do espaço ganha relevância no contexto atual por enormes porções da superfície terrestre já apresentarem sinais da intervenção humana. Sejam estas visíveis localmente por serem produto das transformações da natureza para produção agrícola nos espaços rurais ou pelos processos de urbanização que são cada vez mais intensos, visto que a cidade tem se constituído como um modelo de espacialidade hegemônico, consolidando o modo de vida urbano/industrial. É fato que este modo de vida vem se generalizando, afetando lugares cada vez mais distantes e causando danos ambientais (a exemplo das mudanças climáticas, da destruição da camada de ozônio, enchentes agravadas pelo acúmulo de lixo etc.). Dito isto, torna-se então oportuno repensar e discutir os meios e os processos que permitiram a consolidação do nosso modelo civilizatório. Padrão que se repete na cidade de São Gonçalo por apresentar inúmeras contradições: por sua dimensão territorial e

populacional, sendo capaz de produzir riquezas, gerando, portanto, desigualdades sociais notórias.

No que se refere ao papel da técnica e a possibilidade de intervenção humana no espaço, e pela importância que esta tem no processo de transformação da natureza e criação do prevalente meio urbano, Santos afirma que “É bem sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.” (SANTOS, 2017, p. 29).

Santos (1994) afirma que o espaço transformado pela técnica denuncia a substituição da natureza por objetos artificiais que estão imbuídos de racionalidade. Neste contexto de prevalência da técnica por meio da ruptura do homem com o seu entorno, estabelece-se uma relação equivocada que é também funcional, pautada por uma lógica utilitarista. O autor ainda descreve: “A técnica é a grande banalidade e o grande enigma, e é como enigma, que ela comanda nossa vida, nos impõe relações, modela nosso entorno, administra nossas relações com o entorno.” (SANTOS, 1994, p. 7).

A cidade vem agregando diversos modos de vida na atualidade, seja via intervenção no campo, seja pelas trocas comerciais na cidade, a cidade reúne a todos. No entanto, este não é um processo democrático! A urbanização e seus recursos mais básicos são uma demanda de todas as populações desde a industrialização, sendo por obras desta natureza que a população gonçalense ainda reivindica.

É importante destacar que os bairros Porto Novo e Gradim apresentam em escala menor as consequências do crescimento populacional de São Gonçalo, tendo em vista que constituem este território onde não ocorreu investimentos suficientes em infraestrutura, pelo menos não na mesma proporção em todo o município. Nestes bairros existem problemas comuns à cidade como um todo. São alagamentos frequentes, ruas com calçamento se deteriorando pela falta de manutenção, lixo nos rios (a exemplo do Rio Marimbondo que é chamado de valão pelos moradores locais), dentre muitos outros. A construção da BR-101 também deixou como legado, além da facilitação do acesso, o aterramento de mangues e da região costeira, interferindo na dinâmica natural destes bairros.

Santos (1994) descreve a existência de uma esfera natural que é crescentemente substituída por uma outra esfera que é técnica, na cidade e no campo, chamada por ele de “tecnoesfera” e ainda uma outra esfera que resulta dos desejos, das crenças, vontades, que constitui a “psicoesfera”. A união destas no espaço formam o meio técnico-científico. Este prevalece nos ambientes urbanizados como a cidade de São Gonçalo, e com mais intensidade

nos espaços mais modernizados, tornando-se também uma realidade nos espaços mais precarizados. As transformações que constituem o meio geográfico na contemporaneidade são para Santos “O meio geográfico, que já foi ‘meio natural’ e ‘meio técnico’ e é, hoje, tendencialmente, um ‘meio técnico-científico’. Esse meio técnico-científico é muito mais presente como tecnoesfera.” (SANTOS, 1994, p. 32).

Nesta perspectiva de pensar a técnica como um elemento que é incorporado pelo meio, e não um “acessório”, Santos (2002) propõe considerar a técnica como um meio, contrariando a dicotomia de um meio geográfico e um meio técnico inserido no ambiente natural, apresentando o conceito de meio técnico-científico-informacional:

De fato, dizemos nós, não há essa coisa de um meio geográfico de um lado e de um meio técnico de outro. O que sempre se criou a partir da fusão é um meio geográfico, um meio que viveu milênios como meio natural ou pré-técnico, um meio ao qual se chamou de meio técnico ou maquinico durante dois a três séculos, e que hoje estamos propondo considerar como meio técnico-científico-informacional.” (SANTOS, 2017, p. 41).

Santos (2002) pondera sobre a difusão desigual da técnica no tempo e no espaço e, portanto, no quanto o espaço contribui para a compreensão do advento da técnica na produção do espaço geográfico em um determinado espaço-tempo:

A técnica tem história embutida, apresenta uma história no momento da sua criação e instalação e revela o encontro em cada lugar das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas) que permitiram a chegada e inserção destes objetos em determinado lugar. “A técnica é tempo congelado e revela uma história.” (SANTOS, 2002, p. 48).

As intervenções da técnica são importantes marcadores históricos para a compreensão das transformações socioespaciais, pois denunciam os interesses que estão ocultos por traz dos discursos que apregoam a modernidade. Tais intervenções ganham materialidade no espaço geográfico e funcionalidade atribuída pela sociedade a estes sistemas.

A técnica contribui na historicização do espaço: “A técnica nos ajuda a historicizar, isto é, a considerar o espaço como fenômeno histórico a geografizar, isto é, a produzir uma geografia como ciência histórica. Assim pode-se também produzir uma epistemologia geográfica de cunho historicista e genético e não apenas historicista e analítico. (SANTOS, 2002, p. 49).

Embora a técnica possibilite grandes transformações territoriais, é importante anotar algumas peculiaridades quanto à formação territorial da cidade de São Gonçalo. A construção

socioespacial de São Gonçalo não se consolidou de forma semelhante à de outras grandes cidades que apresentam um território urbanizado, embelezado em áreas centrais e precarizados nas demais partes da cidade. São Gonçalo não apresenta diferenciações espaciais tão marcantes como o próprio núcleo metropolitano, a cidade do Rio de Janeiro, pois não tem áreas tão embelezadas e seu núcleo urbano apresenta visivelmente muitas mazelas, tais como populações de rua espalhadas por sua área comercial, lixo e infraestrutura precarizada. O município gonçalense não formou uma “zona” para grupos abastados, não possui áreas de luxo segregadas para ricos.

correspondente de Icaraí, no município de Niterói, à Praia da Luz, em São Gonçalo⁵. São Gonçalo fazia parte da capitania de São Vicente que abrangia o Sul da costa do Rio de Janeiro e o norte do litoral de São Paulo que no final do século XVI era ocupado por índios Tamoios que foram surpreendidos por seus primeiros colonizadores portugueses e franceses (Figura 6). Os jesuítas chegaram com a missão de catequizar os nativos selvagens.

Figura 6 – Aldeia Morgoniaçu



Fonte: Molina e Silva, 1996, p. 43.

⁵ Banda d'além se referia, nos séculos XVI e XVII, a todas as terras localizadas à frente da cidade do Rio de Janeiro, do outro lado da baía, desde a foz do rio Guaxindiba até Ponta Negra - Maricá, limite do termo do Rio de Janeiro na direção da capitania de Cabo Frio, penetrando pelo interior, pelo vale do Guaxindiba, até o lugar conhecido como Ipiíba. O termo era usado com frequência nas fontes da época, desaparecendo no final do século XVII. (OLIVEIRA, 2014, p.14).

As pesquisas sobre a história de São Gonçalo apresentam algumas inconsistências, imprecisões quanto a locais e datas por serem dados muito antigos. Contudo, conforme a pesquisa de Braga (2006), a história do município de São Gonçalo tem origem em 1579 com a doação de uma sesmaria do lado oriental da baía de Guanabara ao fidalgo Gonçalo Gonçalves, natural de Amarante na cidade de Minho em Portugal que residia no Rio de Janeiro.

Dados históricos, como indica Braga (2006), apontam o alto custo para investimentos nas lavouras, em razão da resistência dos índios que invadiam e as destruíam, do quanto dispendioso era para os donatários a compra de escravos vindos da África e pelas dificuldades em manter a terra produtiva e os engenhos, dentre outros motivos que levaram as capitânicas hereditárias a fracassarem. Diante deste cenário, o governo autorizou os donatários a dividirem as sesmarias em lotes e entregá-las para doações.

Quanto à localização original de São Gonçalo, existem muitas controvérsias de uma história confusa em virtude de muitas anotações antigas e interpretações diversas que dificultam uma conclusão determinada. Segundo a própria autora, pelo estudo que Braga (2006) e vários autores empreenderam, a cidade de São Gonçalo teria seu início onde está localizada atualmente a Igreja Matriz de São Gonçalo na região central do município.

Até chegar à posição de cidade, o município de São Gonçalo percorreu um longo processo histórico que tem início com a sua colonização em 1579. Durante séculos, foi sesmaria, freguesia, distrito, vila, município, cidade. Como o quadro abaixo apresenta:

Tabela 4 – Processo histórico de organização espacial do município de São Gonçalo

TIPO	PERÍODO
Sesmaria	1579
Freguesia	1647-1819 (Niterói)
Distrito de Niterói	1819-1890
Vila	1890 (20 dias)
Município	1892-1922
Cidade	1922
Vila	1923
Cidade	1929

Fonte: Braga, 1998, p. 11, adaptado por Modesto (2008).

Quanto ao povoamento, Braga (2006) descreve que ocorreu junto à expansão das margens, picadas, caminhos de carros-de-boi, charretes, cavalos e posteriormente às margens

das ferrovias. O sesmeiro Gonçalo Gonçalves e o seu genro Antônio Lopes Siqueira acreditavam que a criação da freguesia gonçalense melhoraria as condições nas sesmarias para os seus proprietários. Palmier relata esta expectativa:

A criação da freguesia de São Gonçalo devia despertar novos estímulos, e entusiasmo maior, em torno da sesmaria, em período inicial de colonização. Com o pitoresco da redação e ortografia, já quase inelegível, consta da Secção Histórica, do arquivo nacional, página 68, livro II da coleção 60, um dos mais antigos documentos, dos muitos que foram redigidos em torno da criação das freguesias gonçalenses. (PALMIER, 1940, p. 18).

A condição de cidade emancipada de São Gonçalo deu-se entre idas e vindas e em um longo processo histórico. Braga (2006) relata que o município ganha efetivamente o status de cidade a partir da Lei 2.335 de 27 de dezembro de 1929 que determinava: “todas as sedes de municípios terão a categoria de cidade”. Nesta época, a cidade contava com seis distritos (São Gonçalo, Itaipu, Monjolos, Neves, Sete Pontes e Jose Mariano). Foi a partir do decreto 1.063 da Lei estadual de 28 de janeiro de 1944 que São Gonçalo passou a ficar dividida em cinco distritos (São Gonçalo, Ipiúba, Sete Pontes, Neves e Monjolos).

Segundo as pesquisas de Palmier (1940), Braga (2006) e Geiger (1954) sobre o município de São Gonçalo e sobre como ocorreu a produção social do seu espaço, pode-se afirmar que o desenvolvimento econômico de São Gonçalo se dá em função de atividades primárias. Estas atividades foram viabilizadas pela intensa atividade portuária, facilitada por sua estratégica localização. No entanto, o destaque econômico esteve inicialmente nos engenhos e na cana-de-açúcar, responsável pelo progresso local a partir de 1647, tornando-se a sua base econômica.

A fabricação de açúcar e aguardente marcaram a economia colonial. Segundo Geiger, “até o século XVIII, a zona da Guanabara era a produtora mais importante.” (GEIGER, 1954, p. 3). As áreas produtoras ganharam destaque em função disso. São Gonçalo e a baixada fluminense ganharam destaque por terem sido importantes regiões produtoras de açúcar, quando sua comercialização no país até o século XIX era voltada para o mercado externo.

Geiger (1956) e Braga (2006) assinalam que as alterações na paisagem denunciavam as mudanças na economia agrária desde o século XIX, apresentando a transição da economia canavieira para a policultura que rendeu a São Gonçalo grande dinamismo econômico já na primeira metade do século XX. Acrescente-se a criação de gado e as lavouras de milho que também contribuíram para a ocupação local.

A produção social do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, conforme Abreu (2013) relata, tem início com o desmembramento de grandes extensões de terras que eram incorporadas à área da cidade através do retalhamento de fazendas e sítios que se destinavam à atividade agrícola e à produção em engenhos. Dentre estas propriedades havia as que estavam localizadas em áreas mais distantes do centro e irão compor as áreas periféricas.

Ressaltamos algumas semelhanças da organização territorial gonçalense que constituiria o espaço metropolitano fluminense. Desta forma, São Gonçalo tem origem nas subdivisões das sesmarias que estruturavam este espaço originalmente. Estas, posteriormente, foram subdivididas em chácaras e sítios. A partir do século XX, estas terras passaram a ser loteadas, dando origem aos bairros que hoje conhecemos.

A cidade de São Gonçalo teve a sua população adensada e experienciou a mobilidade espacial com a introdução dos trens e dos bondes no final do século XIX. Na cidade do Rio de Janeiro esses modais são implementados seguindo um padrão segregador. “Bondes e trens possibilitaram, assim, a expansão da cidade e permitiram a solidificação de uma dicotomia núcleo-periferia que já se esboçava, como visto, antes de 1870.” (Abreu, 2013, p.44).

Na segunda metade do século XX, o modal rodoviário prevaleceu em São Gonçalo influenciando inclusive até os dias atuais na mobilidade interna do território municipal que está sujeita aos “desmandos e *lobbys*” dos empresários dos transportes coletivos rodoviários.

Segundo o plano diretor de São Gonçalo, Lei Complementar de 2009, art. 22, que regulamenta a organização territorial do município, “A área urbana de São Gonçalo é toda área do Município”⁶ e, portanto, estando suas áreas rurais na prática disponíveis para a contínua expansão da cidade. Dito isto, daremos uma atenção mais específica para o espaço urbano que nos permite mencionar a “cidade” na perspectiva do seu contínuo processo de produção, pelo fato desta representar e reunir todas as características do “urbano”.

Longe de apresentar uma paisagem estática, a cidade é fruto de um processo histórico, resultado do passado e do presente que se projetam para o futuro e da prática social dos seus mais variados atores. Sua existência e transformação constante e visível no espaço urbano é o resultado de agentes que atuam com objetiva intencionalidade, embora às vezes isso não seja notório a todos. Tais agentes, como apresentado neste trabalho, o Estado, a sociedade local/as comunidades (favelas) e os agentes imobiliários têm transformado o espaço social do

⁶ Retirado de <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-sao-goncalo-rj>. Título III: Da Organização do Território, Art. 22: “A área urbana de São Gonçalo é toda área do Município”, Art. 23: “A área urbana é a área utilizada para fins urbanos, compreendendo os terrenos parcelados e os ainda não parcelados, destinados ao crescimento normal da cidade.”

município de São Gonçalo e de seus bairros como um todo. A atuação desses envolve sobreposição de interesses que muitas vezes são conflitantes.

Assim, a cidade é a configuração espacial que concentra em um mesmo espaço uma infinidade de atributos. Seja ela grande, pequena ou média, cada vez mais apresenta características comuns por sofrer com o processo de urbanização. Torna-se atraente por ter a virtude de abrigar uma diversidade de culturas e pessoas muito distintas. Revela em sua paisagem muitas mazelas, ficando algumas mais confinadas em determinados espaços que são excluídos e segregados, mas de certa forma, integrados ao arranjo espacial como um todo.

Cada vez mais, com o crescimento das cidades, estes problemas urbanos são notórios e estão incorporados ao espaço citadino, concentrando-se em regiões periféricas que sofrem com problemas ambientais diversos e espaços precários que recebem quase nenhuma atenção do poder público, onde o cotidiano revela as contradições presentes ali.

Por outro lado, a cidade abriga a modernidade que a concebeu e a transforma continuamente, bem como as distorções causadas pelos interesses que se sobrepõem a ela e que orquestram a sua projeção. Contudo, é uma fonte inesgotável de informações por ser uma porção da superfície que representa significativamente a configuração do complexo mundo atual. Sobre a complexidade da cidade, Carlos afirma:

A cidade, enquanto construção humana, é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado. (CARLOS, 2007, p. 11).

As origens da cidade ainda na antiguidade, em torno de 3.500 a.C. na Mesopotâmia, estão relacionadas à atividade agrícola que possibilitou ao homem sua fixação local, sendo estas atividades, segundo Sposito (1988), pré-condições para o seu desenvolvimento, porém condições insuficientes para explicar a sua origem. A cidade tem na sua gênese uma complexidade e diferenciações impressas em seus espaços que se tornaram possíveis com a divisão social do trabalho, traço marcante da espacialidade contemporânea.

Para Singer (1985), a formação de excedentes agrícolas, embora tenha sido importante nas primeiras aglomerações, dado o caráter extensivo das atividades primárias, não poderia caracterizar uma cidade. O autor esclarece que foi a formação de instituições sociais com relações de dominação que possibilitou uma participação diferenciada da sociedade no

processo produtivo por meio de uma sociedade estruturada em classes. Estabeleceu-se desta forma as condições para a demanda produtiva onde uma parte da sociedade participava produzindo e a outra, consumindo.

Sposito (1988) afirma que a divisão rural e urbana atual é uma diferenciação que constitui uma divisão de trabalho no espaço geográfico. Divisão tributária das relações comerciais mais primitivas instituídas ainda no início do capitalismo.

A complexa sociedade urbana tem sua formação, para Sposito (1988), na formação da realeza que tem início na figura do “caçador” nas aldeias, garantindo proteção e segurança a esta sociedade. O caçador-chefe, político-rei, para a autora, teria criado condições de exploração. Os tributos teriam origem como oferendas ao caçador, um personagem que provavelmente ganhou força política. Estes tributos tornaram-se pagamentos sistemáticos dando poder ao caçador-rei. Instituíam-se então a transferência de excedentes que viabilizou maiores diferenciações sociais (classes). A instituição da realeza foi vital para uma mudança na economia da aldeia para uma economia urbana.

Sposito (1988), com relação ao caráter da cidade, afirma: “a cidade na sua origem não é por excelência o lugar de produção, mas o da dominação.” (SPOSITO, 1988, p. 14). A autora explica que a cidade ocupou um lugar de centralização e de gestão da produção, submetendo, portanto, o campo e fazendo o controle do excedente. Esta prevalência da cidade sobre o campo permitiu por meio da centralização do poder do rei a constituição de exércitos e o domínio de regiões cada vez maiores, consolidando impérios fortes.

Na idade média, com o fim do império romano, toda a rede urbana será desconfigurada com retorno a uma economia agrária no período chamado feudalismo. Esta economia baseava-se na servidão, no latifúndio e na satisfação de necessidades básicas individuais. Com a constituição da burguesia como classe este cenário muda, pois os produtos viram mercadoria e sua comercialização se objetivaria ao lucro. Ocorre então a apropriação dos excedentes do campo e a apropriação do artesanato. Estavam lançadas as bases para uma sociedade com uma nova relação de domínio a partir da acumulação da riqueza pelos burgueses.

Os impérios, segundo Sposito (1988), foram instituições vitais para a consolidação do meio urbano com a construção de sistemas interurbanos mais complexos. Estariam dadas, portanto, as condições para conectar espaços com especializações estabelecendo-se uma divisão social e territorial do trabalho.

O acúmulo de riqueza com a produção de excedentes pelos comerciantes – os burgueses – com troca de mercadorias com a finalidade do lucro, rompendo com a lógica

feudal de “valor do uso”. Com a venda ou arrendamento de terras pelos senhores feudais, consolidava-se a prevalência dos burgueses como classe social que passou a comercializar os produtos agrícolas e o artesanato. O movimento do capitalismo segue o fluxo do processo de acumulação na fase do capitalismo comercial por meio das grandes navegações, explorando riquezas em outras regiões distantes, acentuando a divisão de trabalho através da exploração das colônias, anexadas aos espaços das metrópoles já urbanizados.

Com a incorporação do artesanato a um circuito comercial que passou a se dedicar a acumulação de capitais que levou à produção fabril manufatureira e à apropriação do trabalho artesão incrementada com máquinas que com o tempo foram sendo aperfeiçoadas, o processo de industrialização seria consequência. O controle dos meios de produção e a exploração do trabalho não remunerado, chamado por Karl Marx de mais-valia, consolidaria o processo.

O início da industrialização entendida aqui como traço da sociedade contemporânea, como principal atividade econômica e principal forma através da qual a sociedade se apropriava da natureza e a transformava marcou de forma profunda e revolucionou o próprio processo de urbanização. (SPOSITO, 1988, p. 48).

Este processo se intensificará a partir da revolução industrial na segunda metade do século XVIII e envolverá a colonização de novos espaços em escala global a partir da Europa, e seguirá pelo século XIX e XX com a exploração da África, da Ásia e da América Latina, onde o processo de industrialização ocorreu tardiamente.

A primeira metade do século XX marcará a industrialização no Brasil a partir de 1930 com a indústria de base no governo de Getúlio Vargas, período em que ocorreu um expressivo aumento populacional do país, intensificando o processo de urbanização que já estava em curso. Sobre o espaço urbano, Lobato Corrêa o define como

o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano fragmentado. (CORRÊA, 2004, p. 1).

Lefebvre (2002) chama de “sociedade urbana” a sociedade que surge com o processo de industrialização, absorvendo uma sociedade que vivia da economia agrícola. O autor afirma que “não é menos certo que a produção agrícola se converte num setor da produção industrial, subordinada aos seus imperativos, submetida às suas exigências.” (LEFEBVRE, 2002, p. 17).

O século XX marca o início da urbanização no município de São Gonçalo. Segundo Braga (2006, p. 157), em 1916 a urbanização se iniciou de fato. Desde a Vila de São Gonçalo que era sede do município, a partir do trecho que ia da Praça 5 de Julho (atual Estephânia de Carvalho) até o Rodo de São Gonçalo (atual Praça Dr. Luiz Palmier). Esse projeto se realizou com a substituição de antigas moradias por novas construções. Embora o município tenha sido governado por vários prefeitos entre 08/01/1915 e 23/03/1917, o prefeito Vicente Lícínio Cardoso (18/06/1916 a 23/03/1917) foi considerado o precursor do urbanismo em São Gonçalo à frente da gestão desse município.

O crescimento industrial brasileiro que se acentuou no período posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) não se deu de forma uniforme no território brasileiro. Concentradas na região sudeste, primeiramente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, e posteriormente no Sul, tornando-se polos de atração no país e, portanto, formaram grandes e complexas aglomerações. Carlos (2007) trata da questão da produção do espaço urbano em um processo que envolve o movimento da sociedade no contexto do mundo moderno em três planos: o econômico, o político e o social. Estes compreendem respectivamente a produção do espaço através das ações do capital, da sociedade sob o domínio do Estado através de um espaço normatizado e, por último, refere-se à cidade produzida pela prática socioespacial.

No contexto em que a atividade industrial se tornava a mais importante no país, KELLER (1953) e Braga (2006) informam que São Gonçalo foi um dos municípios que mais cresceu no processo de industrialização brasileira entre 1940 e 1960, possuindo neste período um dos parques industriais mais importantes dentro do Estado do Rio de Janeiro, recebendo o título de “Manchester Fluminense” por Luiz Palmier.

O período da gestão de Joaquim de Almeida Lavoura à frente do município de São Gonçalo por três mandatos (1955 a 1959, 1963 a 1967 e 1973 a 1975) foi marcado por obras urbanísticas. Neste período, Joaquim Lavoura alargou e calçou toda a Via Porto Velho, pavimentou ruas e realizou obras de saneamento básico. A partir de então, ficava obrigatório a construção de muros e de calçadas das residências com meio-fio. O espaço físico e social onde a sociedade se reproduz e se materializa se transformam continuamente pela ação de agentes que o modelam e constroem nestes ambientes novas paisagens.

Naquele governo foi criada a usina de asfalto no município, a fábrica de manilhas e o código de Planejamento Urbano pela deliberação 683 de 28 de dezembro de 1973. Também foram normatizados e regulamentados os loteamentos, construções e demolições de acordo com o Código de Postura, possibilitando a urbanização do município (BRAGA, 2006, p. 160).

Seu último mandato não foi concluído em razão do seu falecimento em 10 de novembro de 1975.

Corrêa (2004) assinala que os agentes responsáveis pela produção do espaço urbano são os proprietários dos meios de produção (como os industriais), os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Os agentes públicos e os empreendedores que atuam na produção contínua do espaço urbano têm em muitos casos suas ações e objetivos articulados conjuntamente. São construtores que realizam obras por toda a cidade: são estradas, pontes, barragens, prédios, condomínios fechados de luxo etc. Os agentes sociais excluídos também atuam neste processo, seja nas autoconstruções, nos “puxadinhos” ou na configuração das favelas e seus espaços precários, comuns no território do município de São Gonçalo. Inclui-se neste pacote de transformações espaciais os danos ao meio ambiente no processo de modernização dos espaços como ocorreu na construção da BR-101 e de loteamentos, como no caso dos bairros do Porto Novo e do Gradim, que serão abordados neste trabalho.

Esta diversidade em que está envolvida a dinâmica de produção social do espaço é comum na região metropolitana do Rio de Janeiro, território marcado por contrastantes desigualdades. Dentre os agentes produtores do espaço urbano destacamos os que ficam mais vulneráveis e precarizados no processo, porque, de outro lado, há o grupo que lucra diretamente com as contradições da sociedade por tornarem-se provedores do processo de acumulação, como é o caso do Estado por arrecadar impostos e acumular divisas, também os proprietários que preservam terras sem uso para fins de especulação. Há ainda os que se encontram à margem do desenvolvimento econômico e social, vivendo em habitações precárias e sem qualificação para o mercado de trabalho formal e, por esta razão, são força de trabalho para o setor informal. Sobre a atuação de agentes na produção social do espaço gonçalense, Modesto afirma:

[...] cada um dos atores, na procura de sua hegemonia, usa a diferença, as necessidades sociais e a subjetividade humana a seu favor. Conflitos e enfrentamentos de diferentes ordens possibilitam desafios em múltiplas escalas, onde a Sociedade Civil é o cenário legítimo da confrontação de aspirações, desejos, objetivos, crenças e projetos. (MODESTO, 2008, p. 43).

A produção do espaço gonçalense está atrelada ao contexto histórico que fomentou a sua realização. As transformações socioespaciais do Município de São Gonçalo que decorrem do processo de urbanização foram alavancadas com a industrialização se espraiando por todo o território municipal com o decorrer do tempo. Para Carlos (2007), a sociedade urbana se

generaliza e, por esta razão, o processo de urbanização tende a se generalizar. Neste processo tendem a surgir novas formas, funções e estruturas sem que as antigas desapareçam. Aponta-se para uma contradição importante, ao passo que há resistências e reafirmações quanto a serem referenciais da vida, onde o novo surge, em um processo constante de modernização. Entretanto a autora afirma que “há também a degradação de formas e relações sociais na cidade. Portanto, essa contradição revela um movimento triádico: preservação/degradação/transformação, capaz de caracterizar o processo de reprodução da cidade hoje”. (CARLOS 2007, p. 21).

Seguindo nesta direção, Carlos (2007) apresenta a impossibilidade de pensar a produção do espaço fora do contexto do modo de produção, em razão da extensão do processo de urbanização tratar-se de um fenômeno mundial, e está relacionada à forma como o espaço vem sendo construído e desconstruído, ou seja, sob a égide do capitalismo. Com relação ao processo de urbanização e a influência capitalista, Carlos afirma:

Pensar o urbano nesta perspectiva, significa considerar o fato de que o capitalismo se expandiu e, ao se realizar, tomou o mundo e este momento se relaciona com aquele da redefinição da cidade, da constituição de novas centralidades, de sua explosão, da extensão das periferias e da reprodução do espaço em um outro patamar. Neste sentido a sociedade atual contemporânea surge como sociedade urbana em constituição, o que significa que ao mesmo tempo em que caracteriza uma realidade concreta, também sinaliza a possibilidade de sua realização como tendência. Do ponto de vista teórico, o urbano aparece como realidade mundial, ultrapassando realidades e conceitos parciais. Assim, a prática urbana em sua totalidade, no plano mais amplo da reprodução das relações sociais é uma pista importante para entender a cidade em sua totalidade, mesmo a partir das ciências parcelares. (CARLOS, 2007, p. 21-22).

Assim como a histórica ascensão econômica de São Gonçalo na primeira metade do século XX nos revela, o espaço torna-se condição para a expansão do capital. O desenvolvimento socioeconômico de São Gonçalo preserva estreita relação com o crescimento econômico de sua metrópole. A proximidade geográfica que possibilitou deslocamentos constantes e o vínculo econômico entre estes espaços ainda são uma realidade.

Vale ressaltar que as diferenças socioespaciais do presente momento histórico resultam dos novos fluxos econômicos que incluem as escalas local, regional, nacional e internacional. Cada vez mais cidades e metrópoles estão ligadas formando “sistemas urbanos” em função das relações comerciais que as mantêm unidas. As grandes desigualdades materializadas no espaço social são frutos de ações daqueles que detêm o poder econômico e estão incluídos em uma configuração econômica internacional, complexificando, cada vez mais, a organização do território.

A ampliação da atuação do capital, incluindo escalas diversas, exigiu uma articulação muito mais intensa das redes urbanas que sobrepõem territórios e até unidades administrativas. Nesse processo, no qual o espaço tornou-se uma condição para a expansão do capital, além dos fluxos intensos que alteraram relações econômicas, transformações também marcaram a paisagem e a organização da sociedade, produzindo a periferização de grupos sociais. Esta caracteriza-se por “*apartheids*” sociais materializados nos condomínios fechados, nas favelas e pelos territórios dominados por milicianos ou traficantes. Esses conflitos socioespaciais são uma faceta e um efeito colateral da expansão do processo de acumulação do capital (SOUZA, 2005).

As diferenças e desigualdades socioespaciais são produtoras de mazelas diversas que tem como agentes responsáveis o modo de produção e seus representantes (empresários e proprietários de bens), dentre estas, tem se destacado, no atual momento, a violência; nesse caso específico, a violência urbana. Souza (2005) afirma que existem manifestações de criminalidade violenta e violência em geral que são típicas do espaço urbano, expressas em formas espaciais, modos de vida e estratégias de sobrevivência: a violência no trânsito; os quebra-quebras em protestos em estações ferroviárias ou de ônibus; os conflitos entre quadrilhas rivais de traficantes de drogas; os choques entre gangues de ruas ou bairros diferentes.

Conforme os diversos estudos têm apontado, a produção do espaço não é aleatória, não é homogênea, mas resultado do embate travado entre os agentes hegemônicos e os agentes subalternizados. Portanto, a produção social do espaço se faz neste processo, em um devir que inclui de um lado apropriação e tecnificação dos territórios e de outro preservação e resistência.

A produção social do espaço é diversa, complexa e muito dinâmica. Se apresenta de forma híbrida, através da amálgama do natural e do artificial. Abriga muitas diferenças e estas representam interesses distintos. O espaço é produzido pela apropriação do capital que tecnifica e transforma, mas também marginaliza e segrega. A organização dos grupos excluídos da sociedade que são marginalizados no processo de modernização é um movimento de contra-hegemonia que expressa a resistência ao modo de produção espacial hegemônico e seus agentes econômicos. É nesse contexto que este trabalho se insere, nessa diversidade. A produção do espaço metropolitano fluminense integrou a cidade de São Gonçalo no seu processo de expansão urbana por meio de obras de modernização do seu espaço urbano (Fotografia 4) e pela segregação de parcelas da sociedade que se tornaram obstáculos.

Fotografia 4 – Centro de São Gonçalo antigo

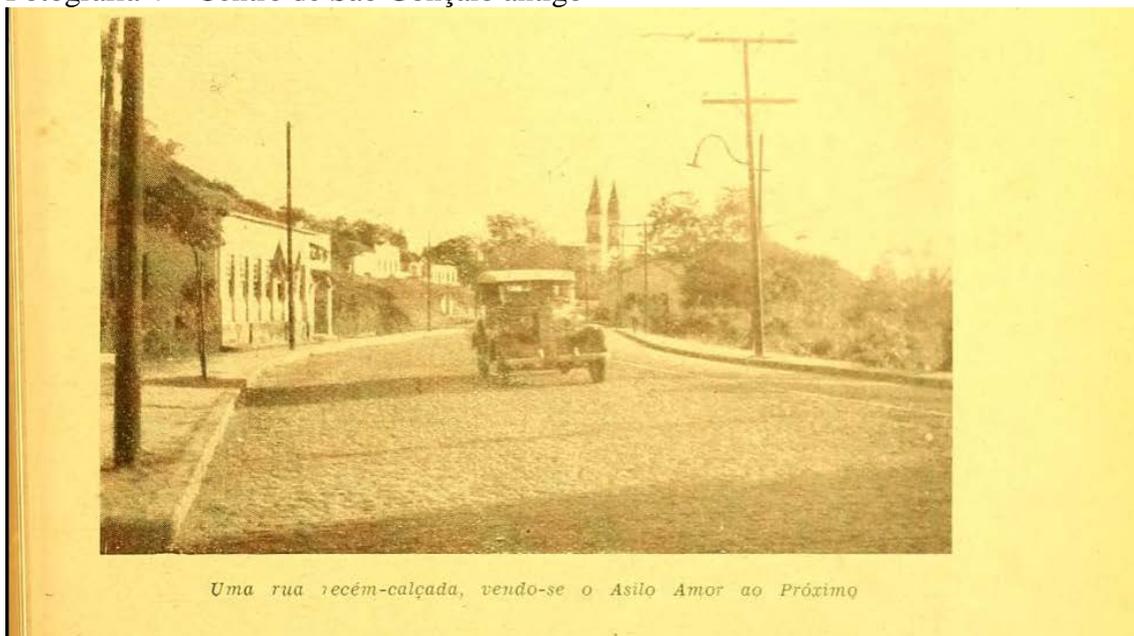


Foto antiga do centro de São Gonçalo (autor e fonte não identificados)

A produção social do espaço urbano está presente nas configurações territoriais materializadas no Estado ou nas territorialidades simbólicas, constituídas pelo valor histórico de espaços e de sociedades. A mesma produção se realiza na diversidade social e de sujeitos distintos que desenham espaços, muitas vezes, opostos. Por último, a produção social do espaço resulta dos conflitos de interesses, de diferentes ações e atores e por isso envolve a apropriação, disputas e, ao mesmo tempo, a resistência.

2.1 A expansão urbana em São Gonçalo (RJ)

Com a finalidade de compreender um pouco da relação do processo de desenvolvimento urbano de São Gonçalo, destacaremos características no processo de urbanização no espaço da cidade. A produção social do espaço urbano gonçalense ocorre no contexto da expansão metropolitana da cidade do Rio de Janeiro e da mudança de um projeto de sociedade agroexportadora para uma sociedade industrializada. Tal situação não se traduz em uma condição de dependência ao núcleo metropolitano, visto que o espaço do município de São Gonçalo tem uma dinâmica própria envolvendo deslocamentos, oferta de serviços, geração de empregos e uma intensa prática socioespacial cotidiana.

Para a realização desta tarefa, apresentaremos o panorama histórico em que ocorreu o desenvolvimento de atividades econômicas no território gonçalense e a demanda por serviços de transportes que foram aperfeiçoados para atender uma sociedade que se modernizava. A economia e os serviços de transporte conectavam São Gonçalo com a cidade do Rio de Janeiro e Niterói, cidade mais próxima.

Na segunda metade do século XX, no período do pós Segunda Guerra Mundial, um conjunto de fatores privilegiaram a prevalência do modal rodoviário no Brasil. Uma enorme pressão dos empresários do setor rodoviário, bem como uma maior circulação de automóveis leves e de cargas pesadas, contribuiu, conforme Braga (2006), para a desarticulação do transporte ferroviário. Os governantes davam incentivos às empresas rodoviárias enquanto as antigas ferrovias definhavam. De acordo com Rosa (2017), “O sistema de bondes e trens era o responsável pelos deslocamentos de médias distâncias como entre São Gonçalo e Niterói.” (ROSA, 2017, p. 59).

Braga (2006) nos informa que em São Gonçalo, no início do século XX, começaram a circular as diligências (carruagens interurbanas). Elas faziam parada no ponto final no Boaçú, ao lado da parada de trens da Estrada de Ferro Leopoldina, localizadas próximas à atual praça Dr. Luiz Palmier. Elas atendiam os locais aonde os bondes não chegavam. Segundo a autora, em torno de 1925 chegaram as jardineiras (ônibus aberto) fazendo a ligação entre Alcântara e Santa Izabel.

Em 1932, entrou em circulação a primeira linha com o trajeto São Gonçalo-Niterói, com duas linhas que percorriam dois trajetos: um pelo bairro Sete Pontes e outro pelo bairro Porto Velho. São Gonçalo em 2002 foi classificado como a quinta maior frota de ônibus do Estado do Rio de Janeiro, contando com 15 empresas e 158 linhas. Dentre as mais antigas empresas rodoviárias, destacavam-se: Viação Santa Izabel, Viação Galo Branco, Viação ABC, Viação Araçatuba, Viação Mauá, Viação Estrela, dentre outras (BRAGA, 2006).

Rosa (2017) assinala que a prevalência do modal rodoviário no território brasileiro precisa ser analisado no contexto do crescimento populacional das periferias e as estratégias de ocupação residencial que envolveram os agentes imobiliários e empresários no processo de loteamento de terrenos na área metropolitana do Rio de Janeiro, como em São Gonçalo, o que foi viabilizado pela concessão de linhas rodoviárias que davam acesso a estes territórios.

Torna-se vital destacarmos o papel do aperfeiçoamento dos meios de transporte que viabilizaram a mobilidade no espaço municipal e os deslocamentos à cidade de Niterói e sua integração à metrópole fluminense.

Vias terrestres foram construídas para facilitar o deslocamento de veículos entre São Gonçalo e Niterói. A Avenida do Contorno Roberto Silveira foi inaugurada em 1967. Antes da construção da Ponte Rio-Niterói, a ligação entre estas duas cidades era feita via Magé pela Estrada do Contorno (BRAGA, 2006).

Há uma tendência em se atribuir como um dos fatores do crescimento demográfico na orla oriental da Baía de Guanabara a construção da Ponte Rio-Niterói, período em que, segundo Mendonça (2007), ocorreu o aumento de loteamentos irregulares ao longo do percurso do trecho Niterói-Manilha. A construção dessa estrada foi um dos importantes vetores de transformação nos bairros estudados, forçando a saída de uma parcela da população assentada na Comunidade da Favela do Gato, formando um novo arranjo espacial na rua Mário Quintão no bairro Porto Novo com a construção do novo assentamento, o Conjunto dos Democráticos, e abertura de muitos loteamentos, dentre eles, muitos clandestinos.

Rosa (2017), ao analisar os dados que apresentam os períodos em que há aumento de loteamentos na região metropolitana, aponta para o período de maior crescimento as décadas de 1940 e de 1950 (Tabela 5), período de grande industrialização em São Gonçalo. Uma população atraída por terrenos disponíveis e mais acessíveis e pela oferta de serviços básicos como saúde, transporte e educação, com relativa proximidade com o núcleo metropolitano.

Tabela 5 - Lotes aprovados por município e década de aprovação

Período.	Até 1929	1930-1930	1940-1949	1950-1959	1960-1969	1970-1976
Niterói		296	4.419	4.995	1.622	3.092
São Gonçalo		922	38.617	82.614	19.510	15.724
Duque de Caxias	3.303	9.169	36.959	86.299	44.386	15.095
Nova Iguaçu	866	311	25.592	166.816	72.293	45.572
São João de Meriti	5.356	3169	10.386	19.623	3.479	1.244
Nilópolis	11.000	2.770	88	461	-	-

Fonte: Abreu (1987) e Limonad (1996). Adaptado por Rosa (2017, p. 182).

Dominguez (2018) ainda destaca que em 1970 não havia muitas áreas disponíveis na RMRJ, o processo de loteamento já estava se esgotando e o período de maior ocupação do solo já teria passado.

As décadas de maior dinamismo na repartição de terras foram justamente os anos 1940, 1950 e 1960, período anterior à Lei de uso do solo 6.766/79. Isso significa que grande parte dos empreendimentos construídos não precisou garantir nenhuma

infraestrutura prévia de saneamento, de transporte e de iluminação para aprovação e posterior comercialização. (DOMINGUEZ, 2018, p. 87).

Conforme dados da tabela, o período posterior à construção da Ponte Rio-Niterói não apresentou um grande aumento de loteamentos no município de São Gonçalo conforme Rosa (2017) e Timótheo (2018) apontam. No entanto, alguns locais receberam novas moradias em períodos posteriores à construção da rodovia BR-101, uma nova via de acesso, constituindo possibilidades pontuais de novos locais de moradias com acesso ao transporte e proximidade dos núcleos urbanos como o caso dos bairros estudados neste trabalho.

A exploração territorial do modal rodoviário no município de São Gonçalo fortaleceu relações e deslocamentos que precediam à sua implementação como São Gonçalo-Niterói, São Gonçalo-Rio de Janeiro, consolidando centralidades e privilegiando o itinerário casa-trabalho, visto que muitos bairros não se conectavam. Inclusive, um bom exemplo, o primeiro *shopping center* construído na cidade, o São Gonçalo Shopping, não foi favorecido com a integração de linhas rodoviárias que comunicassem as demais áreas da cidade ao local. Tal situação privilegia, portanto, consumidores que acessem o local pela BR-101 ou residentes em Niterói. Isso nos leva à conclusão de que os interesses políticos e econômicos prevalecem em detrimento das demandas da população local, seu direito de poder consumir e acessar espaços de lazer e maior conforto.

As transformações espaciais são possíveis pela técnica que está presente no território que transforma continuamente o meio urbano de forma desigual. As funções atribuídas à técnica resultam dos interesses de agentes diversos que a ela fornecem uma intenção e uma amálgama (diversidade de ações e consequências), resultando em profundas transformações que não favorecem toda sociedade. A utilização da técnica causa desigualdades sociais por meio dos diferentes grupos que atuam nas sociedades no tempo e no espaço em um contínuo processo de modernização. As transformações no espaço são um produto das mais variadas intenções que agregam a ele valor de forma bastante seletiva e depende dos interesses e recursos disponíveis.

As desigualdades territoriais são consequências da apropriação “privilegiada” do uso da técnica. Sobre as desigualdades espaciais provenientes da inserção da técnica, Santos (2017) ressalta que na relação entre a técnica e o espaço, a propagação das técnicas se dá de forma desigual. Sobre a distribuição desigual dos recursos de infraestrutura no meio urbano que são recursos técnicos para transformar a cidade, Abreu (2013) escreve:

[...] os recursos aplicáveis em bens urbanísticos são raros: em vários casos, a infraestrutura não se renova há trinta ou cinquenta anos. A solução foi amontoar os ricos em torno destes bens para que pudessem desfrutá-los ao máximo, e impedir a entrada dos pobres no núcleo (do que se encarregou a empresa privada, através da especulação imobiliária, ou expulsá-los para fora dele. *[sic]* (ABREU, 2011, p. 17).

As diferentes possibilidades de apropriação da técnica estão presentes no padrão de organização espacial metropolitano e da atuação de diversos atores que contribuíram para a formação do núcleo metropolitano e o seu entorno, onde foram projetados e materializados os interesses dos agentes econômicos que tiveram sua atuação facilitada pelo Estado. A cidade do Rio de Janeiro sempre teve no seu entorno, sua periferia, o espaço para onde deslocar a população mais pobre e desfavorecida de recursos e influência política, sujeita à disponibilização de equipamentos urbanos que dependiam da boa vontade de autoridades locais ou dos interesses políticos, sempre associados aos econômicos.

A organização do espaço urbano metropolitano passou por transformações na organização política e espacial que decorreram da perda do Rio de Janeiro do *status* de capital. Processo que envolveu além da cidade do Rio de Janeiro os outros municípios, em especial Niterói, que perdeu sua importância política, mas que teve seu desenvolvimento privilegiado se comparado a São Gonçalo. Braga (2006) relata que com a Lei de 1834, o Rio de Janeiro tornou-se município neutro para que este passasse a ser a capital do Brasil. Neste mesmo ano, a então Vila Real da Praia Grande passou à denominação de Nictheroy, a atual Niterói, e no ano de 1835 tornou-se a capital da Província do Estado do Rio de Janeiro.

A capital do Brasil foi transferida para Brasília em 21 de abril de 1960 e, para compensar a cidade do Rio de Janeiro da perda da posição de capital do país, ela ganhou o *status* de Estado da Guanabara (Figura 7). Esse estado foi extinto em março de 1975 com a fusão entre ele e o Estado do Rio de Janeiro, cuja capital, Niterói, passou para a cidade com o mesmo nome do novo estado unificado, a cidade do Rio de Janeiro.

Figura 7 - Imagem que corresponde à área do Estado do Rio de Janeiro no período entre 21/04/1960 e 15/03/1975



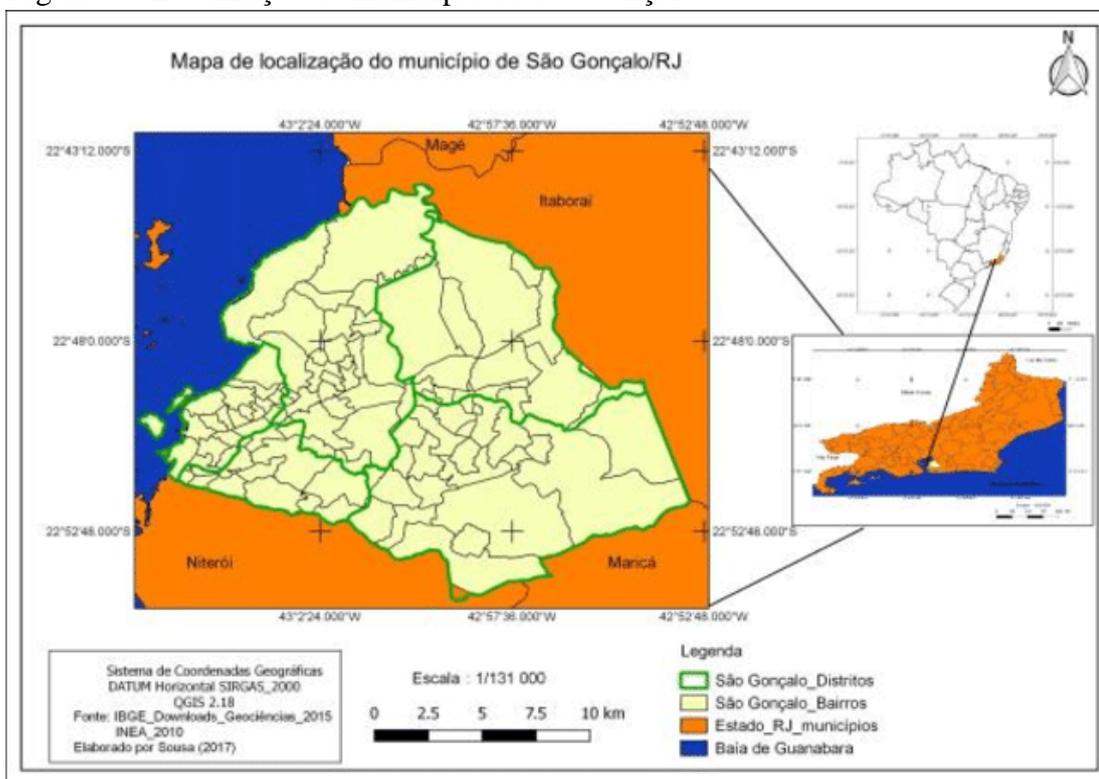
Fonte: <https://www.trerj.jus.br/site/eleicoes/index.jsp?vmenu=dadoshistoricos/divisaopolitica/mapas.jsp&vmenu_aux=historicos>. Acesso em: 10 mar. 2020.

A organização territorial do Estado do Rio de Janeiro como conhecemos é produto de um longo processo histórico com início no século XIX que inclui perdas e ganhos, sendo esses territoriais, políticos e econômicos. No decorrer do tempo, o arranjo espacial que se consolidou deu o lugar de prevalência à capital do estado, o centro catalizador econômico e político, relegando a um papel secundário áreas denominadas periféricas. Elas tiveram suas dinâmicas próprias e demais particularidades sempre pensadas e articuladas ao grande centro metropolitano.

Rosa (2017) nos mostra o cenário metropolitano no qual São Gonçalo apresenta uma população expressiva, analisando as mudanças na vida de relações de cidade periférica e como esta chegou na segunda metade do século XXI com a expressiva população de 1.031.081 habitantes (IBGE, 2015) e à posição de cidade “milionária”, por ultrapassar uma população de mais de um milhão de habitantes. O autor destacou o intenso deslocamento entre São Gonçalo e Niterói como a maior circulação pendular do país apontado pelo Censo do ano 2000. Segundo o autor supracitado, a cidade do Rio de Janeiro perdeu o seu posto de capital da República em 1960, passando a compor o quadro de Unidade Federativa, porém preservando a sua importância política e econômica no país. No entanto, não contribuiu para o desenvolvimento da sua periferia. Inclusive, Niterói, que usufruía de uma posição mais confortável, com uma população mais escolarizada e mais bem empregada, ocupando os

melhores postos de trabalho na cidade do Rio de Janeiro, não teve fôlego para beneficiar o desenvolvimento de São Gonçalo com quem estava conurbada.

Figura 8 – Localização do município de São Gonçalo



Fonte: <https://www.researchgate.net/figure/Mapa-de-localizacao-do-municipio-de-Sao-Goncalo-RJ-Alem-disso-apresentamos-duas_fig1_323425132>. Acesso em 02 ago. 2018.

2.2 Crescimento urbano de São Gonçalo no contexto das relações com a metrópole

Há uma discussão, sobretudo nas últimas décadas, sobre o quanto foi estreita a relação de crescimento da cidade de São Gonçalo vs. dependência da cidade do Rio de Janeiro, sua atual metrópole. Durante muito tempo a tão apregoada subordinação à capital, bastante difundida no senso comum, apresentava-se como algo dado, contribuindo para a ideia de ser São Gonçalo uma “cidade-dormitório”⁷. Tal condição atribuída ao município seria, possivelmente, em razão de ter se tornado comum o contato com pessoas próximas que trabalhavam no centro comercial da cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas, e pelo fato

⁷ “As ‘cidades-dormitório’ são aquelas em torno do Rio de Janeiro que abrigam massas de trabalhadores que se dirigem diariamente para a Capital Federal.” (GEIGER, 1956, p. 51).

de o núcleo metropolitano concentrar muitos serviços mais especializados, o que obriga o frequente deslocamento das populações que vivem no entorno.

Este movimento pendular também ocorre em razão do núcleo metropolitano ofertar muitos postos de trabalho e até durante muito tempo salários mais atrativos, que atualmente estão mais reservados à mão de obra mais qualificada, ou podem não ser mais tão atrativos pelo fato de São Gonçalo já ofertar muitos empregos para uma mão de obra “não tão qualificada” para a sua população local.

A posição de prevalência da cidade do Rio de Janeiro sobre São Gonçalo também está no fato das duas cidades manterem um grande contato comercial e haver um intenso fluxo migratório de pessoas consumindo produtos disponíveis em maior oferta em um grande centro comercial ou para o lazer como ir aos museus, restaurantes, teatros, dentre outras atividades culturais no núcleo metropolitano. O Rio de Janeiro tem uma melhor infraestrutura urbana e um dinamismo muito mais “intenso” no seu cotidiano, apresentando um espaço urbano mais modernizado, além de ser o núcleo econômico de todo o estado fluminense.

Geiger (1956) destacou o processo de urbanização de áreas rurais em função da proximidade com uma grande cidade, a do Rio de Janeiro, cujas fundações e desenvolvimento a transformaram no grande “centro condensador da vida econômica da região da Guanabara” (GEIGER, 1956, p. 495) por seu progresso ter sobrepujado o de outras cidades do Brasil. Mesmo destacando a intensa industrialização na parte leste da Baía de Guanabara, o autor assinala que em 1950 a população operária era de 13.263, o dobro do número de operários trabalhando em suas indústrias que eram 6.893 pessoas, ou seja, cerca de cinquenta por cento da população operária se deslocava para trabalhar.

Segundo Geiger, a diferença da população operária absorvida pela indústria e a população operária residente na cidade, eram os trabalhadores que se deslocavam para Niterói e Rio de Janeiro, o que na visão do autor, “atestava” um caráter suburbano ao município de São Gonçalo. Geiger inclui São Gonçalo no grupo de cidades distantes que passam a ser ocupadas por conta da valorização da terra denominando-as de “cidades-dormitório”:

As "cidades-dormitório" se ampliaram em torno do Rio de Janeiro, onde propriedades rurais foram invadidas pelos loteamentos insuflados pela inflação que se acentuou desde a guerra. A crise de habitação levou muita gente a morar nos subúrbios que se expandiam ou nas cidades fluminenses vizinhas. Morar em Niterói ou em São Gonçalo não seria mais distante do que nos bairros afastados do distrito Federal. (GEIGER, 1956, p. 51).

Esta estreita relação com a capital também é vivenciada por Niterói, que não ficou marcada pela mesma alcunha de “cidade-dormitório” recebida por São Gonçalo. E sobre esta prevalência da cidade do Rio de Janeiro sobre os demais municípios, Rosa (2017) explica que tal condição se deve pela constituição de uma região metropolitana muito concentrada, produzindo uma ideia de que todo o seu entorno, sua periferia, dependesse totalmente do centro metropolitano. O autor destaca que, embora Niterói vivenciasse situação semelhante, não foi rotulada da mesma forma por ter constituído uma população mais bem escolarizada que ocupava postos de trabalho de nível mais elevado, e talvez sua posição de ex-capital do estado lhe tivesse rendido maior desenvolvimento social e, portanto, uma posição mais vantajosa.

Já para Modesto (2008), o desenvolvimento de São Gonçalo esteve atrelado às cidades do Rio de Janeiro e de Niterói, relação que é a expressão de uma dependência política e econômica tecida historicamente, a exemplo da sua própria condição como sesmaria, vila, até se constituir em município, em um processo político-administrativo que envolveu muitas mudanças, até se consolidar como cidade pertencente à região metropolitana do estado do Rio de Janeiro (Figura 3).

Para Silva (2012), não se pode tratar da produção do espaço gonçalense sem considerar este processo no contexto da região metropolitana fluminense, ao passo que Rosa (2017) defende que o desenvolvimento econômico de São Gonçalo apresentou uma dinâmica própria. Para o autor, um dado que nos permite contrastar a ideia de uma “cidade-dormitório” totalmente dependente da cidade do Rio de Janeiro está no fato da cidade de São Gonçalo ter experienciado um intenso processo de industrialização que superou a própria capital entre as décadas de 1950 e 1960.

A proximidade com a capital federal em um cenário em que as indústrias locais e das cidades vizinhas voltavam-se prioritariamente para o mercado interno é um dos consensos sobre a industrialização do que viria a se tornar a região metropolitana do Rio de Janeiro. No entanto, a proximidade com os dois maiores mercados consumidores do estado não significara uma subordinação absoluta em relação à cidade do Rio de Janeiro. (ROSA, 2017, p.35).

Braga (2006) reforça a importância econômica de São Gonçalo, enfatizando a relevância da atividade industrial no município para a economia estadual por participar com mais da metade da arrecadação total de impostos do estado do Rio de Janeiro. A expressão do seu parque industrial para o estado lhe rendeu o título de “Manchester Fluminense” por Luiz Palmier (1940).

O município de São Gonçalo apresentava uma produção de riqueza expressiva gerada pelas suas indústrias (Tabela 6), embora com uma absorção menor de mão de obra e menos da metade do número de indústrias localizadas no município de Niterói.

A grande movimentação entre São Gonçalo e Niterói indica, para Rosa, que as duas cidades, na década de 1980, já estavam conurbadas. Sobre a relação de São Gonçalo e sua capital, o autor afirma:

Nossa tese visa provar que, atualmente, classificar São Gonçalo como cidade-dormitório é equivocado pois tanto a história de seu dinamismo econômico, assim como a complexidade da divisão do trabalho urbano atual, indicam que se trata de uma complexa parcela da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Apesar de periférica, exerce, porém, certa centralidade. Daí ser mais adequado qualificá-la como uma centralidade periférica. (ROSA, 2016, p.18).

Tabela 6 - Relação de estabelecimentos industriais, operários e valor da produção nos municípios de Niterói e São Gonçalo

MUNICÍPIOS	Estabelecimentos	Pessoal ocupado	Energia elétrica, combustíveis e lubrificantes	Valor da produção	Fábricas que produzem mais de US\$ 600 000,00
Niterói	191	11 028	Ct\$ 52 613 000,00	Ct\$ 1 013 093 000,00 US\$ 12 644 000,00	7
São Gonçalo	70	6 893	Ct\$ 105 995 000,00	Ct\$ 1 254 013 000,00 US\$ 15 700 000,00	6

Fonte: Geiger, 1954, p. 498.

Corroborando com a ideia de uma intensa vida de relações entre São Gonçalo e sua capital, Rosa (2017) e Braga (2006) afirmam que entre 1909 e 1910 havia uma grande produção de feijão e milho e que em 1913 o município de São Gonçalo foi considerado um dos municípios com a atividade agrícola mais desenvolvida desde o início do século XX, segundo a inspeção do Ministério da Agricultura. Em função desse grande montante, em 1916 foi construído o Mercado Público Cônego Goulart ao lado da Estrada de Ferro Maricá, em Neves, no município de São Gonçalo.

Braga (2006) dimensiona a importância da fruticultura para São Gonçalo, pois em 1920 esse município já era considerado um dos maiores produtores de laranja, goiaba e abacaxi. Posteriormente, a grande demanda da produção de cítricos para o mercado europeu e para a Argentina demandou a construção do primeiro pavilhão para a seleção de laranjas. Sobre esta importante atividade agrícola para o desenvolvimento econômico de São Gonçalo, Braga afirma que “A citricultura foi durante muito tempo o maior mercado de exportação de São Gonçalo e que deixou de existir após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).”

(BRAGA, 2006, p.150). Geiger (1956) analisa a queda do valor da terra com a redução das exportações da laranja e, neste processo, o surgimento dos loteamentos urbanos que acompanharam o processo de industrialização.

A produção de cítricos foi um importante vetor de desenvolvimento econômico quanto de uma produção social do espaço, uma vez que São Gonçalo tornou-se referência nesta produção. Esta dinâmica será responsável por elevar níveis econômicos, transformando o município em um polo atrativo populacional. Para Braga (2006), este grande desenvolvimento da fruticultura em São Gonçalo fomentou um processo migratório que acabou por triplicar a população do município.

A pecuária também tem sua contribuição para a economia de São Gonçalo ainda que, conforme Braga (2006), esta atividade econômica não tenha sido tão expoente para o município. Destaca-se a criação do matadouro na rua Feliciano Sodré, no Centro, sendo extinto antes mesmo de terminar o século XX, e a produção da Fazenda Nova Modelo Santa Edwiges, localizada no bairro de Santa Isabel, no segundo distrito, que fazia uso do processo de ordenha mecânica e com uma produção de mais de 1.200 litros de leite por dia, tornando-se uma das fornecedoras da cooperativa leiteira, a Cooperativa Central de Produtores de Leite (CCPL).

A pesca é uma atividade que se destaca pela importância social para o município desde tempos bem remotos, representando grande legado e símbolo de resistência para São Gonçalo que abriga algumas colônias e associações de pescadores. Braga (2006) informa que a indústria do pescado em São Gonçalo era comercializada em todo o país até fins do século XX.

São Gonçalo era o segundo município, estando somente Cabo Frio à frente, no envio de remessas de peixes para o entreposto da pesca da cidade do Rio de Janeiro. Essa grande produtividade motivou a construção do Mercado Público Cônego Goulart. As entidades Cooperativa Central de Pesca e a União Brasileira de Pesca e Conservas Ltda., foram criadas para atender as demandas da atividade pesqueira. A importância histórica da pesca para São Gonçalo está na presença das indústrias que participaram da sua áurea fase industrial, condição favorecida pela sua posição geográfica. Atualmente a pesca artesanal resiste em meio a precariedade e a falta de apoio dos governos. Sobre a pesca artesanal, Silva (2012) descreve a realidade desta atividade em áreas mais distantes do centro, como na Ilha de Itaóca, na Praia de São Gabriel, onde preservam-se a pesca tradicional por meio da utilização de currais e confecção de barcos tradicionais.

Pensando no papel das atividades econômicas produzindo ativamente o espaço social, destaca-se a industrialização na Geografia, em que pese a sua estreita relação com o processo de urbanização. O crescimento das cidades, fomentado pela expansão comercial e oferta de empregos, foi ainda mais incrementada com o desenvolvimento da atividade industrial que absorvia grande parte da mão de obra disponível no início do século XX no Rio de Janeiro. Como se pode afirmar, “a industrialização constitui-se em elemento de acentuação do crescimento de cidades que já reuniam grandes parcelas de população.” (DAVIDOVICH, 1964, p. 5).

A industrialização tornou-se projeto nacional a partir de 1930, e no Brasil ocorreram investimentos na indústria de base. Com a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, na impossibilidade de importar produtos de bens de consumo de países europeus, a indústria brasileira foi estimulada em um processo que foi consagrado como “substituição de importações”. Rosa (2017) enfatiza o caráter endógeno da industrialização do Rio de Janeiro e do seu entorno, pois em função da proximidade da capital, Niterói e São Gonçalo, havia uma intensa relação comercial com a área hoje denominada metropolitana. Embora seja fortemente reforçada por vários autores a importância de São Gonçalo para o dinamismo econômico do estado fluminense e sua plena atividade, a cidade foi definida de subúrbio (provavelmente por transitar do rural para o urbano) industrial, conforme Geiger (1956).

São Gonçalo é um dos mais importantes parques industriais do estado. Sua população quase dobrou de 1920 a 1940, passando de 47.019 habitantes a 89.528. Este aumento se deve essencialmente ao seu desenvolvimento industrial, incentivado pela proximidade de mercados consumidores importantes e pela possibilidade de fácil escoamento dos produtos manufaturados. (KELLER, 1953, p. 165 apud ROSA, 2017, p. 37).

De acordo com Braga (2006) e Palmier (1940), São Gonçalo destacou-se como o município que contribuiu com mais da metade do total da arrecadação de impostos do estado do Rio de Janeiro, constituindo-se, portanto, em importante fonte de recursos, indicando a expressão do seu dinamismo econômico neste período. Conforme informação do IBGE (1963) e de Braga (2006) que apresentou os dados:

São Gonçalo ocupou lugar de destaque no estado com suas setenta fábricas, tendo sido ainda um dos mais prósperos do país, atuando no campo da metalurgia, transformação de materiais não-metálicos (cimento, cerâmica e outros), químico, farmacêutico, papelão, papel e produtos alimentícios. (BRAGA, 2006, p. 156).

A importante e histórica industrialização de São Gonçalo é endossada por vários autores que pesquisaram este curto e intenso período de desenvolvimento econômico tais como Palmier (1940), Keller (1953), Geiger (1954; 1956), Braga (2006), Modesto (2008), Rosa (2017) dentre outros que descrevem e analisam esta fase áurea da economia gonçalense que lhe rendeu o famoso título, como já mencionado, de “Manchester Fluminense” dada por Luiz Palmier (1940). Segundo Rosa (2017) estabelecer uma relação direta entre São Gonçalo no século XX e Manchester na Inglaterra não é correto por se tratar de formações socioespaciais distintas. Para o autor “Evoca-se o padrão de desenvolvimento de Manchester metaforicamente, em alusão à expansão estruturada pela ferrovia e à quantidade de indústrias instaladas na cidade a partir dos anos 1940.” (ROSA, 2017, p. 31).

Geiger (1956) ressalta que a presença de chácaras e sítios indica o aparecimento de mão de obra disponível da fruticultura, sobretudo a partir de 1920 quando o parcelamento de terras entrou em curso liberando trabalhadores para a indústria que se tornava a atividade econômica mais importante do município a partir de 1930, experienciando seu período de maior êxito entre os anos de 1940-1950.

Tabela 7 - Tipos de indústrias em São Gonçalo no período de 1930-1950

Indústria	Atividade	Bairro
Companhia Eletroquímica Fluminense	Produtos Químicos	Alcântara
Cia Industrial de Papéis Alcântara	Papéis e embalagens	Alcântara
Pedreira Estrela	Brita	Anaia
Gesso Fluminense	Gesso	Barracão
Cerâmica Esperança	Cerâmica	Boaçu
Indústrias Reunidas	Moagem de feldspato	Calaboca
Cia Nacional de Explosivos de Segurança	Explosivos	Camarão
Olaria Poliese	Tijolos	Camarão
Cerâmica Santa Emília	Cerâmica	Centro
Polindústria S. A	Químicos e óleos cítricos	Centro
Pedreira Galo Branco	Brita	Galo Branco
Cia Nacional de Cimento Portland	Cimento	Guaxindiba
Indústria de Adubos Fertilimar Ltda	Fertilizantes	Jardim Catarina
Custório Rangel Pires Cia. Lta	Material plástico	Monjolos
Fábrica de Artefatos em Cimento Armado	Paralelepípedos	N.I.
Fábrica de Artigos Pirotécnicos	Fogos de artifício	N.I.
Fábrica de Brinquedos Fama	Brinquedos	N.I.
Fábrica de Brinquedos Fênix	Brinquedos	N.I.
Fábrica de Brinquedos Wite	Brinquedos	N.I.
Fábrica de Chocolate Guanabara	Doces	N.I.
Fábrica Regina	Doces	N.I.
Fábrica de Doces Sublime	Doces	N.I.
Olaria Manoel Gaspar	Tijolos	N.I.
Pedreira Fluminense	Brita	N.I.
Pedreira Carioca	Brita	N.I.
Pedreiras Setenco	Brita	Novo México
Pedreira Viúva do Amazonas	Brita	Novo México
Fábrica de Silicato de Sódio S.A	Matéria prima; química para indústria	Porto da Madama
Fundição Francisco Rocha	Metalurgia	Porto da Pedra
Marinho E Ferreira	Sal grosso e refinado	Porto da Pedra
Cerâmica Porto do Rosa	Cerâmica	Porto do Rosa
Balprensa	Peças de Metal	Porto Novo
Indústrias Coqueiro	Conservas e Sardinhas	Porto Velho
Tarragó, Martinez e Cia Ltda	Sucos e Licores	Porto Velho
Cerâmica Rio do Ouro	Cerâmica	Rio do Ouro
Cerâmica Vista Alegre	Cerâmica	Rio do Ouro
Estâncias Hidrominerais	Água envasada	Rocha
Fábrica Estrela	Ombreiras e entretela	Rocha
Pedreira Anhanguera	Brita	Rocha
Fábrica de Papelão Fluminense	Embalagens	Tribobó
Indústria de Cerâmica Fatore	Tijolos e Refratários	Vila Lage
Café Serrador	Bebida	Zé Garoto
Cerâmica Eureka	Cerâmica	Zé Garoto

Fonte: Luiz Palmier (1940) e Prefeitura Municipal de São Gonçalo. Organizado por Rosa (2017) NI = Localização não informada.

Esta fase de pujante crescimento econômico decorrente da atividade industrial (Tabela 7) transformará a paisagem de São Gonçalo, que deixará de apresentar feições rurais para mais urbanas. Conforme Geiger (1956), foi no ambiente rural que a atividade industrial incipiente começou a se desenvolver, dando origem à industrialização em São Gonçalo e

Niterói e ao ambiente predominantemente urbano que estas cidades atualmente apresentam. Eram pequenas fábricas domiciliares de doces, brinquedos, olarias, com mão de obra doméstica que ainda dispensava cuidados com a terra.

A proximidade da Capital Federal, a oferta de terrenos mais baratos e a disponibilidade de matéria-prima e mão de obra disponível favoreceram a industrialização de São Gonçalo e sua urbanização massiva. Tal processo que rendeu a São Gonçalo um período de notável crescimento econômico e de intensa urbanização, não favoreceu, contudo, um desenvolvimento social qualitativo à população da cidade.

Os problemas sociais que assolam a cidade de São Gonçalo são vivenciados pelas populações dos bairros do Gradim e Porto Novo em uma escala proporcional. Há um senso comum na população gonçalense que se apresentou no processo da pesquisa e enfatizada na fala dos entrevistados que afirmam com veemência que o município de São Gonçalo está abandonado. A falta de infraestrutura como ausência de rede de água encanada em porções do território ou com uma oferta limitada, redes de esgoto a céu aberto, ruas sem iluminação ou com serviço precário, asfaltos deteriorados e falta de limpeza são alguns dos problemas mais citados, embora com “ressalvas” de que a situação já foi bem pior.

Há também a falta de equipamentos públicos ou insuficiência deles para atender uma população de mais de um milhão de habitantes. Trata-se da ausência de escolas públicas de boa qualidade ou com estrutura adequada para atender a demanda de uma população carente e desassistida pelo poder público. Há demanda de rede hospitalar pública com estrutura para atendimento clínico, procedimentos cirúrgicos e laboratoriais dentre outros procedimentos, assim como equipamentos de lazer para uma população carente de recursos culturais.

A violência é um problema com que a população residente em São Gonçalo convive. São assaltos, tiroteios e furtos que foram incorporados a uma rotina dura que está presente inclusive nas unidades escolares. Em decorrência dos problemas urbanos, surgem teorias que tentam explicar suas causas, e entre as mais apresentadas estão as sociais. Não que algumas explicações estejam totalmente erradas, mas simplesmente não dão conta da complexidade que envolve a questão da violência urbana, da criminalidade e outros. Para Souza (2005), a pobreza fomenta a criminalidade, e este fator demanda a contextualização da potencialização da pobreza e da desigualdade. Para o autor, não é possível a realização de uma análise satisfatória para encontrar estratégias e soluções para estes problemas sem considerar a cultura e as instituições judiciárias de uma sociedade.

Souza (2005) ainda destaca outros jargões que sintetizam simplificações tais como “o problema é a falta de planejamento” ou “o problema é a falta de vontade política”, expressões

que na verdade não representam uma inverdade, mas uma visão superficial das questões envolvidas. O autor defende uma reforma urbana que não se objetive a um processo de modernização e embelezamento da cidade como foi o caso da Reforma passos entre 1902 e 1906. Ao contrário disso, uma reforma social que contemple os estratos menos favorecidos da cidade, os mais pobres, uma reforma que seja marcada pela justiça social, promovendo um desenvolvimento urbano autêntico.

Souza destaca três objetivos específicos da reforma urbana:

1) coibir a especulação imobiliária, a qual, tipicamente, corre desenfreada em cidades de países periféricos e semi-periféricos; 2) reduzir a disparidade sócio-econômico-espacial intraurbana, reduzindo o nível de segregação residencial; 3) democratizar o mais possível o planejamento e a gestão do espaço urbano. (SOUZA, 2005, p. 113).

Longe de fazer uma simplificação sobre os fatores que atuam na modelação e produção do espaço urbano, destaca-se a importância de focar os processos pelos quais a produção do espaço passa até apresentar uma forma. Tanto a estrutura interna da cidade quanto os seus problemas estão relacionados aos processos e agentes que a constroem.

No caso dos bairros Porto Novo e Gradim, cuja produção socioespacial será apresentada nos capítulos a seguir, eles apresentaram os problemas citados por Souza (2005) acima. Eles foram produto de uma modernização projetada a partir de uma macro visão do planejamento urbano.

A construção do trecho Niterói-Manilha da BR-101 foi importante para a conexão dos extremos do país, portanto seu percurso causou impactos territoriais que afetaram a vida de famílias e comunidades. Dentre as marcas deste processo, que estão presentes nos referidos bairros, destacam-se um desordenamento territorial, consequências da especulação imobiliária por conta da construção da estrada, seguidos de um processo de segregação, loteamentos clandestinos e violência por toda a parte.

3 A PRODUÇÃO SOCIAL DOS BAIRROS PORTO NOVO E GRADIM

Porto Novo e Gradim fazem parte de um espaço marcado por uma intensa mobilidade e com remanescentes de um tempo histórico importante para a preservação da memória da cidade de São Gonçalo de um passado áureo, cujos resquícios não se destacam em um território repleto de problemas. Este território abriga algumas lembranças de uma centralidade consolidada nas práticas espaciais através do tempo. São estações de trens (algumas estavam em funcionamento há poucas décadas) e seus trilhos, retirados há poucos anos da ferrovia que cumpria o seu último trajeto, Barreto-Visconde de Itaboraí, até o início dos anos 2000.

À semelhança do processo que deu origem à organização territorial da cidade do Rio de Janeiro, a divisão territorial do município de São Gonçalo deu-se com o parcelamento de terras e, conforme Palmier (1940) e Braga (2006), o desenvolvimento econômico de São Gonçalo teve início no seu espaço rural, com as grandes fazendas que surgiram das subdivisões das sesmarias e outras tantas que deram origem aos sítios e chácaras que contribuíram para a atividade agrícola do município na primeira metade do século XX.

O parcelamento de terras tornou-se interessante em São Gonçalo não somente em função da decadência da citricultura, mas em um quadro panorâmico em que as áreas rurais começavam a ser urbanizadas em um momento em que o capital encontrava no setor imobiliário uma nova forma de explorar “excedentes”. Dominguez (2018) destaca o loteamento de terras como importante ferramenta da urbanização que se intensificava no Brasil na segunda metade do século XX e demandava acúmulo de capitais, tendo em vista a industrialização que se apresentava como nova força motriz para o desenvolvimento econômico nacional.

O fenômeno loteamento promoveu um encontro entre as estruturas de poder do Estado - intermediado por agentes públicos e distribuídas por órgãos regionais - e os territórios dos municípios metropolitanos que se encontravam disponíveis para atender ao impulso do novo projeto nacional de industrialização, que necessitava de terras para a urbanização das cidades e receber a população que se aglomerava nos grandes centros, vistos a partir de 1940. (DOMINGUEZ, 2018, p. 75).

Este quadro desenhado por Dominguez (2018) se replica pelo território gonçalense nos anos 1980, inclusive nos bairros que têm sua produção social espacial apresentadas neste trabalho.

3.1 O quarto distrito: Porto Novo e Gradim e a divisão territorial de São Gonçalo

Conforme Braga (2006), o quarto distrito resulta de um processo histórico no qual ocorreu o desmembramento da Vila de São Gonçalo em 1920. O 2º artigo do decreto nº 178 de 22 de julho de 1926 autorizava uma nova demarcação com a divisão territorial do primeiro e quarto distritos nos termos da Lei Estadual 1.679 de 20 de dezembro de 1920. A divisão atual é composta principalmente pelos bairros: Paraíso, Gradim, Porto da Pedra, Porto Novo, Parada Quarenta, Porto Velho, Camarão, Boa Vista, Neves, Vila Lage, Mangueira, Patronato e Porto da Madama.

Os territórios resultam de dinâmicas sociais que se dão em um processo histórico, e com a cidade de São Gonçalo não é diferente. Sua divisão territorial resulta de uma produção social do espaço que denuncia os interesses políticos e a proeminência econômica na consolidação dos espaços da cidade. De acordo com Braga (2006), em 20 de dezembro de 1920, com o Decreto-Lei Estadual 1.679, foi criado o novo distrito de Neves como resultado do desmembramento do Distrito Sede, São Gonçalo. Posteriormente foi o distrito de Neves que sofreu processo de desmembramento e sua divisão deu origem ao distrito de Sete Pontes em 1938. Neves foi designado quarto distrito por meio do Decreto-Lei Estadual 1.063 de 28 de janeiro de 1944 (Tabela 8). Segundo a autora, Neves era um importante centro comercial com um porto cuja produção agrícola do município chegava em burros de cargas e cargueiros de bois. Os produtos agrícolas eram levados para o Rio de Janeiro em pequenos barcos. Na segunda metade do século XX, Neves tornou-se expoente por seu território abrigar uma intensa atividade industrial e comercial que se expandiram no município.

Tabela 8 - Processo de formação territorial de São Gonçalo

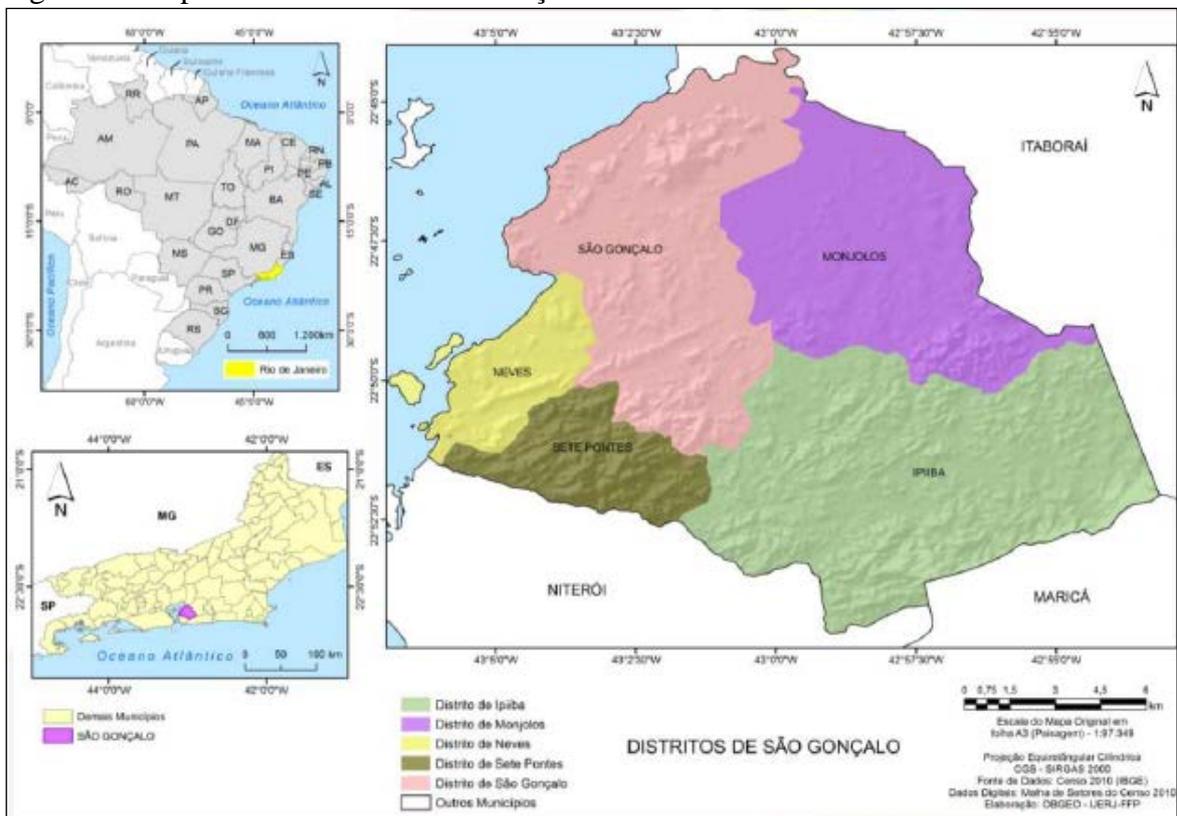
ANO	FASE
1911	Os três distritos foram renomeados em São Gonçalo, Cordeiro e Itaipu.
06/01/1917	Constituição dos distritos: São Gonçalo (primeiro), Cordeiro (segundo), Itaipu (terceiro).
1926	Desmembramento do distrito de Neves do distrito de São Gonçalo (decreto nº 178, artigo 2º de 22 de julho)
31/12/1936	São Gonçalo passou a ter quatro distritos: São Gonçalo, Cordeiro (Cordeiros em 1937 pelo Decreto-Lei 392 A de 31/03/1938), Itaipu e Neves.
1938	O distrito sede/São Gonçalo e o distrito de Neves foram desmembrados para a formação do distrito de Monjolos e Sete Pontes pelo decreto 641 de 15 de dezembro.
31/12/1943	Perda do distrito de Itaipu para Niterói e confirmação da divisão dos cinco distritos: São Gonçalo (sede), Ipiúba (ex-José Mariano), Neves, Sete Pontes e Monjolos.
28/01/1944	Decreto-Lei Estadual 1.063 estabeleceu os distritos que formam os municípios de São Gonçalo com o total de 222 km.

Fonte: Braga, 2006, p. 72. Adaptado pelo autor.

O distrito de Neves se destacou por ter sido importante polo industrial em São Gonçalo, condição que lhe deu proeminência territorial, concedendo importante lugar na história da cidade. Conforme o Atlas do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro:

Neves: a primeira região industrializada de São Gonçalo, portanto bastante urbanizada e com uma concentração de espaços favelados. O primeiro se deve à localização próxima de Barreto (Niterói) que juntas constituíram a partir dos anos 30 do século XX, um grande polo industrial. Desta feita, podemos explicar o segundo ponto. As indústrias atraíram grande quantidade de mão de obra sem especialização para atender à demanda e à necessidade de estaleiros, vidreiras, usinas entre outras atividades. (ATLAS LMRJ, 2017, p. 56).

Figura 9 - Mapa dos distritos de São Gonçalo



Fonte: Atlas do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro - OBGEO-LMRJ, p. 56.

Segundo o Atlas LMRJ (2017), o quadro abaixo apresenta a qualidade dos domicílios envolvendo as condições ambientais e considera os percentuais de alguns serviços presentes nos distritos (Tabela 9):

Tabela 9 – Serviços públicos por distritos (dados absolutos)

Distritos	São Gonçalo	Ipiiba	Monjolos	Neves	Sete Pontes
Variáveis/ Total de Domicílio	112.006	61.259	70.894	54.310	27.412
Existe iluminação pública	104.798	54.854	66.031	51.238	24.944
Existe pavimentação	77.559	24.255	26.636	46.081	20.255
Existe calçada	68.668	19.173	20.726	43.697	18.567
Existe meio-fio/guia	77.463	23.949	25.006	41.596	20.084
Existe bueiro/boca-de-lobo	48.917	13.082	18.545	22.332	9.036
Existe arborização	27.727	22.016	24.864	26.617	8.926
Não existe esgoto a céu aberto	95.058	42.118	50.649	48.027	20.224
Não existe lixo acumulado nos logradouros	96.795	48.253	55.356	48.100	22.052

Fonte: Atlas do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro - OBGEO-LMRJ, p. 58.

Segundo a tabela do Atlas LMRJ, o distrito de Neves apresenta uma boa cobertura de alguns serviços públicos como serviço de iluminação pública, rede de água tratada, pavimentação, ausência de esgoto a céu aberto e de lixo acumulado, principalmente se se comparar com outros distritos. Enquanto em outros itens que contribuem para uma melhor qualidade ambiental os percentuais apontam para uma precariedade, dentre estes destacam-se a falta de arborização e de bueiros boca de lobo (tabela 10).

O distrito de Neves, segundo o Atlas do LMRJ, se classifica como o terceiro mais populoso com 161.488 habitantes, o que corresponde a 16,4% do total. Tendo sido o primeiro a sofrer processo de industrialização no Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, apresenta os melhores índices de serviços e qualidade nos domicílios, destacando-se como porção do território que apresentou a urbanização mais consolidada de todo o município.

Tabela 10 - São Gonçalo: Classificação, segundo os distritos, com melhor qualidade dos domicílios e condições ambientais, 2010 (dados relativos)

Domicílio	São Gonçalo	Ipiiba	Monjolos	Neves	Sete Pontes
	112.006	61.259	70.894	54.310	27.412
Existe iluminação pública	93,6	89,5	93,1	94,3	91,0
Existe pavimentação	69,2	39,6	37,6	84,8	73,9
Existe calçada	61,3	31,3	29,2	80,5	67,7
Existe meio-fio/guia	69,2	39,1	35,3	76,6	73,3
Existe bueiro/boca-de-lobo	43,7	21,4	26,2	41,1	33,0
Existe arborização	24,8	35,9	35,1	49,0	32,6
Não existe esgoto a céu aberto	84,9	68,8	71,4	88,4	73,8
Não existe lixo acumulado nos logradouros	86,4	78,8	78,1	88,6	80,4
Existe rede agua	87,9	74,0	54,5	91,3	82,7
Total de pontos	620,9	478,3	460,5	694,7	608,4

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010. Organizado por Atlas do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro - OBGEO-LMRJ, p. 58.

Conforme dados apresentados na tabela 10, o distrito de Neves apresenta a maior pontuação quando se analisa os itens que compõem um conjunto de condições para se qualificar uma menor ou maior qualidade de estrutura nos distritos e condições ambientais que contribuem para aferir o seu nível de desenvolvimento urbano. De acordo com a referida tabela, o distrito de Neves tem a maior pontuação (694,7) em serviços que dotam o território de melhor infraestrutura e oferta, portanto ambiente mais urbanizado. Sua pontuação está muito acima dos distritos com menor urbanização no município: Ipiúba (478,3) e Monjolos (460,5) (OBGEO-LMRJ, p. 58).

Na tabela abaixo (Tabela 11), são apresentados os dados de rendimentos espacializados nos cinco distritos que organizam o território do município de São Gonçalo. Segundo dados do censo demográfico de 2010, a maior parte destes domicílios está localizada no distrito de São Gonçalo (111.352) e em menor número no distrito de Sete Pontes com 27.228 do total do município. Respectivamente, os distritos de Neves, Monjolos e Ipiúba abrigam 54.013, 70.193 e 60.668 de domicílios, e todos reunidos somam 323.454.

Tabela 11 - São Gonçalo: Espacialização dos domicílios segundo as faixas de rendimentos por distrito, 2010.

Distritos	SÊTE PONTES		SÃO GONÇALO		NEVES		MONJOLO		IPIIBA		Total por faixa	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Até 1/2	5.238	19,2	19.363	17,4	8.559	15,8	17.327	24,7	14.895	25	65.382	20,2
1/2 até 1	9.158	33,6	35.970	32,3	17.455	32,3	27.772	39,6	22.476	37,0	112.831	34,9
1 até 2	7.171	26,3	32.480	29,2	16.092	29,8	16.752	23,9	14.134	23,3	86.629	26,8
2 até 3	2.268	8,3	10.239	9,2	4.907	9,1	3.324	4,7	3.258	5,4	23.996	7,4
3 até 5	1.430	5,3	6.232	5,6	3.038	5,6	1.308	1,9	1.664	2,7	13.672	4,2
5 até 10	551	2,0	2.333	2,1	1.137	2,1	362	0,5	583	1,0	4.966	1,5
mais 10	97	0,4	333	0,3	139	0,3	57	0,1	105	0,2	731	0,2
Sem rendimento	1.315	4,8	4.402	4,0	2.686	5,0	3.291	4,7	3.553	5,9	15.247	4,7
Total por distrito	27.228	100,0	111.352	100,0	54.013	100,0	70.193	100,0	60.668	100,0	323.454	100,0

Fonte: Atlas do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro - OBGEO-LMRJ, p. 64.

Neves, quarto distrito, apresenta um dos melhores desempenhos nos níveis de rendimentos pareando com o distrito-sede de São Gonçalo que concentra maior parte dos domicílios com ganhos entre três e um salário-mínimo. Entretanto, segundo os dados relativos, o distrito de Neves está entre os maiores índices de domicílios sem rendimento (5,0%), sendo superado somente pelo distrito de Ipiúba com (5,9%) dos domicílios.

Analisando ainda a tabela 11, observamos que na faixa acima dos 10 salários-mínimos todos os distritos apresentam percentuais inexpressivos, destacando-se o distrito de Sete Pontes com 0,4%, percentual superior ao de São Gonçalo que tem 0,3% e Neves também com 0,3% ao passo que Monjolos e Ipiúba têm os menores percentuais, 0,1% e 0,2%, respectivamente. Contudo, com base em dados absolutos, o distrito de São Gonçalo abriga a

maior parte dos domicílios com renda superior a 10 salários, somando 333 no total (Atlas Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, 2017, p. 62-63).

É oportuno destacar que são nas áreas mais urbanizadas onde estão localizadas a maior parte dos domicílios com os maiores níveis de rendimentos. À medida que a tabela apresenta faixas de rendimentos superiores, os distritos de Monjolos e Ipiíba apresentam percentuais menores se comparado aos demais.

Portanto, os bairros do Porto Novo e do Gradim estão localizados nestas áreas de urbanização mais consolidada e com população que apresenta maiores rendimentos no geral. Tal conclusão obtida com base nos dados das tabelas 10 e 11 podem ser reiteradas pela síntese apresentada no trecho do Atlas do LMRJ destacada abaixo:

Merece destaque ainda o 4º distrito, Neves, que detém 14,7% da PEA nestas condições, ou seja, 83.094 pessoas, mas em relação aos domicílios 8,8% (28.700), caracterizando maior fragilidades na renda das pessoas e menor nos domicílios. É este distrito que tem os melhores indicadores para a qualidade dos domicílios, variando de 41,1% a 94,3%, totalizando 694,7 pontos, o maior do município. (Atlas LMRJ, 2017, p. 71).

Tais territórios, de acordo com o quadro de condições ambientais, estão no grupo que apresentaram melhores condições de serviços de pavimentação, calçamento e iluminação pública. No entanto, estes números não parecem representar a realidade quando observamos a qualidade e não a quantidade destes serviços, que muitas vezes, por falta de manutenção, são muito precários ao circularmos por estes locais, principalmente em áreas excluídas do convívio social como as favelas.

Tabela 12 - População segundo a faixa etária a partir de 5 anos de idade por distrito de São Gonçalo, 2010

Faixas etárias	São Gonçalo	Ipiíba	Monjolos	Neves	Sete Pontes	Total por faixa etária
	Total					
De 5 até 7	12.497	8.171	9.115	5.536	3.012	38.331
De 8 até 14	35.469	24.002	25.621	15.557	22.168	122.817
15 a 23	47.318	28.052	33.632	21.610	11.376	141.988
Mais de 24	222.533	121.823	140.393	110.198	55.070	649.817
Total por distritos/geral	317.817	181.848	208.761	152.901	91.626	952.953

Fonte: Atlas do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro - OBGEO-LMRJ, p. 65.

Tabela 13 - População analfabeta de São Gonçalo segundo a espacialização por distrito, 2012.

Faixas etárias	São Gonçalo	Ipiíba	Monjolos	Neves	Sete Pontes	Total por faixa etária
	Total de Analfabetos com mais de 5 anos idade					
De 5 até 7	3.813	2.648	3.164	1.460	1.064	12.149
De 8 até 14	756	737	4.738	286	13.761	20.278
De 15 a 23	362	273	293	157	157	1.242
Mais de 24	7.740	6.426	7.493	2.972	2.446	27.077
Total por distritos/ geral	12.671	10.084	11.620	4.875	17.428	60.746

Fonte: Atlas do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro - OBGEO-LMRJ, p. 65.

Segundo os dados dos Atlas da LMRJ, o distrito de Neves tem um total absoluto menor de população analfabeta, apresentando números inferiores nas demais faixas etárias dentro do município, seguido dos distritos de Ipiúba, Monjolos e São Gonçalo que apresentou a maior pontuação. Cabe sinalizar que o distrito de São Gonçalo abriga uma população muito superior aos demais municípios (Tabela 12).

Tabela 14 – Rendimentos das pessoas com mais de 10 anos de idade, de acordo com os cinco distritos em 2010

Faixa de rendimento	São Gonçalo		Ipiúba		Monjolos		Neves		Sete Pontes		Total Geral	
Até 1/2	5.861	2,0	3.568	2,1	5.193	2,7	2.068	1,4	1.376	1,9	18.066	2,1
1/2 até 1	61.507	20,7	41.090	24,6	47.617	24,6	29.454	20,5	16.500	22,6	196.168	22,5
1 até 2	66.519	22,4	36.854	22,1	43.234	22,4	32.892	22,9	16.156	22,1	195.655	22,4
2 até 3	24.686	8,3	10.600	6,3	12.276	6,4	12.306	8,6	5.488	7,5	65.356	7,5
3 até 5	19.153	6,5	6.138	3,7	6.470	3,3	9.121	6,4	4.113	5,6	44.995	5,2
5 até 10	10.822	3,6	2.786	1,7	2.250	1,2	5.070	3,5	2.301	3,2	23.229	2,7
Mais de 10	1.933	0,7	517	0,3	292	0,2	857	0,6	450	0,6	4.049	0,5
Sem renda rendimento	106.326	35,8	65.513	39,2	75.912	39,3	51.572	36,0	26.583	36,4	325.906	37,3
Total	296.807	100,0	167.066	100,0	193.244	100,0	143.340	100,0	72.967	100,0	873.424	100,0

Fonte: Atlas do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro - OBGEO-LMRJ, p. 70.

“A População Economicamente Ativa (PEA) de São Gonçalo é constituída por 873.424 pessoas, sendo o maior contingente aquele que se apresentou como ‘sem rendimento’, formado por 325.906 pessoas o que corresponde a 37,3% do total da PEA [...]” (Atlas do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro - OBGEO-LMRJ, p. 70). Os dados contidos na tabela acima apresentam a faixa “sem rendimentos” com a maior concentração de pessoas.

O distrito com maior percentual de indivíduos na faixa “sem rendimentos” é Monjolos com 39,3% ou 75.912, e muito próximo encontra-se o distrito de Ipiúba com 39,2% e 65.513 que juntos abrigam 141.425 pessoas. Deste grupo, São Gonçalo é o distrito que apresenta menor percentual, 35,8% ou 106.326 pessoas, seguido de Neves, com 36,0% ou 51.572 e Sete Pontes, com 36,4% ou 26.583, segundo números absolutos de trabalhadores.

Posteriormente ao grupo “sem rendimentos”, os números mais expressivos estão na faixa com rendimentos entre ½ e um salário com 196.168, seguido da faixa de um e dois salários com 195.655 pessoas. Dentre os que percebem até ½ salário, 2,1% de todas as faixas de rendimentos, Monjolos apresenta o maior percentual, o de 2,7% ou 5.193 de um total de todos os distritos de 18.066.

Com rendimentos acima de 10 salários, há um percentual de 0,5% das faixas e todos os distritos apresentaram percentuais inexpressivos abaixo de 1,0%. O distrito de São Gonçalo tem o percentual de 0,7% e o total absoluto de 1.933 pessoas, seguido de Neves com 0,6% ou

857 pessoas e Sete Pontes com 0,6% ou 450 pessoas. Com números inferiores há o distrito de Ipiúba com 0,3% ou 517 e Monjolos com 0,2% ou 292 pessoas.

Nas faixas salariais entre 2 e 5 salários-mínimos, os distritos de São Gonçalo e Neves se destacam com os maiores percentuais quando comparamos aos distritos de Sete Pontes, Monjolos e Ipiúba.

O distrito de São Gonçalo tem o maior percentual de indivíduos que percebem rendimentos entre cinco e 10 salários com 3,6%, somando um total 10.822, ao passo que Monjolos apresenta o menor percentual, o de 1,2% ou 2.250 pessoas. Como dito acima, esta proporção se repete na faixa que corresponde aos indivíduos com rendimentos acima de 10 salários, tendo São Gonçalo 0,7% com um total de 1.933 e Monjolos com 0,2% somando 292 pessoas.

Contudo, podemos concluir que os distritos de São Gonçalo e Neves se destacam com maiores percentuais nas faixas de maiores rendimentos. Ao passo que os distritos de Ipiúba e Monjolos tem valores maiores com as faixas de rendimentos inferiores. São Gonçalo e Neves fazem parte das áreas mais urbanizadas do município como já informado antes. Ao contrário disso, Monjolos e Ipiúba apresentam as menores pontuações na tabela 13 que apontam para níveis de urbanização local.

O distrito de Sete Pontes apresenta números mais próximos dos distritos de São Gonçalo e Neves nas faixas de rendimentos e com a terceira posição na qualidade dos domicílios (Tabela 13). Este último dado reforça a posição de Monjolos e Ipiúba como distritos com qualidade dos domicílios e condições ambientais inferiores e, portanto, são áreas menos urbanizadas quando comparamos com o conjunto do município.

3.2 Porto Novo no contexto da cidade “milionária” e de sua metrópole

Assim como os próprios nomes fazem referência, vários bairros do município de São Gonçalo foram nomeados em função da importância dos portos que abrigavam para a atividade comercial da época. Vários autores, tais como Palmier (1940), Geiger (1956) e Braga (2006), fazem referência aos portos em São Gonçalo em função de sua posição geográfica na margem oriental da Baía de Guanabara e do comércio que o município fazia com a cidade do Rio de Janeiro e Niterói. Como ainda não existiam outras vias, a importância dos portos no século XIX era em razão de não haver ainda ligação entre Neves e Alcântara.

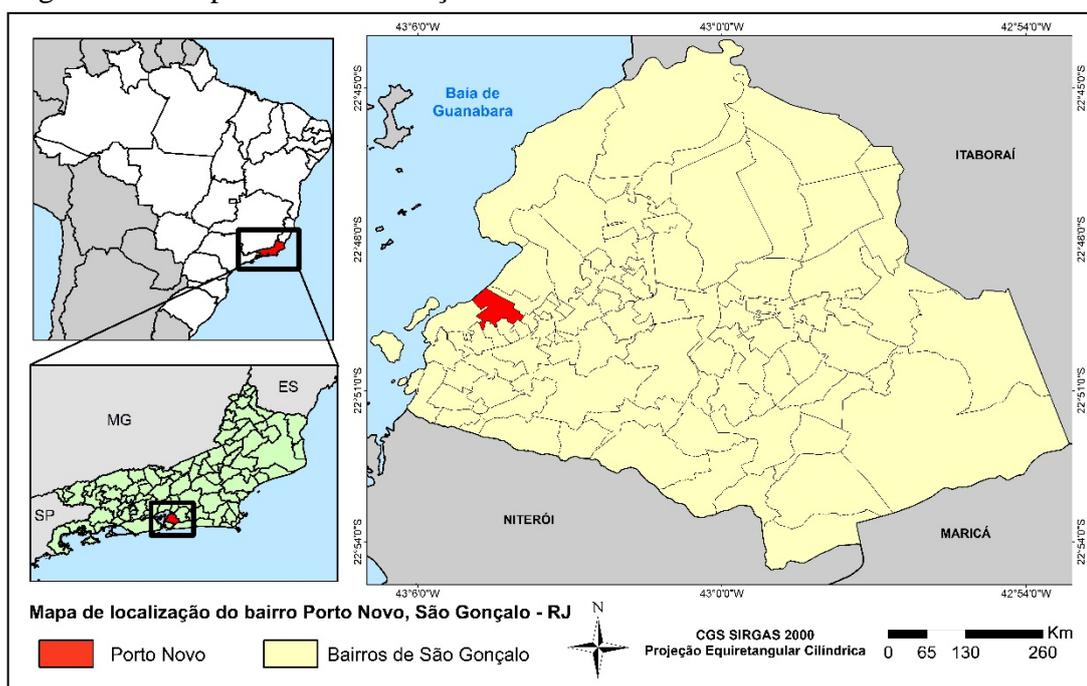
Desta forma, os portos permitiam o escoamento de produtos agrícolas, pesqueiros e mercadorias industrializadas.

Como os demais bairros gonçalenses que tiveram origem no parcelamento de grandes extensões de terras conforme Braga (2006) relata, Porto Novo é fruto do desmembramento da Fazenda Jacaré (1800) que pertencia a Belarmino Ricardo Siqueira, o Barão de São Gonçalo. Esta propriedade se situava em um local denominado “Jacaré”. Este mesmo local era chamado de “Vila Éden” e quando foi elevado a bairro passou a ser chamado de “Patronato”, nome atual de um bairro do quarto distrito.

Conforme a citada autora, anos após a morte do Barão de São Gonçalo, o casarão de dois andares tornou-se a sede do Patronato de Menores e depois da sua extinção abrigou o Grupo Escolar Barão de São Gonçalo que foi transferido de local em 1967 passando a ser chamado de Grupo Escolar Coronel João Tarcísio Bueno pelo Decreto 13.880, publicado no Diário Oficial de 20 de janeiro de 1969. Atualmente o Colégio Estadual Coronel João Tarcísio Bueno ocupa outro prédio na rua Francisco Portela.

Ainda de acordo com Braga (2006), o casarão atualmente encontra-se em ruínas, em estado de abandono, e tornou-se objeto de disputas por interesses diversos. Sob o pretexto de segurança, o seu segundo andar foi demolido. Ao lado das ruínas do casarão foi construída a Capela do Patronato, denominada atualmente de Paróquia de Nossa Senhora Aparecida, mais conhecida por todos como a Igreja do Patronato. Em contato com a paróquia, fomos informados pela secretária que, no presente, a área se encontra isolada do espaço da igreja e aparentemente o prédio encontra-se na condição de “invadido”.

Figura 10 – Mapa com a localização do bairro Porto Novo



Fonte: Arthur Alves Bispo, 10/02/2019.

Destaca-se, portanto, segundo Braga (2006), que nas terras que abrigavam a Fazenda Jacaré estão localizadas na atualidade importantes instituições para a cidade e a comunidade local tais como a FFP/UERJ (Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e o CEWO (Colégio Estadual Walter Orlandine).

De acordo com o site <http://populacao.net.br>, que apresenta dados com base no censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010, o bairro Porto Novo tem uma população de 16.719 pessoas, apresentando alguns dados específicos como população masculina (7.967 habitantes) e população feminina (8.752 habitantes).

Tabela 15 – Dados demográficos do bairro Porto Novo por faixa etária

Faixa etária	População	Porcentagem
0 a 4 anos	936	5,6%
4 a 14 anos	3210	19,2%
15 a 64 anos	12071	72,2%
65 anos e +	1438	8,6%

Fonte: <<http://populacao.net.br>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

Assim como apresentado no distrito de Neves, distrito da qual o bairro Porto Novo faz parte, a sua população concentra um número mais expressivo na faixa etária de 15 a 64 anos, configurando uma população no seu conjunto mais adulta.

A expansão sofrida pelo bairro Porto Novo deu-se em um processo que causou impactos socioambientais e segregação residencial que estão presentes até hoje no local. Com o aumento populacional que se acentuou a partir da década de 1980, ocorreu uma maior ocupação de terrenos ociosos em um processo que envolveu também o aterramento de mangues, como no caso da ocupação da rua Mário Quintão e as ruas transversais a essa, as chamadas “travessas”, que demandaram grandes somas de aterro para tornar o solo adequado para construção.

Portanto, nos interessa compreender os processos de segregação residencial e os impactos socioambientais no processo de expansão urbana do bairro e como estes se complexificaram com o passar das décadas seguintes e, sobretudo, se acentuaram com a construção do trecho da estrada Niterói-Manilha na década de 1980, forçando a remoção de parte das famílias carentes que viviam na comunidade “Favela do Gato” para a entrada da rua Mario Quintão.

3.3 Evolução urbana do bairro

O presente trabalho buscou identificar as principais transformações no espaço do bairro Porto Novo que, dentre outros, segundo Braga (2006), tem origem nas subdivisões da Fazenda Jacaré que pertencia ao Sr. Belarmino Ricardo Siqueira, o Barão de São Gonçalo.

Conforme Gomes e Neto (2007), o espaço onde hoje está localizado o bairro Porto Novo era uma fazenda que pertencia ao capitão Dionísio de Souza Araújo, que tinha uma filha chamada Maria Rita, que dá nome a uma das principais ruas do bairro. O Capitão era casado com Quitéria Maria de Jesus, que hoje também nomeia uma das ruas do bairro.

Posteriormente, parte dessas terras passaram a pertencer ao “Capitão Oswaldo Ornellas”, forma como era conhecido na região, passando depois aos seus herdeiros Geraldo Ornellas, João José Ornellas, Mirtes Ornellas e Haroldo Ornellas, todos netos de Maria Rita. A família Ornellas, proprietária das terras, tinha poder econômico e influência política no local.

Fotografia 5 – Documentos de João José Ornellas, um dos herdeiros das terras do bairro Porto Novo

The image shows three documents stacked vertically. The top document is a faded, mostly illegible form with some handwritten numbers like '610'. The middle document is an INPS 'CARTÃO DE PROTOCOLO' (Protocol Card) with the following handwritten information:

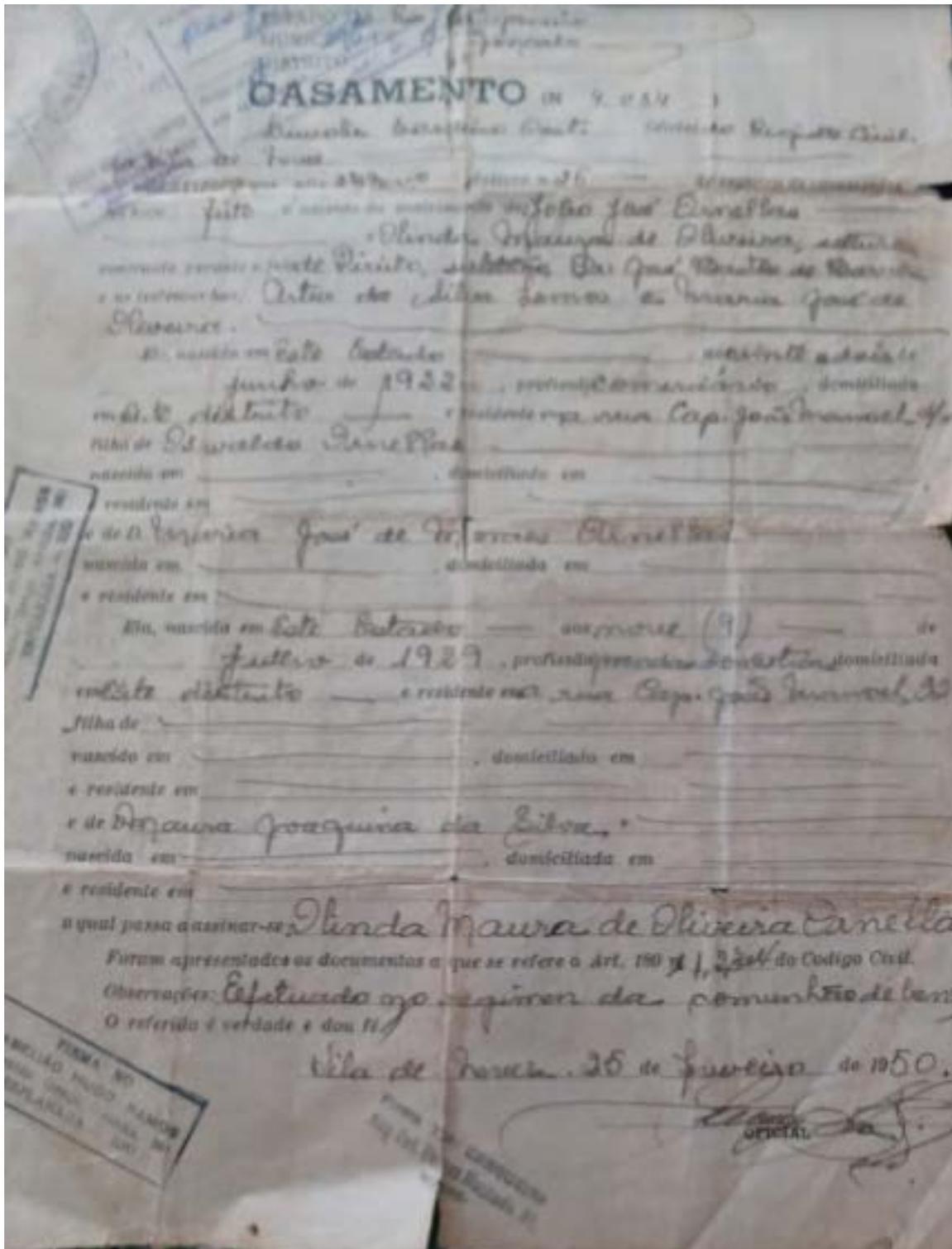
DATA DE ENTRADA 30.01.85	ORGÃO LOCAL 617030025
SECURADO João José Ornellas	
ENDEREÇO E NÚMERO 11/59/288	DOCUMENTO DE IDENTIDADE 022793625PF

Below the table, it says: 'VOLTE NO PRAZO DE 8 (OITO) DIAS PARA CUMPRIR EXIGÊNCIAS'. At the bottom, it reads: 'SÓ SERÃO PRESTADAS INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DO PROCESSO À VISTA DESTES CARTÃO DE PROTOCOLO'. The code 'SSS - 2' is on the left and 'GLI - 5/7' is on the right.

The bottom document is a Brazilian National Driver's License (Carteira Nacional de Habilitação) issued by the Conselho Nacional de Trânsito, Departamento Nacional de Trânsito, Departamento de Trânsito - RJ. The license number is 023990425. The holder's name is JOAO JOSE ORNELLAS. The license category is 'B' (indicated by '***B***'). The license number is 306008874. The license is signed by the Director General. At the bottom, it says '(OBRIGATORIA APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE)'. The text 'REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL' is at the top.

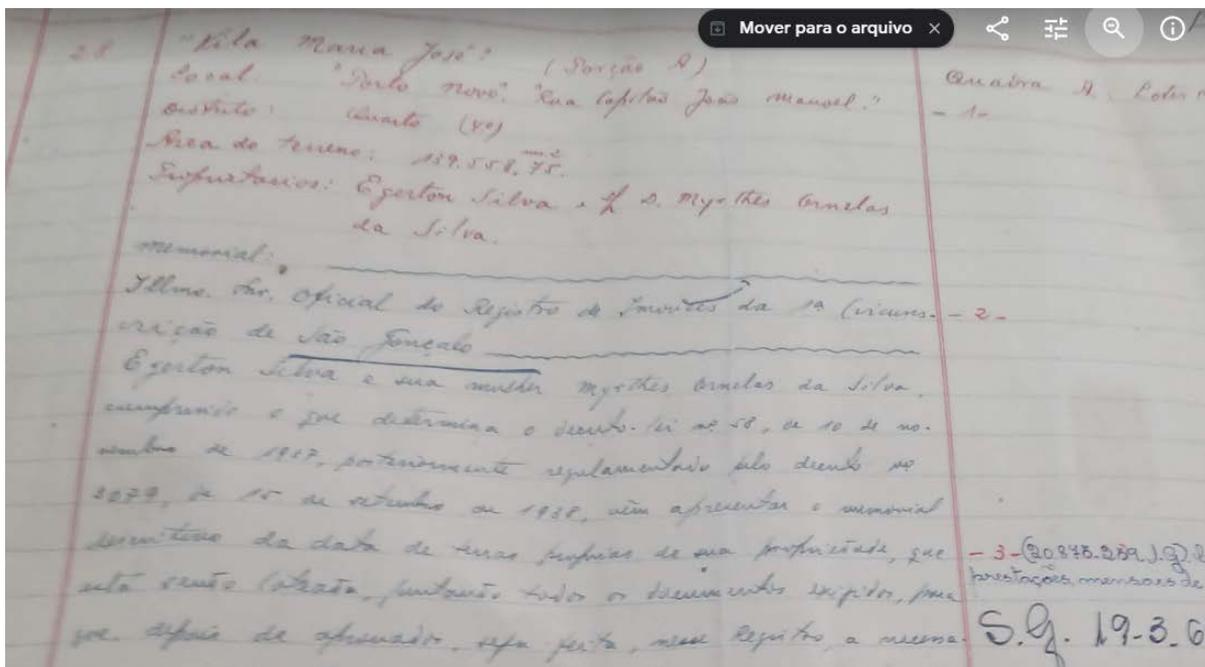
Fonte: Cedido por um dos familiares

Fotografia 6 – Certidão de casamento de João José Ornellas



Fonte: Cedido por um dos familiares

Fotografia 7 – Foto do livro com o registro dos loteamentos na rua Capitão João Manoel no bairro Porto Novo (1963)



Fonte: Foto cedida pelo cartório do 2º Ofício de São Gonçalo em 2020 (Vila Maria José era como se chamava uma porção das terras no território do bairro em 1960).

Gomes e Neto (2007) ainda informam que a referida fazenda possuía plantações de cana e laranja. Na propriedade foi construída a Capela de Nossa Senhora da Conceição pelo Capitão Dionísio de Souza Araújo – erigida por provisão do bispo D. Francisco de São Jerônimo em 17 de dezembro de 1714, com documento de sentença do seu patrimônio datada de 19 de setembro de 1782, não sendo apurada a data de sua fundação, conforme afirmou o Monsenhor Pizarro que a considerou em bom estado, tanto a capela, como seus paramentos, por ocasião da sua visita. Após a morte do Capitão Dionísio, a sua esposa Quitéria Maria de Jesus passou a administrar a capela. Hoje a capela de Nossa Senhora da Conceição ainda existe no bairro e compõe, juntamente com outras igrejas do município, um patrimônio histórico que não foi preservado e perdeu suas características originais.

Conforme informações do cartório 2º Ofício, o bairro Porto Novo, originalmente de propriedade da família Ornellas, chamava-se “Fazenda Porto Novo”. Com o falecimento de Oswaldo Ornellas, as terras passaram para os seus filhos e, na qualidade de herdeiros e novos responsáveis pela propriedade, deram início ao processo de loteamento de terrenos.

A evolução “urbana” do bairro decorreu de um processo que inclui o parcelamento de terras que tiveram origem no espaço rural do bairro, assim como a Cidade de São Gonçalo, mas também ocupações ilegais por conta de invasões de terrenos públicos, como o exemplo

do caso de parte da rua Mário Quintão, que termina no limite da BR-101. Destaca-se neste processo de expansão da ocupação do solo urbano o processo de segregação que teve início com parcela dos moradores da Favela do Gato para o início desta mesma rua. A expansão residencial teve o seu curso marcado por impactos ambientais consequentes de aterros de grandes áreas de mangues neste local, acentuados com a construção da estrada que corta o litoral a leste da Baía de Guanabara.

Fotografia 8 – Foto da Igreja Nossa Senhora da Conceição no bairro Porto Novo



Fonte: Gomes e Neto (2007).

Em um passado mais remoto, ainda no início da segunda metade do século XX, de acordo com Gomes e Neto (2007), relatos de moradores antigos dão conta de que o Porto Novo era um lugar ermo, sem infraestrutura e com práticas bastante primitivas tais como o comércio na porta com burros e a prática de lavagem coletiva de roupas pelas mulheres. A falta de saneamento básico, de água encanada e de calçamento são mencionadas como problemas locais desta época, mas que ainda persistem, embora atenuados nos últimos governos municipais e estaduais como resultado de uma forte urbanização que o espaço gonçalense sofreu.

Gomes e Neto (2007) apresentam a transição do bairro Porto Novo que, de um lugar pouco habitado, sofreu alterações que foram produto de uma dinâmica produção espacial que se realizou através de mudanças sociais e econômicas, agregando ao local características tanto positivas quanto negativas comuns às cidades que crescem. Atualmente, sua tímida economia

se concentra no setor de comércio e serviços, um dado comum à própria cidade de São Gonçalo. No local há um pequeno comércio, muitas igrejas, colégios, postos de saúde etc.

Conforme pesquisa de Gomes e Neto (2007), para atender a demanda da população que passava a residir no local, principalmente após a década de 1980, floresceram, como já citado, algumas atividades comerciais que incluía lojinhas, armazéns, quitandas, farmácias, pet shop, materiais de construção, pequenos mercados, dentre outros pequenos negócios. O bairro, com perfil totalmente residencial, passou a receber pequenos investimentos que atenderam as próprias demandas da população que lá se estabelecia.

Este aumento da atividade comercial está estreitamente ligado ao aumento populacional que decorreu da construção do primeiro condomínio na rua Maria Rita (Foto 9) na década de 1980 e, anos depois, de um segundo conjunto residencial nesta mesma rua onde no local existia uma horta. Ocorreu também a venda de lotes em várias partes do bairro e a ocupação da rua Mário Quintão com o assentamento das famílias removidas da Favela do Gato. Outro fator que se deu nesta rua foi a venda de lotes do lado legalizado pelo vereador Sady Pires e a invasão de terrenos de posse da Marinha do Brasil, conforme relatos de vários moradores, mas que provavelmente passaram a ser responsabilidade do DNER no período da construção da BR-101. Todos estes fatos interligados foram molas propulsoras do crescimento local.

Fotografia 9 – Placa comemorativa da construção do condomínio Parque Maria Rita



Fonte: A própria autora (placa comemorativa que informa a construção do Condomínio Parque Maria Rita em 1986. “Construído pela Cooperativa Chaffem e com recursos do BNH/Caixa Econômica Federal”).

Os problemas deste bairro são comuns e representam em uma pequena fração territorial os dramas das grandes cidades. Tais problemas, em pequena escala, são comuns à própria cidade de São Gonçalo. Dentre estes, os mais reclamados pela população são os alagamentos consequentes das grandes chuvas, principalmente os que ocorrem na rua Maria Rita, causa da falta de uma eficiente coleta de lixo e do assoreamento do Rio Marimbondo que transborda com grandes chuvas.

Fotografia 10 – Rua Maria Rita



Fonte: Google Earth (Rua Maria Rita densamente ocupada e com os condomínios)

Fotografia 11 – Rio Marimbondo no ano de 2007



Fonte: Gomes e Neto (2007)

Fotografia 12 – Rio Marimbondo em 2021 (ao lado do CPMR)



Fonte: o próprio autor. A plaquinha do Projeto Remoma sinaliza o trabalho e plantio de mudas às margens do rio.

Fotografia 13 – Rio Marimbondo em 2021 (lado oposto ao CPMR)



Fonte: o próprio autor (lado da ponte oposto ao condomínio por onde percorre o Rio Marimbondo na rua Maria Rita)

Alguns problemas frequentes são relatados na imprensa local como algo recorrente e sem solução. Segundo a matéria do dia 02 de março de 2018 do Jornal São Gonçalo, moradores do bairro Porto Novo reclamavam da falta de limpeza das galerias pluviais que causam um vazamento de esgoto na rua Maria Rita, gerando grande transtorno aos residentes na localidade e aos transeuntes que precisam dessa via de acesso a outros bairros e ao centro da cidade.

Segundo a reportagem, nem a limpeza do canal nem a troca de manilhas realizadas resolveram o problema, pois a prefeitura teria colocado novas manilhas com a mesma dimensão das anteriores. Os moradores cobram uma solução definitiva para um problema que já dura muito tempo. Conforme divulgação na referida edição do Jornal São Gonçalo, um comerciante local descreve tal situação:

Sem solução no Porto Novo. É um absurdo que uma via principal esteja nessa situação. Pagamos os nossos impostos em dia para ter garantia dos serviços. Como posso trabalhar com alimentos nesta situação? questionou. (Jornal São Gonçalo, 02/03/2018).⁸

Entrevistas realizadas com os moradores do bairro por Gomes e Neto (2007) para uma pesquisa sobre o local somadas a outras realizadas no decorrer do ano de 2020 para este trabalho tiveram o objetivo de identificar as mudanças sofridas nesse espaço ao longo das últimas cinco décadas, especialmente a partir dos anos 1980. O relato da moradora A. C., 55 anos, com 53 de residência no local, descreveu o bairro antes da década de 1980:

O bairro era muito diferente. Só que ali, o Rio Marimbondo, ele era limpinho e todo mundo tomava banho nele, entendeu? Ali tinha até peixinho, tinha tudo. A rua não era calçada, a rua não enchia, não era calçada, aqui tinha uma olaria, não tinha prédios. Tinha uma horta ali do lado onde hoje em dia é o CEJOP. Era uma casinha bem pequena, era poste de madeira, depois que colocaram paralelepípedo é que foi evoluindo. Mas antes disso, sim, a gente brincava na rua, e não tinha tanto assalto como tem hoje em dia. Era tudo mais tranquilo aqui. Era tudo de bom. Hoje em dia, infelizmente, depois destas coisas aí, tudo piorou. (A.C., 55 anos).

A.C. nos relatou a complexidade dos problemas urbanos vivenciados no bairro Porto Novo, em especial na rua Maria Rita onde os alagamentos tornaram-se recorrentes, tornando a vida dos moradores e comerciantes locais um caos. Abordamos a relação do adensamento populacional com o aumento de construções, como foi o caso do Centro Educacional José do

⁸ <<https://www.osaogoncalo.com.br/geral/50937/problemas-sem-solucao-no-porto-novo>>. Acesso em: 31 out. 2020)

Patrocínio (CEJOP), localizado nessa rua, pontualmente onde ocorrem frequentes alagamentos e sérios problemas de esgoto. E respondendo sobre essa relação:

Sim, até porque, na época, nunca alagou ali, ali nunca foi alagado, depois que fizeram os prédios que tamparam a manilha que tinha lá atrás e fizeram a quadra do CEJOP grandona. Eles não, não, eles tamparam o valão que passava por trás, eles deixaram aquela manilha bem pequenininha, ali não daria evasão, por isso que é esse alagamento hoje em dia, e ali não tem jeito não. Ali, infelizmente, é para o resto da vida. Só se derrubar aquelas porcarias todas lá, aí eu acredito que teria jeito. Fora disso, acredito que não tenha jeito não, amiga. Pode vir, tentar desentupir aquele esgoto, fazer tudo, mas não adianta não, porque antigamente, há muitos anos atrás *[sic]*, nunca alagou isso aqui, quando os meus pais compraram isso aqui. Eu fui criada aqui, estudei no CEJOP, entendeu? E não era assim não. Foi depois de muitos anos que começou a fazer isso. Agora, acredito eu que não tenha mais jeito não! (MORADORA, 01/2020).

A. C. afirmou não ver melhorias nas condições de infraestrutura no bairro “não melhorou nada, continua a mesma coisa. Entra prefeito, sai prefeito, entra vereadores e sai vereadores *[sic]* e continua a mesma porcaria”. Citou que a Aparecida Panisset, uma das últimas prefeitas de São Gonçalo, tentou melhorar um pouco, calçando as ruas. A moradora destacou que a falta de manutenção acentua os problemas consequentes da infraestrutura precária nas vias de acesso.

Outro morador do bairro ainda reforçou os antigos problemas da rua Maria Rita: “Inclusive, é um problema histórico do lugar, pois encanaram de forma indevida os canais de drenagem da região, gerando um péssimo escoamento das águas fluviais nos períodos de chuvas na região.” (R., 44 anos).

O percurso de expansão urbana do bairro Porto Novo, por ser uma fração (um bairro) dentro do município de São Gonçalo, tem muitas similaridades com o crescimento dessa cidade, e problemas urbanos agregados ao seu território, como os danos ambientais, na produção social do seu espaço.

3.4 Os impactos Socioambientais

Os impactos socioambientais já mencionados neste trabalho são decorrentes do crescimento urbano e do aumento de construções no local sem a adequada infraestrutura. Os aterramentos, a falta de coleta adequada de lixo e o assoreamento do Rio Marimbondo são a causa de alagamentos que causam muitos transtornos para os moradores. Estes são gerados

em razão de muitos residentes jogarem o lixo no próprio rio ou em locais inapropriados. Em entrevista com o subsecretário de limpeza urbana do município de São Gonçalo, Marcos Porto, em outubro de 2020, ele nos informou que a coleta de lixo é realizada sistematicamente três vezes por semana em todas as ruas e que muitos problemas com a limpeza urbana são consequentes da população não respeitar os dias de coleta de lixo. As sacolas e os recipientes com lixo são abertos e espalhados por catadores e animais, gerando retrabalho e aumento de custos.

Ainda segundo moradores, a coleta de lixo nos bairros em que se localiza a Bacia do Rio Marimbondo é regular (três vezes na semana). Todavia, ao que se percebe, a população, talvez por não ter esclarecimentos suficientes, dispõe o lixo às margens do rio [...] o que mais tarde irá trazer intensificação das enchentes, pois a grande quantidade de lixo impede o fluxo das águas do rio e funciona como barreira para a passagem de água com trechos do canal onde há a construção de pontes baixas, por exemplo. A água impedida de seguir sua trajetória transborda do leito menor e ocupa áreas do leito maior, que já não se apresentam mais desocupadas, provocando enormes prejuízos para a população residente nessas áreas. (SILVA, 2008, p.28).

Segundo o subsecretário Marcos Porto, a limpeza urbana da cidade de São Gonçalo está estruturada com a coleta de lixo domiciliar, a coleta do lixo orgânico e a coleta do lixo hospitalar. A coleta do lixo orgânico é realizada pela empresa Marquise (Grupo Marquise). O lixo hospitalar é responsabilidade da empresa Hazte Tecnologia e Planejamento Ambiental S.A., que leva o material para o Centro de Tratamento de Resíduos (CTR) localizado no bairro Anaia Pequeno. O CTR está em atividade desde 2014 e, segundo o site da Prefeitura de São Gonçalo, “Além do tratamento do chorume, o CTR do Anaia possibilitou o fechamento do Lixão de Itaoca, colaborando com a despoluição da Baía de Guanabara.” (PMSG, <https://servicos.pmsg.rj.gov.br/imprime.php?cod=4742>).⁹

A varrição, a capina e o roçado são serviços realizados pela empresa Saga. O roçado e a capina precisam ser solicitados e, portanto, são programados. Quando a coleta precisa ser feita em áreas de risco em residências localizadas após barricadas, o gari comunitário auxilia nessa retirada.

Um dos problemas mais citados pelos moradores do bairro Porto Novo é o assoreamento do Rio Marimbondo onde os residentes próximos ao local jogam lixo, atraindo mosquito e causando alagamentos. Para Cunha (2003), o estudo da degradação ambiental deve ter uma perspectiva holística, integrada, levando em conta as relações entre os processos de

⁹ Retirado do site da Prefeitura Municipal de São Gonçalo (PMSG, <https://servicos.pmsg.rj.gov.br/imprime.php?cod=4742> Acesso em: 01 jan. 2012).

degradação ambiental e a própria sociedade que deu início a estes processos e consequentes efeitos, procurando resolver, recuperar e reconstituir as áreas degradadas.

Ao longo de décadas e de muitos governos municipais e estaduais, intervenções paliativas foram realizadas para atenuar os problemas de alagamentos na rua Maria Rita no bairro Porto Novo por onde o Rio Marimbondo também passa, e estas sempre tiveram um caráter provisório e parcial. Sobre estes problemas, Silva realizou um estudo:

A bacia do Rio Marimbondo encontra-se modificada devido as constantes interferências antrópicas que ocorrem em sua totalidade através de intervenções que em geral, ocorrem para minimizar os problemas que ocorrem na bacia. E na maioria das vezes, tais medidas, tem um alcance mais local, privilegiando somente determinada área. Estas medidas paliativas acabam tendo um efeito provisório pois não consideram o conjunto da bacia hidrográfica. (SILVA, 2008, p. 11).

Conforme Silva (2008), o relatório publicado pela secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Santa Catarina (1998) destaca a importância de se diferenciar os processos de enchentes do de inundações por apresentarem características diferentes.

[...] afirma ser necessário diferenciar enchentes de inundações, pois se diferem em certos aspectos. As inundações ocorrem quando há chuvas contínuas por longos períodos de tempo, e o canal não consegue absorver a quantidade precipitada e as águas transbordam de seu leito para ocupar uma faixa lateral ao canal, que é denominada várzea. (SILVA, 2008, p. 15).

Fatores naturais como o tipo de solo e o clima da região que influenciam no tipo de vegetação local vão contribuir para os processos de enchentes ou alagamentos. Estes são agravados pela intensa urbanização que está em curso na cidade de São Gonçalo. A impermeabilização do solo que impede a infiltração da água, a falta de limpeza da rede de esgoto, a ausência de galerias pluviais que possibilitem o escoamento das águas e a inexistência de vegetação acentuam problemas que já poderiam ocorrer devido às condições naturais já citadas e a condição geomorfológica local original

Mas as diferentes visões do planejamento urbano também são uma questão a ser pensada e incluída no debate sobre problemas das cidades. Tucci e Silveira (2001) destacam a influência de uma visão setorializada do planejamento urbano, o desconhecimento da população e de profissionais que realizam as obras de intervenção local, agravando as enchentes. Portanto, a ausência de uma visão do conjunto de setores de forma integrada como saneamento básico, água e infraestrutura impactam negativamente para construir uma visão do conjunto de toda a extensão da bacia hidrográfica.

A passagem da BR-101 no trecho Niterói-Manilha também foi acompanhada de aterramentos que não respeitaram as condições naturais locais. A estrada que corta vários bairros da cidade de São Gonçalo foi traçada sobre o ecossistema local que já sofria com a intensificação do processo de urbanização em toda a cidade. A construção da rodovia, além dos loteamentos assentados sobre terreno original de manguezais que deram lugar a uma densa ocupação residencial, acentuou ainda mais este processo, como Amador descreve:

A estrada que liga Niterói a Manilha, atravessando todo o litoral de São Gonçalo, teve a maior parte de seu traçado sobre aterros a baía, manguezais e lagunas de maré. Todo natural e despovoado, passou rapidamente a ser ocupado por bairros proletários, favelas que se instalam nos manguezais e indústrias. A Niterói-Manilha reproduz os efeitos ambientais desastrosos da av. Brasil, sendo o mais recente vetor de pressão, sobre o já tão combatido ecossistema da Guanabara. (AMADOR, 1997, p. 247).

As terras de São Gonçalo que eram manguezais e sofreram processos de aterramentos estão em grande percentual abaixo do nível do mar, o que explicaria também os alagamentos comuns em vários pontos da cidade, como destacamos no bairro Porto Novo.

Conforme Silva (2008), no Plano Diretor de Recursos Hídricos da Baía de Guanabara (PDRHBG), o município de São Gonçalo faz parte da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara, possuindo características geológicas, geomorfológicas e hidrológicas dessa região que inclui o gráben da Guanabara, abrangendo a área deprimida do relevo entre a Serra do Mar na parte norte e os maciços costeiros ao sul. O gráben se estende entre a área da bacia de Sepetiba, no flanco ocidental, até às proximidades da Barra de São João, que fica localizada no município de Casimiro de Abreu, a leste da região.

Quanto ao planejamento do PDRHBG, “*O Plano Diretor de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica V - Baía de Guanabara foi elaborado em 2005. O referido documento propõe o planejamento dos recursos hídricos considerando um horizonte de 15 anos (2005 a 2020)*”. (<nea.rj.gov.br/Portal/Agendas/GESTAODEAGUAS/InstrumentosdeGestodeRecHid/PlanodeRecursosHidricos/BaiadeGuanabara>. Acesso em: 20 abr. 2012) E quanto ao estado da referida região hidrográfica, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) informa:

A Região Hidrográfica V possui muitos dos seus corpos d’água em nível avançado de degradação qualitativa, incluindo seus sistemas lagunares, comprometidos em grande parte pelo lançamento de efluentes domésticos sem tratamento. O fato de estar situado em uma região metropolitana densamente povoada com baixos níveis de tratamento de efluentes, acelera a degradação ambiental. (<<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/GESTAODEAGUAS/InstrumentosdeGestodeRecHid/PlanodeRecursosHidricos/BaiadeGuanabara>>. Acesso em: 20 abr. 2021).

De acordo com Silva (2008), e segundo a Secretaria Municipal de Urbanismo de São Gonçalo, aproximadamente 65% da área do município de São Gonçalo são terrenos de baixada. Silva (2008) acrescenta que a dinâmica climática com fortes chuvas no verão em um intervalo curto de tempo, junto a ações antrópicas intensificam as enchentes no município.

De acordo com Amador (1997), a Baía da Guanabara, que apresenta um diversificado complexo de ecossistemas, inclui a Mata Atlântica, restingas, manguezais, campos de altitudes, praias, rios, estuários, ilhas, enseadas, pontões rochosos e falésias. Portanto, esse importante recurso natural vem sendo destruído por meio da ocupação humana desde o início da colonização portuguesa e se intensificou com a desenfreada urbanização do município onde a população ocupou estas áreas. Somado a este processo de aumento da densidade populacional, houve a atuação do Estado autorizando ou não regulamentando o uso de áreas ambientais e, em alguns casos, simplesmente constituindo-se em mais um agente de devastação. Cabe ressaltar que a lei de proteção ao meio ambiente é de 1981¹⁰, ou seja, historicamente muito recente.

3.5 O bairro do Gradim: um pouco da sua história e seus problemas

Não encontramos muitas fontes sobre a história do Gradim, mas ao percorrer o bairro é possível observarmos as características desse espaço que representa uma pequena fração da histórica “ascensão” do município. É um dos mais conhecidos e antigos bairros localizados no quarto distrito e à leste da Baía de Guanabara. Faz parte do litoral gonçalense, sendo cortado pela BR-101 em toda a sua extensão.

A ocupação original do bairro está ligada à atividade pesqueira, pois o Gradim abrigava um dos mais importantes portos já na década de 1930. A indústria pesqueira que estava a todo o vapor com várias fábricas localizadas no bairro foi o motor fomentador da pesca que tinha um mercado pronto a consumir (BRAGA, 2006).

Sua população é estimada em 16.338 habitantes conforme o site <http://populacao.net.br/populacao/> de acordo com o censo de 2010. A população masculina

¹⁰ A primeira lei sobre meio ambiente surgiu em 1981. Posteriormente, várias leis e decretos surgiram para "disciplinar a questão, como as audiências públicas e a compensação ambiental." Jornal Estadão, matéria "Primeira lei ambiental é de 1981", de 06/12/2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,primeira-lei-ambiental-e-de-1981,477458,0.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2021. E em <<https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/2219914/linha-do-tempo-um-breve-resumo-da-evolucao-da-legislacao-ambiental-no-brasil>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

representa a fração de 7.749 habitantes e a população feminina 8.589 habitantes. A Tabela 16 abaixo apresenta números e percentuais desta população por faixa etária.

Tabela 16 - Dados por faixa etária no bairro do Gradim

Faixa etária	População	Porcentagem
0 a 4 anos	997	6,1%
4 a 14 anos	3202	19,6%
15 a 64 anos	11763	72,%
65 anos e +	1372	8,4%

Fonte: <<http://populacao.net.br/>>. Acesso em: 02 jan. 2021. Números aproximados devido a cálculos de porcentagem.

Conforme a tabela acima, a maior parte da população do bairro do Gradim encontra-se na faixa etária entre 15 e 64 anos e, portanto, com o perfil mais adulto, apresentando compatibilidade com os dados do Atlas LMRJ do quarto distrito de Neves, onde o bairro do Gradim está localizado.

Andrade (2011) relata que ainda no século XVI o bairro foi denominado de Ponta do Mutungabo pelos indígenas que ocupavam a região passando à denominação de Gradim provavelmente ainda antes do século XX em homenagem ao Dr. Antônio da Silva Gradim, médico e proprietário de olarias e portos e, provavelmente, um morador local.

O bairro participou dos ciclos econômicos brasileiros e teve em seu espaço territorial a presença de várias indústrias do ramo alimentício e naval e diversas atividades fabris e comerciais. Abrigou, também, um importante matadouro que abastecia de carnes o município de São Gonçalo. A Tabela 17 abaixo relaciona os empreendimentos industriais presentes no território do bairro no século XX.

Tabela 17 - Os tipos de indústrias no Gradim (1930-1950)

Cia Brasileira Produtos de Pesca S. A	Conservas e Sardinhas	Gradim
Cia Matadouro de São Gonçalo	Carnes	Gradim
Curtume Zoológico São Sebastião	Couro	Gradim
Fábrica de Bebidas e Doces benvindo Torres Brandão	Bebidas e doces	Gradim
Fábricas de Conservas de Peixe Piracema	Conservas e Sardinhas	Gradim
Fábrica São Gonçalo	Doces	Gradim
Indústrias Reunidas de Pesca S.A Netuno	Conservas e peixes	Gradim
Indústrias União	Conservas e peixes	Gradim
Indústrias Orleans	Conservas e peixes	Gradim

Fonte: Luiz Palmier (1940) e Prefeitura Municipal de São Gonçalo. Organizado por Rosa (2017).

Segundo a tabela, entre 1930 e 1950 o bairro do Gradim contava com nove indústrias, sendo a maioria do ramo alimentício, o que para Rosa (2017) pode ser explicado pela

proximidade do bairro com a baía de Guanabara, e por ser local onde há uma tradicional colônia de pescadores.

Segundo Andrade (2011), o conhecido Curtume Zoológico São Sebastião pertencia à família Rica Marcos e era uma das indústrias mais prósperas do bairro. Evaristo Rica Marcos veio da Espanha para o Brasil no final do século XIX. Seu filho, Rosendo Rica Marcos, ficou conhecido no município por ter participado da política gonçalense como vereador, tendo participado da Associação do Hospital de São Gonçalo e fundado o Clube Náutico de São Gonçalo juntamente com alguns pescadores em um período de pesca farta no local. A autora relata ainda a desativação dos portos em São Gonçalo em 1960 quando o porto de Niterói começou a operar.

Na segunda metade do século XX, São Gonçalo experienciou uma aceleração na sua urbanização e adensamento populacional ao mesmo tempo em que ocorreu uma redução da atividade industrial gonçalense por não acompanhar o processo de modernização fabril, assim o município começou a se dedicar mais ao comércio e à prestação de serviços, atendendo à população que crescia e passava a residir no município (ROSA, 2017).

O crescimento populacional da cidade ocorreu via fracionamento da terra com o loteamento de fazendas e sítios juntamente ao aterramento de mangues para ocupação de lotes e construção de estradas. E assim também ocorreu no bairro do Gradim.

Foram construídas muitas casas. Nós tínhamos um rio ali na rua Capitão João Manoel e tudo aquilo ali foi aterrado. Foi aterrado para colocar casas em cima. A prefeitura aterrou tudo. Minha avó dizia que até lá fora no Paraíso era mangue. O pessoal catava caranguejo ali. Tudo isso daqui já foi uma área muito aberta. Muita coisa foi aterrada. As praias foram aterradas. [...] A praia era aqui dentro na Cruzeiro do Sul. Tinha a praia das Pedrinhas, mas a gente nem ia porque a Cruzeiro do Sul era boa. A areia era limpinha. Tinha mangue, mas aterraram tudo, fizeram estaleiros. (Resposta da Sr.^a Angélica, moradora do Gradim há 50 anos, acerca das mudanças ocorridas no bairro, em entrevista concedida em julho de 2010). (Andrade, 2011, p. 45).

O bairro do Gradim sofreu grandes mudanças nas últimas décadas e foi destacado pelos residentes na localidade a atuação da ex-prefeita Aparecida Panisset¹¹ que iniciou sua trajetória política como vereadora, tendo sido eleita duas vezes para o cargo de prefeita do município de São Gonçalo. Havia um trabalho social da ex-prefeita com a comunidade local

¹¹ Aparecida Panisset foi duas vezes vereadora no município fluminense, sendo eleita em 1996 e 2000. Ela não chegou a completar o segundo mandato na Câmara, pois se elegeu deputada estadual em 2002. Dois anos depois, concorreu pela primeira vez à Prefeitura de São Gonçalo e foi eleita. Fonte: <<https://g1.globo.com/Eleicoes2008/0,,MUL784374-15693,00-APARECIDA+PANISSET+SE+REELEGE+PREFEITA+DE+SÃO+GONCALO.html>>. Acesso em: 05 abr. 2021. Período do mandato de 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2012, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

que atribui à sua atuação o progresso e o desenvolvimento subsequente do bairro, seu “celeiro eleitoral”.

Sobre viver no Gradim, desfrutar da praça – espaço marcado pelo convívio e práticas sociais – um residente mencionou a funcionalidade de viver em um local que lhe oferece de tudo o que precisam.

Eu acho que aqui é um bairro que tem tudo que a gente precisa. Principalmente onde eu moro. Tem uma farmácia debaixo de casa, uma padaria debaixo de casa, uma sorveteria debaixo de casa, feira embaixo de casa nos sábados, açougue na frente, loja de ferragens têm duas. Eu moro no centro do bairro. (Resposta do Sr. Jairo quando questionado sobre como é morar no Gradim, em entrevista concedida em julho de 2010). (Andrade, 2011, p. 45).

De acordo com vários relatos de moradores residentes nos bairros do Porto Novo e do Gradim, este último teve o seu processo de urbanização iniciado anteriormente. A praça, a parte central do bairro, onde floresceu um farto comércio no seu entorno, é citada pelos residentes como um local onde as vias foram calçadas antes do maior crescimento populacional do local. Atualmente, o bairro convive com problemas urbanos comuns aos demais bairros e à própria cidade. São problemas como calçamentos precários e falta de manutenção das redes de água e esgoto.

A matéria publicada pelo jornal O São Gonçalo em 14/02/2019, cuja manchete dizia: “Chuva deixa bairros de São Gonçalo completamente debaixo d’água: Gradim ficou com algumas ruas completamente alagadas”, relata os danos causados por forte chuva em vários bairros de São Gonçalo, inclusive em outros municípios. “Em alguns pontos do território gonçalense, a população teve que desviar de poças de água, casos dos bairros Porto do Rosa, Gradim e Boa Vista”. Segundo a reportagem, um dos bairros mais atingidos foi o Gradim que teve ruas completamente alagadas como a rua Paul Leroux: “Uma das moradoras mais antigas da via, a dona de casa Sônia Lopes, contou que sempre que chove na região, a rua fica em estado de calamidade”.

Sempre que chove aqui na rua, acontece isso. É inadmissível que a gente pague todos os impostos em dia e a Prefeitura não tome nenhuma atitude para minimizar os prejuízos dos temporais. Diversos moradores não conseguiram sair de casa e não foram trabalhar e a culpa é de quem? Da chuva?, questionou ela, que mora no bairro há 50 anos. (<<https://www.osaogoncalo.com.br/geral/57430/chuva-deixa-bairros-de-sao-goncalo-debaixo-dagua#:~:text=%E2%80%9CSempre%20que%20chove%20aqui%20na,minimizar%20os%20preju%C3%ADzos%20dos%20temporais.&text=%C3%89%20sempre%20preocupante%20ter%20que,quando%20acontece%20isso%E2%80%9D%2C%20afirmou>>. Acesso em: 02 jan. 2021. O SÃO GONÇALO, Jornal, publicado em 14/02/2019).

Fotografia 14 – Alagamentos no bairro Gradim



Fonte: Jornal O São Gonçalo, 14/02/2019. Foto: Luiz Nicolela.

A produção social do espaço dos bairros do Porto Novo e Gradim estão no contexto do espaço rural gonçalense e da atividade pesqueira em razão do município se localizar à leste da baía de Guanabara. Como já foi descrito no capítulo anterior, São Gonçalo teve uma intensa atividade portuária e, portanto, vários bairros são denominados de “porto” em razão dos portos que existiram na região. As embarcações deslocavam-se de São Gonçalo para os municípios vizinhos de Niterói e do Rio de Janeiro, escoando a sua produção agrícola local.

O bairro Porto Novo surge das subdivisões de terras pertencentes à família Ornellas, que loteou e vendeu essas terras. Sua população atual provém do desmembramento dessa fazenda e dos loteamentos que tornaram-se importante motor econômico para o município de São Gonçalo, da mesma forma que para a cidade do Rio de Janeiro e seu entorno.

De acordo com vários relatos de moradores, uma porção das terras do bairro Porto Novo, principalmente os terrenos situados na rua Mário Quintão, mais próximos ao litoral, eram manguezais, assim como outros bairros adjacentes. Nestas terras, ocorreu uma grande expansão residencial que se deu através da venda de lotes e invasões de terras da Marinha do Brasil, além do assentamento das famílias que foram removidas da Favela do Gato para o Conjunto dos Democráticos.

Os bairros Porto Novo e Gradim estão inseridos na histórica ascensão gonçalense, abrigando portos que eram importantes conexões com as cidades do Rio de Janeiro e Niterói,

por onde as mercadorias eram embarcadas, viabilizando o comércio e fomentando a atividade econômica do município.

O bairro do Gradim se insere no contexto gonçalense na sua importância para o pescado e atividade industrial tão próspera de São Gonçalo em um passado não muito distante. No entorno destas atividades, uma comunidade encontra abrigo e trabalho. A Favela do Gato, que tem um pouco da sua história apresentada neste trabalho, assentou-se neste local, no contexto que inclui a vida e o trabalho ligados à pesca no seu cotidiano.

4 CONFLITOS TERRITORIAIS NO PORTO NOVO E NO GRADIM

Nesta etapa do trabalho, buscaremos compreender as transformações espaciais dos bairros Porto Novo e Gradim, em especial as que foram decorrentes da passagem da BR-101. Apontar os agentes que atuaram na produção social destes espaços transformando-os. Para tanto, demandou a pesquisa nos poucos textos acadêmicos que se debruçaram a retratar essa história, buscando construir uma narrativa através dos sujeitos que fizeram parte desse processo. Dentre estes sujeitos da ação, estão os moradores da Favela do Gato, o Estado, o grande empreendedor do projeto de construção da estrada, o DNER, os construtores, as demais empresas contratadas e a Universidade Federal Fluminense. Assim, além dos trabalhos e registros, trabalhamos com a oralidade (história oral) a partir da memória desse sujeito coletivo, sua história e sua percepção a partir do seu cotidiano. Sendo assim, Milton Santos (2017) assinala que a memória é indispensável ferramenta no estudo das cidades e suas transformações ao longo do tempo, reconstituindo a história dos lugares a partir da leitura dos sujeitos. “A memória coletiva é apontada como cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração do futuro.” (SANTOS, 2017, p. 223).

4.1 Duas favelas, uma história, uma memória: a oralidade como instrumento de trabalho

Memória: “1. Capacidade de recordar o que foi vivido, aprendido ou experimentado; 2. lembrança, recordação, reminiscência; 3. modo como alguém é lembrado; reputação, renome, nome.” (BECHARA, 2011, p. 846). As mais diferentes sociedades preservam suas tradições por gerações e isto se deve às práticas sociais partilhadas em uma vida comunitária ou por tradição oral, o que viabiliza a transmissão de conhecimentos que possibilitam a constituição da identidade cultural de um povo. Na perspectiva de Joël Candau (1996), a identidade é um produto social, estando sempre em um devir, no contexto de uma relação dialógica e temporal entre o eu e o outro. Alguns estudiosos abordam o tema da memória coletiva e, longe de haver uma unanimidade, trata-se de uma discussão norteadada pela intenção de pensar a coexistência e a amálgama de histórias que são partilhadas por um grupo.

As narrativas dos sujeitos envolvidos são particulares devido à interação e pela própria “fragilidade” da memória. Portanto, os relatos se confrontam, se diferenciam, mas na maior parte das vezes, se complementam. Sacks (2017) trata da fragilidade da memória, pois de alguma forma todos nós transferimos experiências, internalizamos situações e nos apropriamos de conhecimentos diversos sem termos consciência desta ação.

Todas as nossas vivências são, em alguma medida, produto de interações e trocas, e o produto disto pode ser algo novo. Para o autor, a dificuldade em distinguir a origem de nossas memórias se dá em razão da impossibilidade do nosso cérebro nos assegurar quais recordações são realmente verdadeiras e exclusivamente individuais, ou seja, produto de uma vivência pessoal.

Portanto, considerando a complexidade de se verificar a autenticidade e origem dos produtos da memória o autor afirma: “A memória surge não só da experiência, mas também da interação de muitas mentes.” (SACKS, 2017, p. 92). Para Koselleck (2006), há um conjunto de memórias ao qual ele denomina de “espaço de experiência”, pois “[...] a história seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico.” (KOSELLECK, 2006, p. 42). Neste sentido, o autor afirma que as experiências possibilitam aprendizados no presente que permitem projetar o futuro, pois o presente nos escapa, se esvai, projetando-se sempre em direção ao futuro que é sempre limitado pela experiência. A preservação da memória da luta dos moradores da Favela do Gato pela manutenção do seu território (negociando que somente os moradores que estivessem na faixa limítrofe ao mar fossem removidos) é um legado dessa disputa, valioso para a provisão de mobilizações futuras, como ocorreu após a conquista daquele território, pois em 2014 ocorreu uma nova ameaça de remoção dos moradores da Favela do Gato quando 30 famílias receberam um mandado de reintegração de posse da Justiça Federal em uma ação que afirmava que as casas estavam ocupando uma faixa de domínio da estrada e, portanto, precisavam serem demolidas. Essa ação do poder público teve como resposta uma nova luta da comunidade que buscou novamente o apoio do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/UFF), como já ocorrera no primeiro momento quando da construção da estrada na década de 1980. Com a experiência da luta e com o apoio da Universidade neste novo processo, os moradores obtiveram decisão favorável da justiça. Eles conseguiram o direito de permanecer em seus lotes durante a tramitação do processo e lograram vitória por comprovarem o direito aos imóveis mediante o acordo firmado, garantindo a permanência na comunidade no local (BIENENSTEIN, 2016, p. 10).

Para Candau (2014), a memória é uma faculdade individual, mas quando memórias individuais e suas interpretações são compartilhadas, pode resultar em um conjunto homogêneo (práticas, discursos coletivos). No entanto, a identidade é, rigorosamente, sempre do sujeito e, portanto, individual e não coletiva. No entanto é possível a produção de identidades coletivas a partir de discursos sociais que podem produzir mobilização social ou mascarar problemas sociais, tais como a ideia de democracia racial na sociedade brasileira, de rejeição à ideia do preconceito tão comuns nas sociedades atuais. Para Catroga, “A formação do eu de cada indivíduo será, assim, inseparável da maneira como ele se relaciona com os valores do(s) grupo(s) em que se situa e do modo como, à luz do seu passado, organiza o seu percurso como projecto.” (Catroga, 2001, p. 20).

Contudo, a preservação da memória é um elo “indispensável” à manutenção de sociedades, suas histórias e práticas sociais. O compartilhamento da história de São Gonçalo, seus êxitos históricos e seus insucessos, agrega a construção de uma memória que valoriza o espaço social da cidade e de uma identidade coletiva que seja reflexo do conhecimento de sua potencialidade, nutrindo um sentimento que mobilize a luta por direitos, a consciência do cumprimento de deveres, para se ter como resultado um espaço coletivo e de todos.

4.2 A mobilização da comunidade local, a estrada iria passar...

Era início da década de 1980, última do governo militar e a estrada iria passar. A construção da BR-101 era a última e mais importante obra do regime ditatorial civil-militar que governava o Brasil. Cumpria o objetivo de conectar as áreas mais distantes do país, os grandes centros urbanos às áreas rurais.

O projeto foi desenvolvido em um período em que está em curso uma intensa mobilização social pela redemocratização no final do milagre econômico e com a atuação de um Estado centralizador, a reivindicação popular de participação política e o fim do cerceamento das liberdades individuais (RIBEIRO e CARDOSO, 1990; SCHERER, 1995).

É nesse contexto de embates políticos-sociais que a mobilização da Favela do Gato se insere. Em um período quando a pressão popular era indispensável frente a um Estado centralizador, desenvolvimentista e grande provedor do capital. Acredita-se que “sem o peso da população organizada, o planejamento urbano, apesar de muitas vezes fundar-se nas boas

intenções dos técnicos, estaria fadado a uma ação limitada pelas necessidades da acumulação do capital.” (RIBEIRO e CARDOSO, 1990, p. 73).

Emergem neste período de lutas em prol da democracia os movimentos sociais, organizações sindicais, movimentos de associações de bairros, o Partido dos Trabalhadores, entre outros movimentos da sociedade que se organizava. A determinação do governo era remover todos os obstáculos para a construção da estrada, assim como já havia sido feito em todo o traçado da estrada, no trecho Niterói-Manilha não seria diferente. Havia ruas, terrenos e famílias no percurso por onde passaria a estrada. Houve a necessidade de desapropriar 1.055 áreas de terrenos, incluindo benfeitorias que estivessem localizadas nas áreas de domínio do referido trecho (ARAÚJO, 2014)¹². Dentre as moradias que estavam no percurso por onde passaria a estrada, havia imóveis pertencentes aos moradores da Favela do Gato que não eram legalizados.

Fotografia 15 - Comunidade Favela do Gato



Foto: Favela do Gato (Google Earth). Acesso em 25 nov. 2018.

A Favela do Gato localiza-se no bairro do Gradim e, segundo Bienenstein (2001), a Favela do Gato estava assentada em terras da Marinha, pertencentes à União e sob a guarda da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), tendo as primeiras famílias iniciado a ocupação do

¹² Fonte: O Globo, Niterói, de 01/08/1982, p. 07.

local na década de 1940, situando as "moradias e seus quintais na faixa limítrofe do mar, próximo à linha d'água." (BIENENSTEIN, 2001, p. 163). Ao longo dos anos, o número de moradias só foi aumentando. Dentre as famílias assentadas neste local, muitas já tinham sido expulsas de outros locais devido à expansão da zona industrial (G. FREIRE; E. BIENENSTEIN; G. BIENENSTEIN, 2016).

Cientes da construção da rodovia no trecho Niterói-Manilha e que o seu traçado incluía os terrenos que ocupavam há décadas, os moradores buscaram apoio para organizar a sua luta no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense que desde 1975 já tinha uma posição mais crítica no que se refere à habitação brasileira que efetivavam na prática através de uma disciplina obrigatória de projeto arquitetônico, desenvolvendo um trabalho voltado para grupos de baixa renda.

Conforme relato de moradores antigos e de Bienenstein (2016), os moradores da Favela do Gato buscaram um suporte no departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFF logo que souberam do projeto de construção da estrada e das consequências deste para a comunidade local. Eles concordavam que removessem parte da comunidade assentada no traçado da estrada, mas reivindicavam a permanência das demais famílias no local. A luta que se travou, portanto, era por um acordo que atendesse também às necessidades dos moradores da comunidade e não somente aos interesses econômicos do qual o Estado era o maior representante. A mobilização que estava em curso era por direitos sociais e de habitação digna. Muitas famílias que viviam na comunidade dependiam da pesca artesanal, como até hoje, por isso sua permanência próxima ao mar de onde retiravam o seu sustento em suas práticas cotidianas.

[...] o Projeto Favela do Gato se desenvolveu dentro de dois eixos principais: o primeiro (1983 e 1984) voltado para impedir a total remoção da comunidade, assegurando o reassentamento das famílias cujas moradias seriam atingidas pela estrada para outro local, em condições previamente conhecidas e acordadas; o segundo eixo, direcionado para a regularização fundiária da parte remanescente do assentamento. (G. FREIRE, E.; BIENENSTEIN, G.; BIENENSTEIN, R., 2016, p. 4).

A moradora M. E., de 62 anos, nasceu e cresceu no local, tendo participado ativamente da mobilização da comunidade. De acordo com o relato dela, quando veio o projeto da BR-101, muitos barracos estavam no caminho da estrada, e que a intenção era remover os moradores para o local onde funcionava o lixão em Itaóca, motivando o movimento. Por intermédio de duas pessoas conhecidas, souberam sobre o projeto de habitação na UFF desenvolvido por arquitetos e que estes poderiam ajudá-los.

O pessoal da UFF tem um projeto de habitação e uma porção de alunos que eram arquitetos. Essas coisas tudinho que estavam se formando, eles foram e se engajaram na nossa causa, e brigou com a Caixa Econômica, com o governo do estado, com a União, com tudo para trazer a gente para este terreno aqui, sendo que este terreno aqui, diziam na época que tinha um dono. Aí a professora Regina, é... professor Wilson, vários, uma equipe, os alunos, entraram em contato com a União para desapropriar isso aqui, pra botar a gente aqui, entendeu? Tiraram 71 moradores na época... Aí eles entraram para o projeto, foi muita mobilização, com o ministro dos transportes na época, com o Lula que na época veio... 32 anos atrás. Então veio o Lula, o ministro dos transportes esteve aqui. (M. E., 62 anos, 2020).

Segundo outra moradora da comunidade que permaneceu na Favela do Gato e esteve à frente da luta e das negociações, foi importante o apoio da UFF, orientando-os em cada passo sobre como proceder e da importância de fundar uma associação de moradores para formalizar o pleito da comunidade e tornar a representatividade das famílias mais legítima. Além de toda a responsabilidade que a liderança comunitária tinha, precisava lidar com a desconfiança e a incredulidade dos demais moradores que por, falta de instrução, estavam céticos quanto à possibilidade de terem êxito em sua empreitada.

Então começou assim: a gente querendo fundar uma associação, mas todo mundo semianalfabeto... porque ninguém saiu dali da segunda série. Trabalhando e aquela coisa toda e nos afundamos ali dentro em questão de moradia, né? E isso não era bom, e depois veio a estrada. O comentário da estrada, como tem agora um comentário... que não sei o que da barca vai passar ali... eu também sempre fui agitada.

Eu falei: gente, a gente precisa fundar uma associação e nem todos da comunidade tinham estudo. Então procuraram a UFF por terem sido informados que a estrada iria passar, ainda era um comentário, antes do recebimento de notificação, procuramos a professora Regina da UFF: eu achava por ser uma beira de praia, marido era pescador, os filhos também já cresceram pescando..., mas eu falei que isso não estava documentado, se tiver que tirar a gente vai tirar... Então eu sempre fui assim, a cabeça da coisa né... apesar de não ter muita inteligência, tal, estudo. Então fomos procurar a Regina, professora da UFF, né? Aí ela se interessou, que o interesse deles é formar alguma coisa, é formar uma favela, ser um bairro. Eles crescem com isso, são professores, alunos... Aí, tá! Aí ela nos ensinou como é que se formava uma associação. Aí, como eu era antiga dali, a Regina me orientava no que falar para não falar bobagem. (A. P., 75 anos, 2020).

Além de todo o suporte e orientação necessários aos líderes comunitários, o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFF acompanhou todas as negociações até que o atendimento de todas as reivindicações se efetivasse. “A organização e a mobilização da população, somadas à parceria estabelecida com a universidade, foramentão [sic] capazes de abrir um canal de negociação direta com o Ministro dos Transportes, conseguindo o atendimento de todas as reivindicações, num processo de resistência e insurgência.” (G. FREIRE, E.; BIENENSTEIN, G.; BIENENSTEIN, R., 2016, p. 6).

Toda a equipe da UFF realizou o esforço de reorganizar o espaço remanescente após a construção da estrada. Com o reaproveitamento de bordas que sobraram da estrada e algumas partes de terrenos cedidos, algumas famílias puderam ser acomodadas. Foram permitidas permutas entre os moradores da comunidade, pois alguns gostariam de ir para o novo conjunto habitacional que se formava por tratar-se de uma construção convencional (casas de alvenaria) e por preferirem habitar em moradias mais adequadas. Em outra perspectiva, alguns moradores preferiram continuar a viver na Favela do Gato e não deixar o mar, o lugar da pesca, do trabalho e da vida cotidiana na qual estavam acostumados.

O que vamos fazer? Fomos lá, procura e ela veio e tal, e foi aquela medição... uns fizeram um quintal grande demais e outros sem nada. Foi mobilizando e tal, para formar isso aí foi muita confusão, muita briga, quem tinha terreno grande não queria ceder pra quem não tinha... eu cheguei primeiro!

Aí eu dizia pra ela assim: olha, aqui foi criado crianças, filhos de pescador, essas crianças não aprenderam a ler, escrever, como que vocês vão tirar esse povo daqui pra botar onde? Vocês vão tirar o peixe do oxigênio, o peixe vive através do mar, do oxigênio. Vocês querem que essas crianças que hoje pesca seja um marginal amanhã? Vocês têm que ver isso aí... Tem muita coisa pra vocês mexer ao não ser aqui. (A. P, 75 anos, 2020).

Como já mencionado acima, o desenvolvimento do projeto deu-se em dois eixos: acompanhar o processo de assentamentos das famílias removidas e o outro era a legalização da posse dos imóveis dos moradores que permaneceram na Favela do Gato. Nesta etapa do projeto, demandavam-se recursos para custear a documentação dos imóveis e as famílias não tinham condições de arcar com o ônus da documentação para a legalização da posse dos imóveis. Mais uma vez a mobilização e a liderança comunitária foram fundamentais para que um dos objetivos do projeto fosse alcançado, a legalização dos imóveis.

Aí tá... aí o meu marido arranjou essa panela, eu pegava um pouco de coisa com cada morador pra vender pra gente mesmo ali pra arrecadar dinheiro. Aí eu começava as quase 05h30 da manhã cortar aquilo tudo miúdo e aquela coisa toda. Às vezes começava até de um dia para o outro pra poder fazer. Graças a Jeová e a Jesus Cristo eu aprendi a fazer o angu. Aí começava a distribuir aquilo ali às 10h, 11h e até 19h da noite para os moradores consumirem, pessoas de fora que eu comecei a mandar fazer convite pra conseguir dinheiro, pra arrecadar dinheiro pra ter documento, porque ninguém queria dar dinheiro assim, que tinha medo, porque achava que era mentira. (A. P, 75 anos, 2020).

A regularização fundiária era um dos eixos do projeto Favela do Gato e uma reivindicação muito antiga dos moradores da comunidade que viviam a instabilidade de serem expulsos do terreno que ocupavam. Como os terrenos estavam sob à guarda da Marinha e, portanto, pertencentes à União, acreditava-se que a tramitação da transferência da posse seria

um processo mais simples. A Associação de Moradores da Favela do Gato desempenhou a função de agente promotor no processo.

Bastava que a terra fosse transmitida diretamente para um agente promotor e deste, para cada uma das famílias lá residentes. Os moradores defenderam que a Associação dos Moradores da Favela do Gato desempenhasse o papel de agente promotor no processo, solução aceita pela SPU. O terreno foi então aforado, sem qualquer ônus, à Associação dos Moradores, pelo Ministro da Fazenda. No decreto de transferência foram feitas duas ressalvas: a exigência de uso exclusivo da área ocupada para fins de habitação [sic] de interesse social e que a titulação de cada família ocorresse no prazo máximo de cinco anos. (G. FREIRE, E.; BIENENSTEIN, G.; BIENENSTEIN, R., 2016, p. 7).

De acordo com Bienenstein (2016) e de entrevista com a professora Regina Bienenstein, as famílias que viviam na comunidade da Favela do Gato viviam em habitações muito precárias, sem qualquer instalação de infraestrutura básica. Eram casas construídas com tábuas, sem rede de esgoto ou fornecimento de água tratada e com vias para circulação apertadas. O fornecimento de energia elétrica era clandestino, condições que lhe rendeu o nome de “Favela do Gato”. A equipe da UFF que trabalhava no projeto decidiu por um processo de regularização fundiária que não contemplasse somente a legalização dos imóveis, mas também o redesenho urbanístico. A reorganização urbanística preocupou-se em preservar espaços públicos importantes como a praça do peixe, local de comercialização dos pescadores e de atividades coletivas de comemoração e lazer. Não foram, contudo, padronizados os lotes como as famílias desejavam. Esta era uma demanda dos moradores que permaneceram na comunidade original no Gradim, assentados próximos ao litoral, e dos demais que foram reassentados na rua Mário Quintão no “Conjunto dos Democráticos”, novo local de moradia para os que precisaram sair.

Foto 16 – Fotos das moradias na Favela do Gato na década de 1980



Fonte: G. FREIRE, E.; BIENENSTEIN, G.; BIENENSTEIN, R., 2016. Autor: Sergio Vilela, 1983 (Os "gatos" e as condições de saneamento e circulação / Rua "E" – 1983).

Fotografia 17 - Condições das antigas moradias na Favela do Gato



Fonte: G. FREIRE, E.; BIENENSTEIN, G.; BIENENSTEIN, R., 2016. Autor: Sergio Vilela, 1983 (Condições de moradia dos moradores da Favela do Gato em 1983). Autor: Sérgio Vilela, 1983.

As fotografias 16, 17, 18 e 19 apresentam o espaço da Favela do Gato antes de passar a estrada, quando o local se caracterizava por ser uma vila de pescadores. As moradias eram precárias com instalação de luz clandestina. A área de atracação dos barcos e de comercialização de peixes era mais natural, onde a população local tinha uma vida social ativa.

Fotografia 18 – Pescador na Favela do Gato



Fonte: Foto antiga cedida por morador da comunidade da Favela do Gato para o trabalho em janeiro de 2020

Fotografia 19 – Área externa na Favela do Gato



Fonte: Foto antiga cedida por morador da comunidade da Favela do Gato para o trabalho em janeiro de 2020.

Fotografia 20 – Áreas comuns na Favela do Gato



Fonte: G. FREIRE, E.; BIENENSTEIN, G.; BIENENSTEIN, R., 2016. Autor: Sergio Vilela, 1983. (Área de atracação e Praça de Peixe).

Deste tempo em que tudo parecia mais rude e modesto, os moradores afirmaram repetidas vezes que sentem uma enorme saudade, quando “eram felizes e não sabiam!”

Fotografia 21 - Taxa cobrada pela marinha



Foto do documento cedida pela ex-moradora em 01/2020. (taxa cobrada pela marinha que a proprietária do imóvel ainda paga).

Como forma de segurança, a moradora paga essa taxa cobrada pela marinha (Foto 21), embora a legalidade da posse tenha já sido reconhecida.

Como resultado de uma intensa mobilização e com o apoio do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFF, a comunidade conseguiu que fossem somente deslocados do terreno ocupado pela Favela do Gato as moradias que se encontravam no traçado por onde passaria a estrada. Ao longo do processo, foram necessárias muitas negociações para que o conjunto de residências atendesse às necessidades das famílias reassentadas e envolveram representantes do Estado, no caso o DNER, os líderes comunitários da Favela do Gato, a Universidade e os construtores do novo assentamento para onde os moradores foram remanejados. O novo local de habitação da nova comunidade seria um espaço coletivo para

abrigar um grupo social onde partilhariam de um novo cotidiano e em outra realidade. “O espaço social é aquele delimitado e apropriado politicamente como território de um grupo. É suporte material da existência e, mais ou menos fortemente, catalisador cultural-simbólico, e nessa qualidade, indispensável fator de autonomia.” (Souza, 1995, p. 108). O espaço social é, segundo Souza:

[...] primeiramente, ou em sua dimensão material e objetiva, um produto da transformação da natureza [...] pelo trabalho social. Palco das relações sociais, o espaço é, portanto, um palco verdadeiramente constituído, modelado, embora em graus muito variados de intervenção do homem, das mínimas modificações introduzidas por uma sociedade de caçadores e coletores (impactos ambientais fracos) até um “ambiente construído” e altamente artificial como uma grande metrópole contemporânea (fortíssimo impacto sobre o ambiente natural), passando pelas pastagens e pelos campos de cultivo, pelo pequeno assentamento. (SOUZA, 1997, p. 22-3).

O Conjunto dos Democráticos era a nova habitação das 71 famílias removidas da Favela do Gato da área delimitada para a passagem da rodovia. Conforme acordado com os moradores, foram entregues imóveis construídos pelo BNH chamados de “embriões”, que eram lotes com uma casa que continha quarto, cozinha, banheiro, área e quintal (dentre as demais alternativas oferecidas às famílias).

Algo em comum entre os dois assentamentos era a solicitação dos moradores de não terem “lotes padrões”. Da mesma forma que a equipe da UFF se empenhou em reorganizar o espaço social a fim de preservar a identidade do lugar e abrigar adequadamente as famílias da Favela do Gato a partir de um aproveitamento de espaços remanescentes nas bordas da estrada e de terrenos no novo assentamento, no Conjunto dos Democráticos, as famílias também reivindicavam direito à individualidade com um lote, uma casa com um quintal planejado conforme suas necessidades.

Em entrevista com a professora Regina Bienenstein, Professora Titular do Programa de Pós-Graduação da Escola de Arquitetura e Urbanismo e Pesquisadora do NEPHU da UFF, ela nos relatou que a equipe acompanhou todo o processo desde a mobilização até o reassentamento das famílias que foram deslocadas, e que o atendimento desses moradores quanto a posições dos embriões nos lotes diferenciadas demandou uma nova frente de negociações, pois a construtora não queria ceder a esta reivindicação que os oneraria em mais tempo e custos para concluir a obra. Para o BNH “interessava mais” entregar o conjunto habitacional em um formato padrão. O acolhimento dessa solicitação requereu empreender um esforço a mais na luta por habitações singulares para aqueles moradores.

O loteamento foi entregue aos moradores com o imóvel pronto e urbanizado. Segundo o relato de uma moradora, as construções foram feitas com material de má qualidade. M. E. nos relatou ainda que a proposta incluía o pagamento de prestações dos imóveis que seriam financiados pelo extinto BNH, mas que após as construções serem ocupadas pelas famílias houve um grande temporal que danificou muito as casas do Conjunto dos Democráticos e este processo foi transferido para a Caixa Econômica Federal que abandonou o projeto. Não tivemos muitos detalhes do trâmite de legalização destes imóveis que culminou com o encerramento do processo, deixando os moradores ocupando o local até hoje sem a conclusão da regularização da posse deles.

Aí viemos para cá. No plano, pagaríamos o extinto BNH. Aí teve um vendaval que derrubou a maioria das casas. Eram embriões que não tinham colunas, não tinha nada, só tinha tijolo. Era esteira de vergalhão, era tudo de terceira. Aí jogaram a gente pra cá pra pagar uma taxa. Houve um vendaval anos atrás que derrubou a maioria das casas. As casas foram condenadas. Aí já não era mais o BNH, já passou para a Caixa Econômica. (M. E., janeiro de 2020).

O tempo passou e os moradores vivem no local há mais de 30 anos e não têm a legalização da posse dos imóveis e, portanto, não pagam IPTU. M. E. informou que no início chegou a pagar a prestações do imóvel, mas que após o temporal encerraram a cobrança do financiamento.

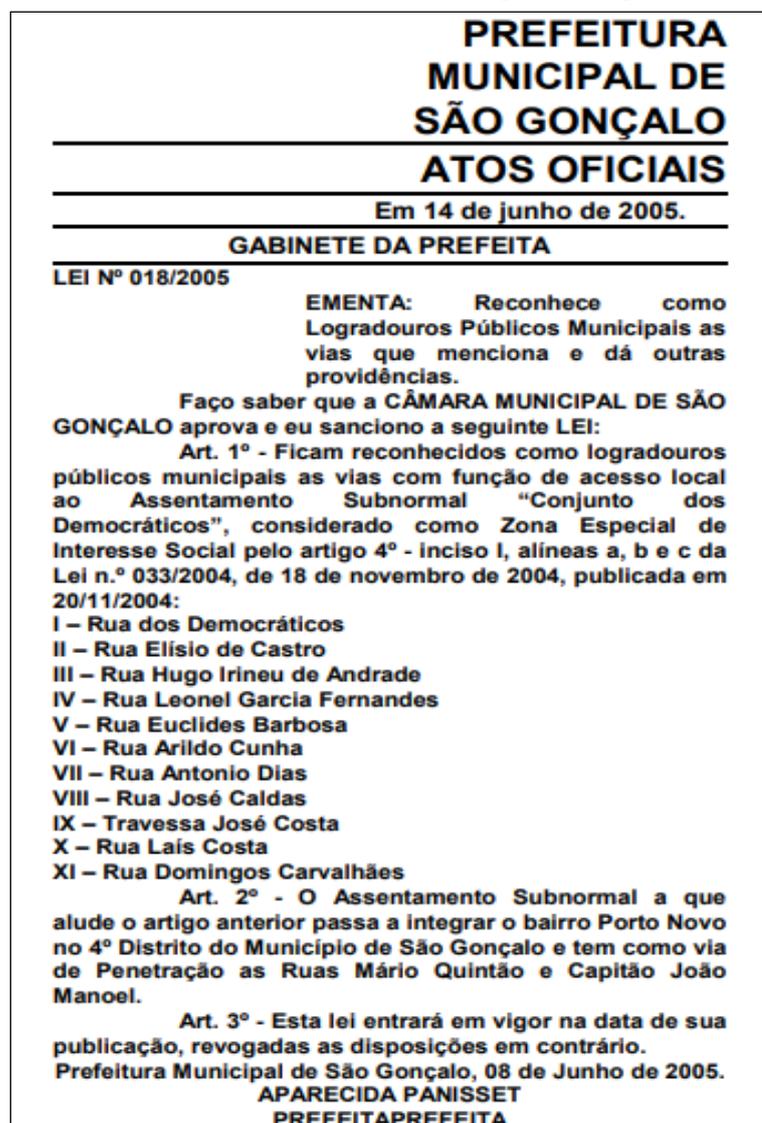
Interessados em regularizar a situação dos imóveis, os moradores fundaram uma associação para reivindicar a legalização dos lotes e a garantia da propriedade. Porém, a documentação da construção como plantas e projetos havia “desaparecido”. A prefeitura de São Gonçalo esteve no local e prometeu dar atenção à questão da “situação dos imóveis”, mas nada foi feito (M. E. 62 anos, janeiro de 2020).

Ainda segundo o relato da moradora, a oferta de serviços como a água que é fornecida pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) não passa por instalação de hidrante e não há cobrança da taxa d'água. O fornecimento de energia da maioria das residências é clandestino, poucos moradores pagam a taxa de energia elétrica. Segundo M. E., a coleta de lixo é regular: “coleta de lixo? tem, tem. Porque a gente vai em cima do rapaz do posto de saúde, porque lixo é prioridade, porque é coisa de limpeza, é saúde, né? Sujeira também não! Vamos ser pobre, mas não vamos ser porco! (M. E. 62 anos, janeiro de 2020).

O site sobre legislações municipais (leismunicipais.com.br) e o site da PMSG disponibilizam o documento abaixo publicado em 14 de junho de 2005 que reconhece as vias

do Conjunto dos Democráticos como logradouros oficiais pela Lei de número 18 de 8 de junho de 2005 (Figura 11).

Figura 11 - Documento que reconhece as vias do Conjunto dos Democráticos como logradouro público



Fonte: https://servicos.pmsg.rj.gov.br/diario/2005_06_14.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

4.3 Favela, um lugar “pra” viver

Em nossas andanças pelas comunidades para conversar com moradores e conhecer melhor estes espaços, foi possível colecionar histórias através das experiências que conosco

foram compartilhadas. Muitas situações foram revividas pelos seus autores e apreendidas por nós no processo de pesquisa. Tanto na Favela do Gato quanto no Conjunto dos Democráticos, a nossa entrada foi acompanhada dos sentimentos de apreensão e grande expectativa, afinal, ouvir os sujeitos da ação, protagonistas dessa história que se apresentava com duas pontas, como mesmo definiu uma antiga moradora: “o pessoal de lá é raiz de cá!” (A.P., 75 anos), seria vital para o sucesso deste trabalho.

Na Favela do Gato, realizamos entrevistas com antigos moradores, entramos em suas casas, ouvimos relatos de como era aquele espaço há décadas ainda com poucas casas. Eram moradias precárias com vulnerabilidade ao movimento diário da natureza. Era uma vida simples da qual esses moradores têm um grande saudosismo. I., 65 anos, relata que quando chegou na Favela do Gato em 1954 tinham somente cinco barracos de madeira e era tudo manguezal. A moradora que não teve sua casa atingida pela construção da estrada e não esteve envolvida diretamente na mobilização, viveu em outros locais e bairros, mas afirmou com convicção que na Favela do Gato era o “lugar” onde se sentia feliz e acolhida. Sobre a importância das relações de vizinhança e enraizamento no lugar que criam laços e uma identidade que dá estabilidade aos indivíduos, Carlos afirma: “Isto porque o espaço se reproduz enquanto lugar da vida em todas as suas dimensões o que foge à racionalidade homogeneizante imposta pelo processo de reprodução. O vivido tem um caráter espacial local – no bairro.” (CARLOS, 2007, p. 47).

Manguezal na frente e manguezal atrás, a casa ficava lá atrás, aí minha mãe e seu filhinho faziam uma ponte, puxava aterro da própria natureza, fazia uma ponte, colocava madeira... época boa, a gente era feliz e não sabia. A mesma infância que eu tive, os meus filhos conseguiram alcançar. Na minha época era melhor. Hoje em dia, é lógico que não é melhor. Não havia o tráfico de drogas e violência. A construção da BR não interferiu no local onde morava. (I., 65 anos).

Eu não troco isso aqui por lugar nenhum. Eu já morei lá fora em casa alugada, já várias vezes. Aqui tem união, lá fora não tem. Aqui se eu gritar ai, socorro... não pode nem falar alto a casa enche. Lá fora você morre e só vão descobrir quando você estiver fedendo. Lá fora é cada um com a sua vida. (I., 65 anos).

São as relações que criam o sentido dos “lugares” da metrópole. Isto porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidos por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso. São as relações que criam o sentido dos “lugares” da metrópole. Isto porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidos por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso. (CARLOS, 2017, p. 30).

A vida era muito difícil na Favela do Gato como as fotos 16 e 17 retratam. Casas de taipa sobre o mangue e sujeitas ao movimento natural da maré. Esses moradores demonstravam um misto de sentimentos ao falarem de um tempo quando as condições de vida

eram mais difíceis e com recursos escassos, quando se vivia com pouco, mas se tinha liberdade. “Minha casinha era de barro, aqueles bambuzinhos, depois foi madeira. Na época não tinha banheiro, fazia as necessidades e jogava no mangue. Água não tinha. A gente panhava [*sic*] muito aqui nesse morro da igreja.” (A. P., 75 anos).

A maré enchia, entrava dentro dos nossos barracos. Entrava, a maré entrava de sete a oito dias, vazava, enchia, vazava, durante uma semana. Eu trabalhava na fábrica, lá no Paiva, uma fábrica que fechou, faliu. Aí fazia assim: apanhava a enxada, da cama era dois cômodos, raspava aquela, aquela lama... era chão! Isso aqui é luxo! Aí raspava aquele caminhozinho, aí eu colocava as crianças em cima de uma tábua, dava um banho pra [*sic*] levar numa creche lá no Barreto. Eu tinha direito de levar as crianças uma hora. Tinha uma menina pra apanhar na creche pra mim até eu chegar. Era uma luta, mas acho que a gente era feliz e não sabia. (A. P., 75 anos).

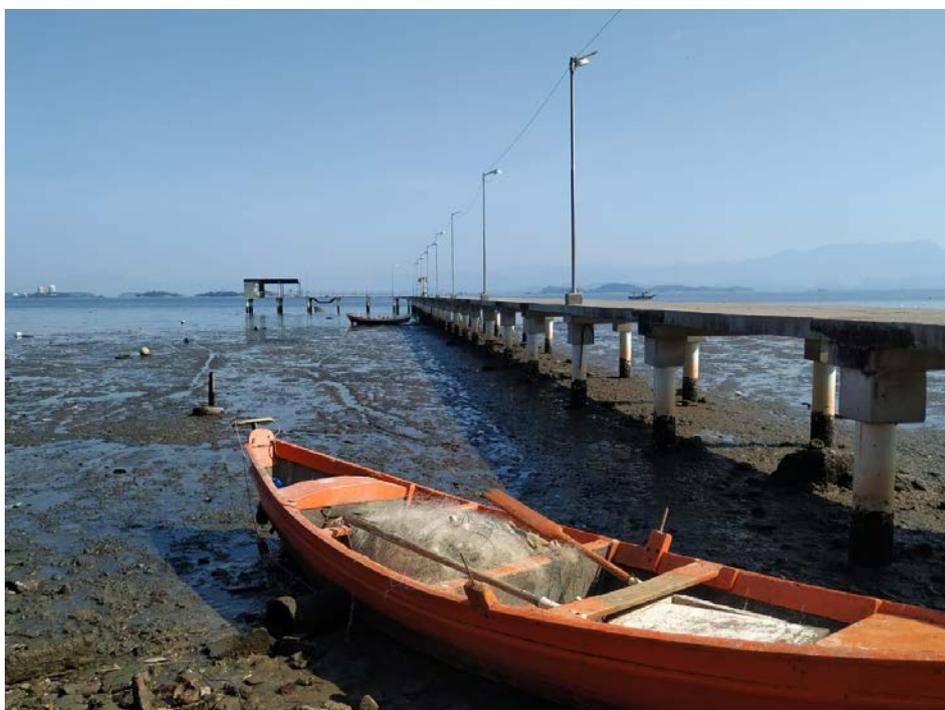
Esta semana estava lembrando as pessoas do meu tempo. A gente ficava muito alegre quando passava o homem que falava: “olha o cacheiro particular!” Era umas comidas que estourava, arroz, feijão, estourava e ele catava. A gente comprava feliz da vida quando passava: “olha o abatedouro!” Meus filhos já sabiam onde ficava a varinha de virar tripinha, virava a tripinha (rsrs), era uma felicidade! (A. P. 75 anos).

O trabalho de campo apresentou o desafio de entrar em áreas que atualmente são consideradas de risco por haver um controle destes territórios pelo crime organizado, com uma atuação forte do tráfico de drogas. Mas acompanhados de moradores locais, pudemos circular um pouco por estes espaços que lembram um pouco o lugar descrito por seus primeiros moradores. Andamos por ruas e vielas e observamos que as construções não lembravam as primeiras moradias descritas como tão frágeis e precárias. Atualmente as casas são de alvenaria, e há uma diversidade de construções que denotam, em certa medida, a melhoria na infraestrutura do local e de condições de vida, todavia ainda é possível observar espaços de muita carência e pobreza como é comum nas favelas do espaço metropolitano do Rio de Janeiro. Vimos os remanescentes dos manguezais próximos à praia onde os pescadores atracam com seus barcos. Uma ponte foi construída próximo à praça onde são comercializados os peixes pelos pescadores, facilitando o acesso às suas embarcações no local (Fotos 22 e 23).

O Conjunto dos Democráticos atualmente não lembra mais o conjunto habitacional entregue aos moradores na década de 1980. As construções foram quase que totalmente modificadas, as casas brancas em um lote delimitado, que lhe rendeu o apelido de “Pombal”, forma como é conhecido por grande parte dos moradores da comunidade e do seu entorno, não são mais identificadas na paisagem local.

Ao chegarmos para o trabalho de campo, enquanto aguardávamos o contato que apresentaria os membros da comunidade que vieram removidos da Favela do Gato, nos deparamos com um cenário cada vez mais comum nas comunidades em São Gonçalo, barricadas por toda a parte. Logo na primeira via de acesso, no início da comunidade, havia uma barreira de pneus. Este panorama se repetia nas travessas ao longo da rua principal onde está localizada a comunidade na Rua Mário Quintão. Chamou-nos a atenção a “espantosa naturalidade” com que os habitantes do local convivem com aquela realidade de seu cotidiano: barricadas e garotos com rádios observando todo o movimento no local.

Fotografia 22 - Ponte próxima à área de comercialização do peixe



Fonte: foto cedida por morador (2020). Ponte onde embarcações atracam na Favela do Gato.

Lá também pudemos conversar e ouvir histórias comuns de uma época e de uma vida que era compartilhada no cotidiano. Era a luta diária, o mar, a pesca. Quanto à saída do assentamento da Favela do Gato, não se deu de forma compulsória para todos e, como já foi dito, poderia haver permuta. D.^a M.E., 62 anos, via na mudança para o novo conjunto habitacional a possibilidade de moradia em construções dignas que não fossem em condições insalubres. Assim descreveu a sua antiga moradia: “Eram barraquinhas de tábua. Usavam folhas de papel para cobrir paredes.”

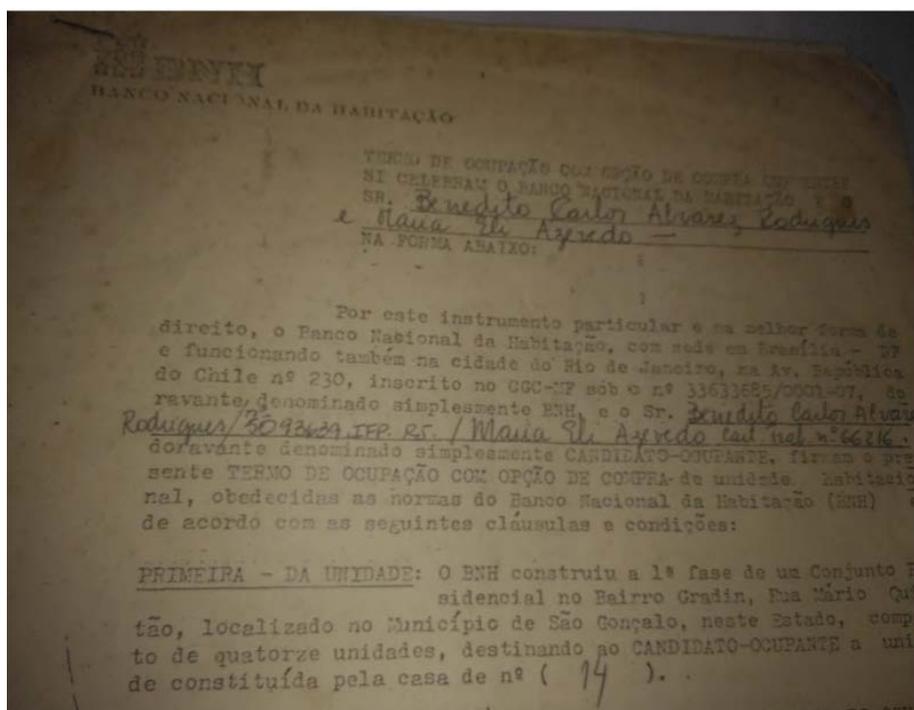
Conforme já descrito neste trabalho, a completa regularização e posse legal destes imóveis não foram concluídas via financiamento do BNH. Sendo assim, D.^a M. E. guarda o documento que comprova o direito ao seu imóvel. Tal condição jurídica dos imóveis em que vivem os moradores do Conjunto dos Democráticos já dura mais de 30 anos.

Fotografia 23 - Área de comercialização de peixe



Fonte: foto cedida por morador (2020) local de comercialização do peixe (praça do peixe)

Fotografia 24 - Contrato entre morador assentado e BNH



Fonte: o próprio autor (foto de documento autorizada pela moradora do Conjunto dos Democráticos e firmado entre ela e o BNH)

4.4 O caso da Rua Mário Quintão e a dinâmica ocupação do espaço

O caso da rua Mário Quintão é interessante por reunir em somente um local, o conjunto de situações que caracterizam bem os processos geradores de transformações e contradições na dinâmica formação espacial que dão a configuração final das grandes cidades. Esta rua tem sua formação embrionária vinculada à passagem do trecho Niterói-Manilha. À época em que o Conjunto Habitacional foi construído para receber as famílias removidas da Favela do Gato, foi o período em que vários terrenos pertencentes à União, que estavam sob a guarda da Marinha e disponibilizados para o DNER para a construção da rodovia, foram invadidos e outros de propriedade particular do Sr. Geraldo Ornellas, em áreas de mangue, negociados.

Este arranjo espacial contou com alguns agentes facilitadores para a sua realização. A parte legalizada, segundo a escritura de uma moradora local, teve como parte vendedora a empresa Fibra – Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda., e tinha como seu procurador legal Sady Pires, que na prática era o corretor responsável pela venda dos terrenos. Embora o cartório do 2º Ofício tenha confirmado a venda dos terrenos do proprietário original para a referida empresa, bem como para o seu procurador (um trâmite um tanto quanto confuso), herdeiros confirmaram a propriedade de Geraldo Ornellas, tendo o ex-vereador Sady Pires “arranjado” tudo para a venda das terras que eram sua parte na herança (Fotografia 25).

Quando todo aquele espaço foi ocupado, configurando um território bastante heterogêneo, faltava praticamente toda a infraestrutura adequada para se edificar habitações. Não havia rede de água e esgoto que atendesse às famílias que viviam no local. As melhorias vieram anos depois. A expansão continuou com terrenos ainda ociosos, novos aterramentos e com a construção de sobrados para familiares e pequenos imóveis para locação. Conforme o relato de L.B., 62 anos, residente em uma das ruas transversais (travessas) à rua Mario Quintão há 35 anos, as condições de infraestrutura no local eram muito ruins. As ruas eram cheias de lama e água só tinha disponível na rua Mario Quintão.

O final da rua Mário Quintão é limitado pela rodovia BR-101 e, após as suas faixas, encontramos o litoral da baía de Guanabara (Fotografia 26). As residências nesta rua foram construídas sobre mangue com muito aterramento. No final das ruas transversais que ficam no sentido sul (à esquerda de quem entra na rua), nos lotes que foram vendidos pelo vereador Sady Pires na década de 1980, a parte legalizada, encontramos remanescentes de uma grande

área alagadiça de mangue. Relatos dão conta de que este ambiente quando ainda não era ocupado, era caracterizado como um espaço natural tomado pela praia. Atualmente, existem muros limitando o mangue ou construções em todas as travessas que se encontram na mesma direção (Fotografia 27).

Fotografia 25 - Escritura de imóvel na rua Mário Quintão do lado legalizado

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE SÃO GONÇALO - ESTADO DO RIO
 TYRONE GOMES
 Tabelião e Escrivão do 2º Ofício
 OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO
 Rua Feliciano Sodré, 138 - São Gonçalo - Tel/Fax: 2605-7804 / 2605-7808

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
 TABELIÃO
 TYRONE GOMES
 Mat. 06/2180
 São Gonçalo - RJ

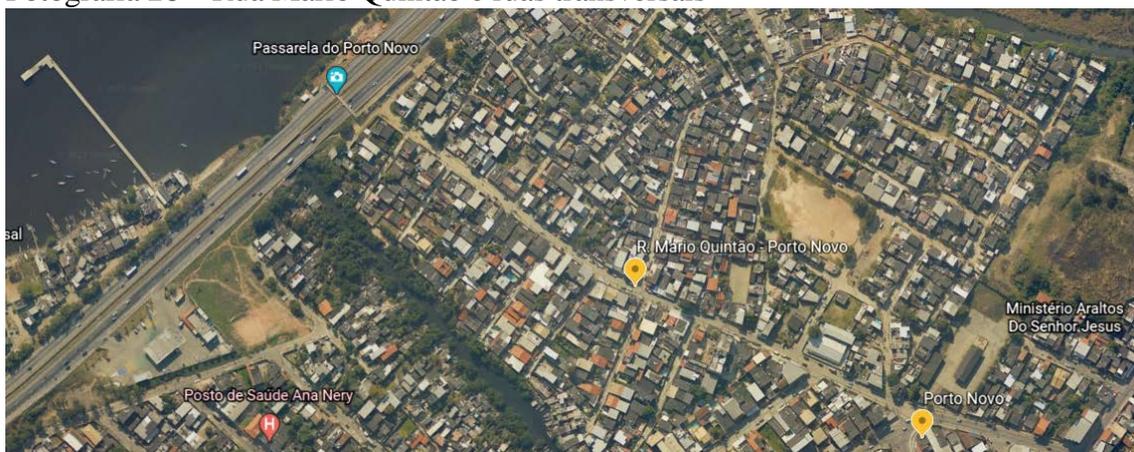
1º TRASLADO
 LIVRO: 827
 FLS.: 153/154
 ATO Nº 82

ESCRITURA DE COMPRA E VENDA, na forma abaixo:-----

S A I B A M quantos esta pública escritura de compra e venda virem, que aos nove dias do mês de setembro do ano dois mil e dois (09/09/2002), nesta Cidade e Comarca de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, neste Cartório do 2º Ofício, à Rua Feliciano Sodré, 138, Centro, perante DELCY ANTONIO DA SILVA, Substituto do Tabelião, matrícula nº 06/2174, compareceram partes entre si justas e contratadas: de um lado, como **OUTORGANTE(S) VENDEDOR(ES)**, FIBRA - CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Rua Dr. Francisco Portela, nº 2.383, nesta Cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.600.209/001-57, neste ato representada por seu bastante procurador, SADY PIRES, brasileiro, divorciado, construtor, residente na Rua Maria Rita, nº 1.979, Porto Novo, nesta Cidade, inscrito no CPF/MF sob o nº 232.047.457/31 e Carteira de Identidade de nº 313.247, expedida pelo IPF, em 10/04/74, nos termos da procuração e do substabelecimento lavrados nas notas do Cartório da 2ª Circunscrição do 4º Distrito desta Cidade, nos Livros 28 e 069, às folhas 72 e 172, em 05 de agosto de 1981 e 30 de agosto de 2001, respectivamente. E, de outro lado, como **OUTORGADO(S) COMPRADOR(ES)**, LINDOMAR DA SILVA BRUM, brasileira, solteira, maior, cabeleireira, residente na Travessa Carlos Ferreira, nº 19, Porto Novo, nesta Cidade, inscrita no CPF/MF sob o nº 542.352.007/04 e Carteira de Identidade de nº 04.403.661-4, expedida pelo IFP, em 12/08/88. Os presentes reconhecidos como os próprios por mim, à vista dos documentos apresentados, do que dou fé. E, pelo(s) outorgante(s) vendedor(es) me foi dito: **A) DO IMÓVEL E SUA AQUISIÇÃO - I)** Que é(são) senhor(es) e legítimo(s) possuidor(es) do imóvel constituído pelo lote de terreno próprio de nº 16-U (dezesseis - U), do loteamento denominado "Bairro Porto Novo", em zona urbana do 4º distrito deste Município, inscrito na Prefeitura local sob o nº 838.374-000, medindo: 8,40m de frente para a servidão 1 de acesso, 3,65m nos fundos, onde confronta com a fração do lote 16-I, do lado direito mede

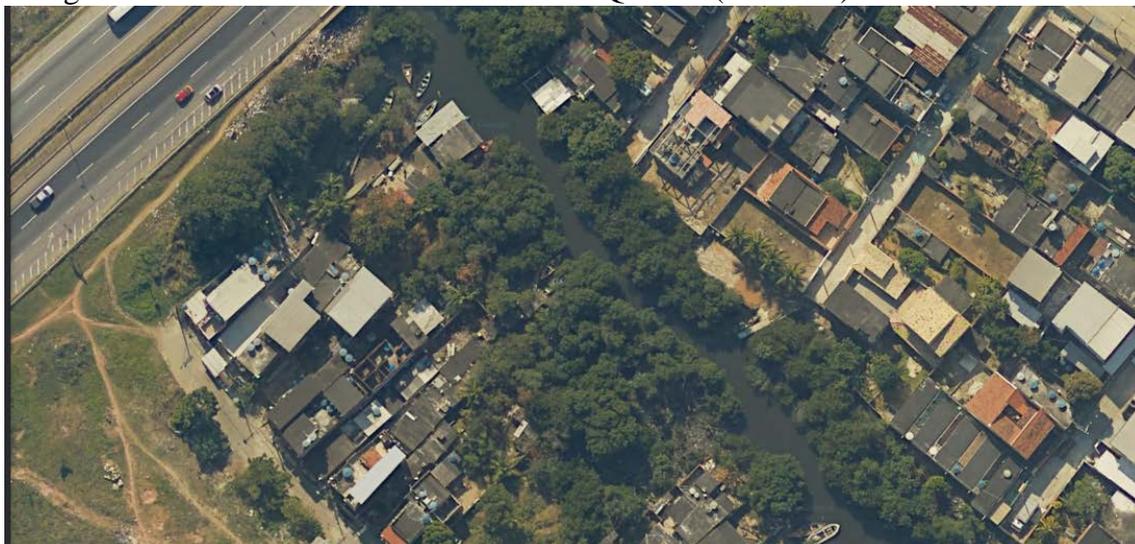
Fonte: Foto cedida pela moradora (2020) (na escritura o vendedor do terreno é a empresa Fibra – Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda.)

Fotografia 26 – Rua Mário Quintão e ruas transversais



Fonte: Google Earth (Rua Mário Quintão e o seu limite na BR-101)

Fotografia 27 – Ruas transversais à rua Mário Quintão (travessas)



Fonte: Google Earth (As travessas que “cortam” a rua Mário Quintão e lhe dão uma densidade demográfica ainda maior do lado esquerdo, limitando-se ao mangue que tem sido aterrado há décadas)

A luz era uma porcaria, faltava mais do que tudo. Então melhorou muito isso aqui. Realmente melhorou. Não temos problemas com luz, não temos problemas com água, mas em compensação a bandidagem tomou conta porque os terrenos do lado direito, eu moro do lado esquerdo, os terrenos do lado direito, é... Assim que eu vim para aqui eles eram vendidos, eles eram vendidos a preço de banana, e quase que eu compro lá porque eu não tinha dinheiro para comprar do lado de cá. Uma amiga minha, já falecida, foi que me ajudou, compramos à meia este terreno, senão eu estaria também do lado de lá, mas a bandidagem aumentou, né? Junto com o progresso, chegou a bandidagem, infelizmente. As ruas estão esburacadas. Todo lugar também é, né? Mas o resto funciona direitinho. (L. B., 62 anos).

Logo na entrada da rua Mário Quintão encontramos os imóveis do Conjunto dos Democráticos com suas fachadas totalmente modificadas e alteradas para a função comercial.

Há uma intensa movimentação no acesso, uma mistura de transeuntes, vendedores, mototaxistas e uma aglomeração que se configura de forma heterogênea.

Segundo relato de vários moradores do local que não vivem no Conjunto dos Democráticos, havia uma distinção clara do que era o “Pombal” e as demais residências da rua Mário Quintão, que acabou aproximadamente há cerca de uns três anos. Atualmente, para aqueles que vivem fora do local, tudo é conhecido como “Pombal”. Assim que é denominado atualmente, tanto o espaço do assentamento dos antigos moradores da Favela do Gato que foram remanejados para o local e toda a extensão da rua Mário Quintão e as suas ruas transversais.

Antigamente havia uma diferença. Para os outros de fora havia uma diferença, né? Pombal, lá que ninguém pagava imposto, aqui todo mundo paga imposto, né? Então havia uma diferença. Hoje em dia, as pessoas de fora acham que tudo é pombal. Tá [sic] tudo, tudo junto e misturado, não tem mais aquela diferença. Ah! Eu moro do lado direito. Lado esquerdo, lado direito, eles não querem mais saber disso, para as pessoas de fora! Para os daqui ainda tem diferença, mas para as pessoas lá de fora é tudo igual. (L.B., 62 anos).

A descrição acima de como a comunidade teria se expandido, sobrepondo-se ao local e às demais moradias regulares, é um processo complexo que requer compreender as definições do que é o espaço da “favela”. Sobre a definição de favela e a variedade de características que não definem esta condição, Campos (2006) afirma:

No caso de favelas, está se lidando com áreas de ocupação ilegal, que demandam regularização fundiária. Esta é, aliás, a sua característica mais importante, sob ângulo conceitual, pois embora outras características, tanto sócio-econômica (pobreza) quanto morfológica (precariedade das habitações, carência de infraestrutura, malha viária ‘caótica’ etc) possam ser associadas a elas, nenhuma delas possui vocação tão nítida para funcionar como denominador comum de todas as favelas quanto status jurídico (afinal, dependendo da cidade, na maioria das favelas as habitações, ainda que pobres, não são ‘barracos’ ou habitações improvisadas, e sim casas de alvenaria; a carência de infraestrutura, por seu turno, pode variar bastante de favela para favela, e a própria pobreza se apresenta, às vezes, de maneira muito homogênea). Seja como for, as favelas são, tipicamente, áreas carentes – ainda que em grau variável – de infraestrutura técnica e social, a começar pelo saneamento básico, demandando, portanto, aquilo que, no Brasil, é designado por urbanização (de favelas) e, em inglês, chama-se de slum-upgrading ou community-upgrading. (SOUZA, 2002, p. 263; *apud* CAMPOS, 2006, p. 212).

A condição heterogênea que combinou a formação do local possivelmente tenha ensejado esta aglomeração um tanto “confusa”, mas que formou uma “amálgama” configurando um território desordenado. A ocupação ilegal da faixa da rua onde foram assentados os ex-moradores da “Favela do Gato” (lado direito da rua) propiciou uma extensão

do espaço da favela até o limite no encontro com a rodovia onde a rua se encerra e, inclusive, onde havia uma saída clandestina da estrada utilizada por moradores locais e do entorno que foi fechada há muitos anos.

Atualmente toda a comunidade local na rua Mário Quintão convive com a violência e atuação regular do tráfico de drogas que parece ter certo controle do local, situação que parece ser facilitada por sua localização espacial com uma rua extensa, muitas residências e comércios e com uma única entrada e saída. Esta condição de prevalência de criminosos foi identificada por alguns entrevistados como um processo iniciado depois da instalação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) no estado do Rio de Janeiro, ação do governo a quem é atribuído o desenraizamento do crime organizado localizado em comunidades onde elas atuavam. Esta situação de controle territorial por traficantes tão comuns nas comunidades de São Gonçalo foi relatada no jornal local, cuja matéria recebeu o título: “Mais cinco ruas do Porto Novo estão com barricadas – Manilhas, pedras e ferros são utilizados como obstáculos.”

O bairro do Porto Novo, em São Gonçalo, sofre com ação do tráfico de drogas. O canal “Tem Barricada Ai”? já recebeu denúncias de obstáculos em mais cinco ruas, apenas na comunidade do Pombal. Manilhas, pedras, ferros e entulho são alguns dos materiais utilizados para atrapalhar a passagem de carros.

As ruas Rua Anildo Cunha, Travessa Ramos, Euclides Barbosa, Arildo Cunha, Mário Quintão e Laís Costa estão tomadas por barricadas. Na última, manilhas com pedras, paralelepípedos e madeiras e troncos de árvores fazem parte do cotidiano de quem vive na localidade. “Moro aqui há 28 anos e nunca vi dessa forma,” relatou um leitor. (O São Gonçalo, 30/12/2017).

Contudo, podemos concluir que a favela se caracteriza por espaços segregados dentro de um bairro ou cidade e que esta qualificação não depende, necessariamente, da estrutura das moradias que, em muitos casos, estão em bom estado de conservação com melhorias e sofrem reformas. A situação de pobreza dos moradores das favelas também pode variar um pouco, embora, de uma forma geral, “os espaços das favelas” abriguem famílias com muitas carências.

Nos casos pesquisados e apresentados neste trabalho, a “ilegalidade” é o “traço” marcante que deixa as comunidades vulneráveis aos interesses dos agentes: O Estado, o setor imobiliário e a sociedade local. Essa não enxerga a presença da favela como algo favorável, muito pelo contrário, os “favelados” são frequentemente vistos como indivíduos alvos de desconfiança, acrescentando que suas moradias desvalorizam as demais no entorno por estarem próximas de um local “possivelmente” perigoso em razão de, em muitos casos, as favelas abrigarem atividades ilegais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção espacial dos bairros Porto Novo e Gradim no município de São Gonçalo está no contexto de urbanização da cidade. Percebemos que em uma “escala menor” os processos que produziram transformações nesses territórios são, na verdade, uma fração do que ocorre no espaço mais amplo da cidade. Dentre estes está o parcelamento de terras em um espaço ainda rural que fomentou um maior crescimento demográfico e que se acentuou no período de intensa industrialização experimentado pelo município ainda na primeira metade do século XX, mas que teve continuidade nas décadas seguintes em um ritmo menos acelerado.

Faz-se importante salientar os referidos processos e agentes que atuaram na produção do território gonçalense e que estão presentes no conjunto metropolitano. Dentre os agentes está o Estado, grande provedor, viabilizando a reprodução do capital a partir da atuação do setor imobiliário via instalação de infraestrutura e regulamentação (ou a falta desta), possibilitando o processo. Os agentes imobiliários privados foram privilegiados pela fase de acumulação através dos loteamentos.

Podemos destacar que o crescimento populacional de São Gonçalo esteve atrelado ao núcleo fluminense por meio da metropolização onde o meio urbano prevaleceu e onde desenvolveu-se uma complexa divisão social do trabalho cuja função é atender interesses econômicos via repartição desigual e territorial de riquezas. Conforme dados e estudos apresentados por Rosa (2017), São Gonçalo tinha uma dinâmica própria, que ainda hoje, movimenta recursos, gera empregos e uma intensa vida urbana.

São Gonçalo, nas últimas décadas, mudou a sua paisagem local e desenvolveu um comércio pujante que abriga uma vida muito ativa e dinâmica no seu interior e com o entorno metropolitano. Contudo, tais transformações não lhe proporcionaram um desenvolvimento social pleno que significasse uma oferta de oportunidades com reais chances de ascensão social para a sua população pobre, que segundo o IBGE (censo 2010) percebe salários médios entre os trabalhadores formais na casa de 2,1 salários-mínimos.

Embora os dados apresentem o maior crescimento do município de São Gonçalo no período industrial com o aumento do número de loteamentos e crescimento populacional entre 1950 e 1970 (IBGE), houve um crescimento pontual em algumas áreas da cidade impulsionado pela construção da rodovia BR-101 nas suas bordas e entorno após o término da sua construção, facilitados ainda mais pela construção da Ponte Rio-Niterói. Essa ocupação

deu-se de forma precária através de loteamentos clandestinos e um processo de favelização pulverizado.

Tais condições se apresentaram nos bairros pesquisados e, em especial, próximo à rodovia no trecho que corta os dois bairros. São várias favelas mescladas nesse território assentadas em áreas de manguezais já bem deterioradas por esta ocupação irregular e decorrente da especulação imobiliária que se aproveitou da falta de regulamentação para a proteção ambiental.

Os bairros Porto Novo e Gradim tiveram um incremento no seu crescimento populacional motivados pela construção do trecho Niterói-Manilha e obras de urbanização na cidade. E, ao que tudo indica, segundo relatos em nossas entrevistas, o crescimento local, os problemas ambientais, bem como a poluição do Rio Marimbondo e os alagamentos estão interligados.

No bairro Porto Novo os impactos socioambientais são decorrentes do crescimento populacional. Após a década de 1980 ocorreram aumentos de residências, ampliação do Colégio CEJOP e a construção de dois condomínios em uma de suas vias principais, a rua Maria Rita, impactando com pressão demográfica, intensificando ainda mais os alagamentos e problemas de esgoto.

No bairro Gradim, assentamentos em áreas de mangue próximas ao litoral também ocorreram, a exemplo da Comunidade da Favela do Gato localizada na área litorânea. A urbanização local também foi acompanhada de alagamentos constantes, a exemplo da rua Paul Leroux e da rua Visconde de Itaúna.

Além destes problemas socioambientais presentes em ambos os bairros decorrentes da crescente urbanização e pressão demográfica do solo urbano, salientamos, sobretudo, a condição geomorfológica local com áreas deprimidas, assim como a própria cidade de São Gonçalo.

Destacamos, portanto, os processos de segregação que foram agregados ao território dos bairros Porto Novo e Gradim consequentes da construção da rodovia no seu trecho Niterói-Manilha. A Comunidade Favela do Gato vivia em condições precárias, e estas eram decorrentes da desvalorização e expropriação do “lugar” da produção da pesca artesanal, importante para as comunidades que dependem desta atividade para o sustento de suas famílias e para a economia de uma forma geral. A comunidade, que já havia sido expulsa da orla guanabarina para dar lugar à expansão de uma “efêmera” industrialização, precisou dar mais espaço ao projeto de modernização nacional.

A construção da estrada, grande projeto do governo militar no Brasil, impactou na produção espacial destes bairros, produzindo segregação socioespacial e residencial por onde percorreu. Muitas famílias precisaram sair para dar lugar à rodovia e não temos como precisar “aqui” a dimensão desse impacto.

No bairro Porto Novo, o referido processo de exclusão e segregação se materializou na rua Mário Quintão, onde um “*mix*” de ocupações residenciais promoveu a ruptura de um ambiente “natural” de mangue, maciçamente aterrado para dar lugar a uma diversidade de habitações legais e irregulares conformando um território com características próprias, mas bastante simbólicos da nossa periferia fluminense.

A Comunidade da Favela do Gato e o Conjunto dos Democráticos (conhecido como Comunidade do Pombal) reúnem em um espaço, em uma história, uma amálgama que se condensou ao restante do território onde se localiza, desenraizando da comunidade original, com 71 moradias, conforme foi entregue pelo BNH, incorporando o restante da rua Mário Quintão e todos os seus moradores que ficaram sob o estigma de “favelados”. A favela “engoliu” o lugar, transformou a paisagem quando instalou um conjunto habitacional para receber um grupo de “favelados” expulsos do seu local de origem. Eram casas brancas padrão de telhas Brasilit, “casas de pombo”, como são conhecidas.

Esse cenário descrito reflete um território misto e movimentado. Comerciantes, residentes e o tráfico de drogas compartilham do mesmo espaço. Para os que vivem “dentro”, convive-se com naturalidade, ou um receio que é incorporado à rotina diária. Para nós, “os de fora”, temor e estranheza. A favela atrai a nossa atenção ao mesmo tempo que nos assusta e repele, porque nós desconhecemos a sua realidade e particularidades que abrigam histórias de vida, pessoas em busca de abrigo e se adequando, como podem, às poucas possibilidades na vida para uma enorme parcela da população brasileira.

Nos bairros Porto Novo e Gradim, vimos a sua espacialidade urbana que abriga enormes contradições sociais, que nos remetem a um pouco de São Gonçalo e da região metropolitana. Histórias comuns de parcelamentos de terras, crescimento urbano desenfreado e áreas periféricas e precárias com pouca oferta de infraestrutura. Uma população pobre que ocupa áreas desvalorizadas ou ilegais/favelas que estão incluídas no sistema. Trata-se de mão de obra com baixa qualificação para reserva de mercado, sem condições de concorrer com grupos ascendentes e preconceituosos que não querem perder o seu quinhão neste frágil desenvolvimento econômico/periférico do Brasil.

São Gonçalo tem a sua história marcada por uma intensa e passageira industrialização atrelada a uma forte urbanização que não significou qualidade de vida para a sua população.

Uma cidade carente de áreas verdes, lazer e cultura. A cidade se consolidou economicamente pela atividade de comércio e serviços que absorve mão de obra local e de outros municípios.

Com todos os problemas, São Gonçalo apontou na segunda metade do século XX como uma cidade com disponibilidade de terrenos mais baratos e relativamente próximos ao núcleo metropolitano, a cidade do Rio de Janeiro e a de Niterói, sua “vizinha mais bem sucedida”.

Com toda a experiência que pudemos agregar e experienciar, sintetizamos que São Gonçalo, um município com uma complexa configuração territorial e social e com todos os problemas relatados, constitui-se em um espaço social “viável” de se viver, onde muitas famílias construíram patrimônio e puderam se manter. Ainda assim, muitos desejam ir embora, ir em busca de um lugar melhor para viver. Uma parcela da população gonçalense aspira morar em outro lugar, possibilidade que não está disponível para uma grande maioria, pois nem todos podem partir.

São Gonçalo é uma cidade com enorme potencial que precisa ser bem cuidada e gerida, demandando políticas públicas sérias para que este espaço possa abrigar aqueles que não “querem” ou não “podem” ir embora, para que possam ser acolhidas aqui com qualidade de vida e dignidade.

O conhecimento da construção do espaço gonçalense, a consciência da sua história, é um caminho para a produção de valorização do seu espaço social, mobilizando a luta por uma cidade mais inclusiva, construindo experiências significativas e afetivas para a cidade que produza “pertencimento”.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

ABREU, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*: Instituto Pereira Passos, 4ª ed., 2013. p.13-32.

AMADOR, E. S. *Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos: Homem e Natureza*. 1. ed. Rio de Janeiro: Reporte Gráfica e Editora LTDA, 1997.

ANDRADE, Priscila Pedro. *As crianças e a(s) leitura(s) da cidade: o Gradim como um (con)texto alfabetizador / Priscila Pedro Andrade – 2011. 158f. Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria Tereza Goudard Tavares. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.*

ARAÚJO, Leila de Oliveira Lima. *A estrada como agente de transformação urbana: o caso do trecho rodoviário niterói-manilha (br 101)*. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Anais do VII CBG. ISBN: 978-85-98539-04-1, agosto, 2014, Vitória/ ES. p.1-8.

ATLAS DO LESTE METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO. Diagnóstico sócio-espacial dos municípios vistos pelo lado de cá da Baía de Guanabara. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Observatório do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro. No prelo.

BECHARA, Evanildo. *Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras: língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

BELLAN, Ana Clara Demarchi. *Territórios alijados; trajetórias fluídas; narrativas rugosas. A história da remoção de uma favela. Tese apresentada à Faculdade de arquitetura e urbanismo da USP, São Paulo, 2007.305p.*

BIENENSTEIN, Glauco; BIENENSTEIN, Regina; FREIRA, E.H. *A luta da Favela do Gato contra remoção: um exemplo de articulação entre universidade e comunidade*. In: Seminário URBFAVELAS, Rio de Janeiro, 2016, p. 1-16.

BRAGA, Maria Nelma Carvalho. *O município de São Gonçalo e sua história*. Niterói: Edição Independente, 2006.

_____. *Minhas palestras: Memorial*. Niterói/RJ: Edição independente, 2018. 341p.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. (1979) “Periferia da Grande São Paulo. Reprodução do Espaço como Expediente de Reprodução da Força de Trabalho”. In MARICATO, Ermínia (Org.). *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, Pp. 117-154.

CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania na cidade de São Paulo: editora 34/Edusp, 2000.*

CAMPOS, Andreilino de Oliveira. *O planejamento urbano e “invisibilidade” dos afrodescendentes. Discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação socioespacial na cidade do Rio de Janeiro*. Tese apresentada no PPGG, Rio de Janeiro 2006.

_____. *A despolitização do discurso da segregação frente às políticas de planejamento urbano na metrópole*. In (Org): *Metrópole: governo, sociedade e território*, ISBN 85-7490—300-0, 2003, São Gonçalo/RJ. Rio de Janeiro, DP&A editora: Faperj, 2006.

Carlos, Ana Fani Alessandri. *O Espaço Urbano. Novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. *Espaço-Tempo da vida cotidiana na metrópole*. 2ª edição. São Paulo: FFLCH/USP, 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão*. In (org): *A produção do Espaço Urbano. Agentes e processos, escalas e desafios*, São Paulo: Contexto, 2011. 234 p.

_____. *Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão*. In (org): *A produção do Espaço Urbano. Agentes e processos, escalas e desafios*, São Paulo: Contexto, 2011. 234 p.

DAVIDOVICH, F. *Tipos de cidades brasileiras*. Revista Geográfica, Rio de Janeiro, 1964.

DOMINGUEZ, Marcos Thimóteo. *Do Gatilho ao lote: as disputas pelo espaço urbano do Jardim Catarina*. São Gonçalo, 2018, 207 f. Tese de doutorado – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Orientadora: Mariana Cavalcanti Rocha dos Santos.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Notas para uma história ambiental de São Gonçalo*. In: GUERRA, Marcelo (org.). *Estudos ambientais em regiões metropolitanas*. São Gonçalo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 45-65.

FERREIRA, Alvaro. *Favelas no Rio de Janeiro: Nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros*. Revista bibliográfica de Geografía y ciencias sociales Barcelona. v. XIV, n. 828, junho 2009.

GOMES, Kelly Brum; NETO, Priscila Moreira. *O processo de urbanização no Bairro Porto Novo*. In: II SEMINÁRIO FFP PARA TODOS, São Gonçalo, 2007.

GEIGER, P. P.; SANTOS, R. L. *Notas sobre a evolução humana na baixada fluminense*. Revista Brasileira de Geografia, v.16, n3. 1954.

GEIGER, P. P. *Urbanização e industrialização na Orla Oriental da Baía de Guanabara*. Revista Brasileira de Geografia, V.18, ed. 4. 1956.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Anablume, 2005.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-Territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. *Concepção de território para entender a desterritorialização*. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Território, Territórios. PPGeo-UFF/AGB – Niterói: 2002.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KELLER, E. C. S. *Crescimento da população do estado do Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de Geografia. V15, n1, 1953.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Capítulos I, V e IX. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins.

Primeira versão: início - fev. 2006.

_____. *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos, 1986.

_____. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MARCUSE, P. “*Enclaves, sim; guetos, não a segregação e o Estado*”: Espaço & Debates, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 24-33, 2004.

MODESTO, Nilo Sérgio Dávila. *A reprodução em marcha na consolidação dos grupos de poder hegemônico em São Gonçalo-RJ*. PPGG-UFF, Niterói, 2008. 203 p.

MOLINA, Evadyr; SILVA, Salvador Mata. *São Gonçalo no século XVI*. São Gonçalo: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1996. 128p. (Coleção MEMOR)

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. *Reconhecendo a metrópole no cotidiano*. In (Org):Metrópole: governo, sociedade e território, ISBN 85-7490—300-0, 2003, São Gonçalo/RJ. Rio de Janeiro, DP&A editora:Faperj, 2006.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. *Mudanças no espaço metropolitano: novas centralidades e dinâmicas espaciais na metrópole fluminense*. In (Org):Metrópole: governo, sociedade e território, ISBN 85-7490—300-0, 2003, São Gonçalo/RJ. Rio de Janeiro, DP&A editora: Faperj, 2006.

PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário: história, estatística, geografia*. São Gonçalo: IBGE, 1940.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e CARDOSO, Adauto Lucio. (1990) "Plano Diretor e Gestão Democrática da Cidade", In: GRAZIA, Grazia de (Org.). *Plano Diretor: Instrumento de Reforma Urbana*. Rio de Janeiro, FASE.

ROSA, Daniel Pereira. *De cidade dormitório à centralidade da grande cidade periférica: trabalho, consumo e vida de relações de São Gonçalo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ)*. São Paulo, 2017, 299f. Tese doutorado. (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo). Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana, São Paulo, 2010.

SACKS, Oliver. *O rio da consciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SANTOS, Marcelo Guerra, FONSECA, Priscila Pereira. *Alunos do ensino fundamental II e a percepção ambiental do município de São Gonçalo*. Revista Práxis, ano IV, nº8, agosto 2012. p. 55-60.

SANTOS, Milton. *A Urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. O retorno do território. In: Território: globalização e fragmentação. Organização: Maria Adélia A. de Souza, Maria Laura Silveira, Milton Santos. São Paulo: editora Hucitec.

_____. *Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-58

SAUER, C.O. A Morfologia da Paisagem 12-74p.

SILVA, Cátia Antônia da. Processos de urbanização em São Gonçalo no contexto metropolitano do Rio de Janeiro e suas consequência socioambientais. In: Estudos ambientais em regiões metropolitanas: o município de São Gonçalo. Organização: Marcelo Guerra Santos. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

SILVA, Lidiane Ferreira Baltazar da Silva. Mapeamento espacial das intervenções urbanas da bacia hidrográfica do Rio Marimbondo. São Gonçalo/ RJ, como subsídio à análise de enchentes. Orientação: prof.^a Dr.^a Carla Maciel Salgado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro/FFP. 2008.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: Castro, I.E. et. al. (orgs.) Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão Urbanos*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

_____. *ABC do desenvolvimento urbano*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, 190 p.

_____. *O Desafio Metropolitano: Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. *A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano*. In (org): A produção do Espaço Urbano. Agentes e processos, escalas e desafios, São Paulo: Contexto, 2011. p.147-166.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Capitalismo e urbanização. Núcleos urbanos na história. Revolução industrial e urbanização. A cidade moderna para onde? Digital Source. <<http://groups.google.com.br/group/digitalsource>>. Contexto.

SITES

FREITAS, Marcela. *Problemas sem solução no Porto Novo. Moradores reclamam do constante vazamento de esgoto na Rua Maria Rita*. Jornal O São Gonçalo em 02/03/2018. <<https://www.osaogoncalo.com.br/geral/50937/problemas-sem-solucao-no-porto-novo>>. Acesso em: 31 out. 2018.

EMILIANO, Alan; FREITAS, Marcela. *Chuva deixa bairros de São Gonçalo completamente debaixo d'água: Gradim ficou com algumas ruas completamente alagadas*. Jornal O São Gonçalo em 14/02/2019. <<https://www.osaogoncalo.com.br/geral/57430/chuva-deixa-bairros-de-sao-goncalo-debaixo-dagua>>. Acesso em: 02 jan. 2021.

População Porto Novo - Gonçalo <http://populacao.net.br/populacao-porto-novo_sao-goncalo_rj.html>. Acesso em: 30 ago. 2020

População Gradim – São Gonçalo <http://populacao.net.br/populacao-gradim_sao-goncalo_rj.html>. Acesso em: 02 jan. 2021.

<<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/GESTAODEAGUAS/InstrumentosdeGestodeRecHid/PlanodeRecursosHidricos/BaiadeGuanabara>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

APÊNDICE - Roteiro de perguntas para entrevista livre com moradores do bairro porto novo e gradim

Roteiro de perguntas para entrevista livre com moradores do bairro porto novo e gradim:

- 1) Qual o seu nome e idade?
- 2) Há quantos anos reside no bairro? (Porto Novo e Gradim)
- 3) Consegue se lembrar do bairro nos anos de 1980? O que mudou a partir desta década? Como era São Gonçalo nesta época?
- 4) Qual a sua impressão com relação ao número de residências?
- 5) Qual a sua impressão com relação ao calçamento de ruas, água encanada e infraestrutura no geral no bairro? (meios-fios, rede de esgoto, calçadas) Melhorou da década de 1980 para os anos 2000?
- 6) Conhece a rua Maria Rita ou ruas que sofrem com problemas de alagamentos? Quando a rua Maria Rita começou a alagar? Relate um pouco de suas impressões.
- 7) Se recorda da época da construção da Br 101, o trecho Niterói-Manilha? O que mudou depois disso na sua compreensão na região (bairro Porto Novo e Gradim)
- 8) Conhece a rua Mario quintão? Como era aquele espaço antes da construção do Conjunto dos Democráticos no início da rua? Como era a parte que foi invadida (lado direito) hoje chamado de “Pombal” como era o lado esquerdo em que muitos terrenos foram vendidos pelo vereador Sady Pires?
- 9) Conhece alguma família que foi removida da Favela do Gato no Bairro do Gradim para o Conjunto dos Democráticos no bairro Porto Novo?
- 10) Qual a visão que tem do bairro em que vive? (Porto Novo ou Gradim) melhorou? Evoluiu em melhorias em infraestrutura? Piorou suas condições?
- 11) Qual é a sua visão dos moradores da “comunidade do Pombal”? Existe preconceito com estes moradores?